



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
2011

**Paula Cristina Soares
da Silva Marques**

**FÓRUM DE S. BERNARDO:
UMA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA**



**Paula Cristina Soares
da Silva Marques**

**FÓRUM DE S. BERNARDO:
UMA EXPERIÊNCIA ASSOCIATIVA**

Projecto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho às minhas avós, Mariana e Graça, pela visão sábia, pela alegria, pela perseverança e pela generosidade.
Aprender a andar no escuro apura os nossos sentidos e a nossa capacidade intuitiva.

O júri

Presidente

Prof.^a Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira
Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Arguente

Prof. Doutor Fernando Ilídio Ferreira
Professor Associado do Instituto de Educação da Universidade do Minho

Orientador

Prof. Doutor Manuel Ferreira Rodrigues
Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Ao meu querido avô Joaquim, que aguarda pelo nosso abraço.

À Beta, minha irmã e companheira das primeiras aprendizagens e aventuras.

À Nita, ao João e ao Quim, por todo o estímulo, criatividade e confiança que sempre incutiram em mim, pelos exemplos de perseverança e de solidariedade, por serem os meus modelos de referência, inspiradores das linhas orientadoras da minha vida. Para aprendermos, temos de abrir os olhos, saber observar e de cobrir.

Ao Ângelo Miguel, por me dar sempre a sua mão segura quando me proponho a novos desafios e por “todas as manhãs do mundo”.

À minha mestre, Professora Doutora Cacilda, que me ensina sábias lições de vida. Ao Sr. João Pericão, pelos ensinamentos diários e por me acompanhar na jornada quotidiana de um projecto sólido, sonhado por muitos. Aos restantes membros da Direcção da Fundação Padre Félix, pelo sentido apoio e estímulo.

Ao João e à Diana, pelo encorajamento e pelo carinho.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram, em especial à Margarida Cerqueira, à Paula Matos, à Sacha Vieira, à Adriana Simões, ao Ângelo Conde e ao Carlos Jalali. E aos amigos que, embora não nomeados, estarão para sempre no meu coração.

Ao Milo, pela calma, amor e compreensão.

À Fátima, por tudo o que tem ensinado e pelo seu companheirismo.

Ao Professor Manuel Ferreira Rodrigues, por todas as faces do mundo que me ajudou a desocultar e pelas diferentes lentes que aprimoraram a minha aprendizagem.

À Professora Rosa Madeira, que me encorajou a propor a este desafio e abriu as janelas do meu olhar, libertando as borboletas para a luz do dia.

Ao Professor António Neto-Mendes, pelo apoio e pela palavra amiga.

À Professora Manuela Gonçalves, à Professora Anabela e ao Professor António Martins, pelo estímulo e pelas aprendizagens.

Às Bibliotecárias e aos Seguranças da UA, que sempre me auxiliaram e pontuavam, com um tom de afecto, as noites de trabalho.

À música e à natação, que estimularam a minha concentração e libertaram o meu pensamento.

À Dr.^a Cristina Mamede, socióloga do Núcleo Distrital de Aveiro da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN/Portugal).
À Dr.^a Sofia Rodrigues, investigadora da Secção Autónoma das Ciências da Saúde da Universidade de Aveiro.
À Dr.^a Ana Paula Marques, Chefe de Divisão da Acção Social da Câmara Municipal de Aveiro.

Aos parceiros do Fórum de S. Bernardo,
À Professora Doutora Cacilda Marado, Presidente da Direcção da Fundação Padre Félix,
À Sr.^a D.^a Fernanda Vieira, Técnica de Animação Sociocultural e Coordenadora do Centro de Animação Comunitária de S. Bernardo,
À Sr.^a D.^a Isabel Castilho, Secretária da Direcção e Coordenadora do Voluntariado da Fundação Padre Félix,
À Dr.^a Isabel Mónica, Directora de Serviços do Centro Paroquial de S. Bernardo,
À Dr.^a Júlia Casal, Coordenadora do Agrupamento de Escolas de S. Bernardo,
Ao Sr. José António, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo,
Ao Sr. Manuel Mónica, mentor de uma dinâmica histórica na freguesia de S. Bernardo, membro da Comissão da Fábrica da Igreja, voluntário e um dos fundadores da Fundação Padre Félix,
Ao Sr. Padre Luís Barbosa, Pároco de S. Bernardo,
Ao Dr. Fernando Vieira, Presidente/Director da CERCIIV,

E à Comunidade de S. Bernardo, que me acolheu com carinho e amizade,

um abraço

Palavras-chave

Associativismo, desenvolvimento comunitário, exclusão social, parceria, rede de intervenção local, fórum, S. Bernardo.

Resumo

Pretendemos, através do Fórum de S. Bernardo, potenciar e estimular as energias e os recursos existentes na comunidade, ou seja, aglutinar as forças vivas desta freguesia, propondo a formação de um núcleo de trabalho cooperativo local. A criação deste núcleo visa o aprofundamento das relações entre os parceiros locais, a realização de um diagnóstico participativo das necessidades sentidas pela comunidade, o planeamento de uma estratégia conjunta e a definição de uma intervenção social concertada, que considere as causas e os efeitos das desigualdades existentes no seio da comunidade, as questões relativas ao exercício da cidadania e a reivindicação da dignidade para todos, trabalhando no sentido do desenvolvimento de respostas cooperativas e potenciadoras das capacidades dos cidadãos, particularmente dos que se encontram em desvantagem social.

Keywords

Associativism, democracy, community development, social exclusion, partnerships, local intervention network, forum, S. Bernardo.

Abstract

The aim of the Fórum de S. Bernardo is to potentiate and stimulate the energies and the resources of the community, i.e., to unify the active forces of the civil parish, proposing the formation of a group for local cooperative work. The creation of this group aims to further strengthen relations between local partners, carrying out a participatory assessment of needs perceived by the community, planning a joint strategy and the definition of concerted social actions to consider the causes and the effects of inequalities within the community, issues relating to citizenship and dignity for all, working towards the development of cooperative responses potentiating the abilities of citizens, particularly of those who are socially disadvantaged.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
1. PERTINÊNCIA DO TEMA	17
2. FINALIDADE.....	18
3. OBJECTIVO E ESTRUTURA DO TRABALHO	18
4. METODOLOGIA.....	19
5. FONTES COMPULSADAS.....	20
6. INOVAÇÃO	22
1. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DEMOCRACIA NA MÃO DOS CIDADÃOS... 25	
1.1. ASSOCIATIVISMO COMO TOMADA DE CONSCIÊNCIA SOCIAL.....	27
1.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	35
1.2.1. <i>Cidadania e movimentos sociais</i>	35
1.2.3. <i>Emergência dos novos movimentos sociais na sociedade portuguesa</i>	38
1.2.4. <i>Novos movimentos sociais e a nova classe média</i>	39
1.2.5. <i>Acção transformadora dos novos movimentos sociais</i>	40
1.2.6. <i>Abordagem de Paulo Freire</i>	41
1.2.7. <i>Fórum Social Mundial</i>	41
1.2.8. <i>A inovação dos novos movimentos sociais</i>	43
1.2.9. <i>Para uma reinvenção da cidadania</i>	43
1.3. O IMPACTO DO ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE	44
1.3.1. <i>Cidadania activa e capital social</i>	45
1.3.2. <i>A cidadania activa no contexto europeu</i>	49
1.3.3. <i>Capital social na sociedade portuguesa</i>	51
1.3.4. <i>Associativismo como cooperação e aprendizagem da prática democrática</i>	55
1.4. PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.....	60
1.5. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E REDES LOCAIS DE INTERVENÇÃO: TECENDO A MALHA SOCIAL ..	63
1.5.1. <i>Metodologia de desenvolvimento comunitário</i>	65
1.5.2. <i>Redes locais de intervenção contra a pobreza e a exclusão social</i>	66
1.5.3. <i>O trabalhador social como agente de transformação social</i>	74

2. A GÉNESE DE UMA COMUNIDADE.....	76
2.1. CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL	76
2.1.1. <i>Papel do associativismo na construção social da comunidade de S. Bernardo</i>	77
2.1.2. <i>Transformações sociais na sociedade portuguesa</i>	82
2.1.3. <i>Reflexos do desenvolvimento económico e social em S. Bernardo</i>	85
2.1.4. <i>Iniciativa económica e mudanças demográficas em S. Bernardo</i>	88
2.1.5. <i>Urbanização e fragmentação dos laços sociais</i>	91
2.1.6. <i>Redes de entajuda e redes de apoio institucional</i>	92
2.1.7. <i>Vivência comunitária: a exclusão social e o papel do empowerment</i>	95
2.2. ASSOCIATIVISMO EM S. BERNARDO	97
2.2.1. <i>Associativismo em Risco</i>	98
2.3. PARTICIPAÇÃO CIVIL	100
3. METODOLOGIA	103
3.1. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO	103
3.1.1. <i>Objectivos</i>	106
3.2. TIPO DE ESTUDO/INVESTIGAÇÃO.....	106
3.3. GRUPO PARTICIPANTE.....	108
3.4. TÉCNICAS, MÉTODOS, INSTRUMENTOS DE RECOLHA E GERAÇÃO DE DADOS	109
3.4.1. <i>Focus Group ou Grupo de Discussão Focalizada</i>	110
3.4.2. <i>Análise SWOT</i>	110
3.4.3. <i>Observação Participante</i>	111
3.4.4. <i>Análise Documental</i>	111
3.4.5. <i>Guiões das Sessões</i>	112
3.4.6. <i>Inquérito por Questionário</i>	112
3.4.7. <i>Notas de Campo</i>	114
3.4.8. <i>Diário de Bordo</i>	114
3.5. PROCEDIMENTOS UTILIZADOS: TÉCNICOS E ÉTICOS	114
3.5.1. <i>Procedimentos técnicos</i>	114
3.5.2. <i>Procedimentos éticos</i>	122
3.6. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	123
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	123
4.1. RESULTADOS DO <i>FOCUS GROUP</i>	123
4.1.1. <i>Análise SWOT</i>	123
4.1.2. <i>Análise Interna: Instituições</i>	124
4.1.2.1. <i>Constrangimentos/Respostas</i>	125
4.1.2.2. <i>Potencialidades/respostas</i>	125

4.1.3. <i>Análise Externa: parcerias/meio</i>	126
4.1.3.1. <i>Ameaças/Respostas</i>	126
4.1.3.2. <i>Oportunidades/Respostas</i>	127
4.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	129
5. LEITURA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	130
5.1. FOCUS GROUP	130
5.2. QUESTIONÁRIOS	130
5.3. PERCEPÇÕES DO INVESTIGADOR	132
5.3.1. <i>Limitações de Estudo</i>	132
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
APÊNDICES	141
APÊNDICE I: CRONOGRAMA DAS SESSÕES	141
APÊNDICE II	143
APÊNDICE III: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO	144
BIBLIOGRAFIA E FONTES	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
DOCUMENTOS	156
IMPrensa	156
FONTES DOCUMENTAIS	156
FONTES DA <i>INTERNET</i>	157
FONTES ORAIS	157
LEGISLAÇÃO	157
SUPORTES MEDIA	158

INTRODUÇÃO

1. PERTINÊNCIA DO TEMA

A criação de redes de intervenção local constitui uma estratégia preconizada pelas políticas sociais europeias, no sentido de descentralizar a acção social, de criar serviços de proximidade e de potenciar os recursos existentes na comunidade, implicando a participação desta na resolução das dificuldades sentidas localmente.

Actualmente, o estabelecimento de parcerias activas entre diferentes territórios, áreas e entidades representa uma condição invocada na apresentação de candidaturas aos programas na área social, constando na Lei de Bases da Segurança Social¹. A promoção do trabalho em parceria faz parte da prática diária de muitas entidades implicadas na intervenção comunitária, que complementam a sua acção com os valiosos contributos de outras organizações/entidades e da comunidade. Esta prática enriquece a intervenção social e imprime uma visão sistémica na compreensão e na definição de estratégias adequadas à especificidade da situação/problema. A complementaridade entre as organizações e a comunidade, na partilha de informação, na concertação de acções e na rentabilização de recursos constitui um efectivo contributo para a formação de sinergias. A reflexão conjunta promove a inclusão de novas perspectivas e de diferentes contributos de sectores antes separados da área social. A definição de uma estratégia conjunta na abordagem a populações específicas e a problemas sociais graves requer uma leitura sistémica da realidade. A abertura das associações e das instituições de apoio social à constituição de parcerias activas introduziu flexibilidade na intervenção social, trouxe mais responsabilidade, no sentido do papel que cada organização desempenha na formação da consciência social, no apoio à comunidade e na capacitação dos indivíduos como agentes de mudança social, contrariando uma lógica de dependência e passividade, que alimenta os processos de pobreza e de exclusão social.

Desta forma, o trabalho em rede institui uma visão holística do indivíduo, das famílias e da comunidade, proporcionando o encontro e a interacção de diferentes sectores, que dialogam e intervêm de forma complementar e concertada, em prol do desenvolvimento comunitário.

¹ “j) Valorização das parcerias, constituídas por entidades públicas e particulares, para uma actuação integrada junto das pessoas e das famílias” (art.º 83.º da Lei de Bases da Segurança Social, Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro).

2. FINALIDADE

Este projecto visa a criação de uma estrutura local que congregue a comunidade e as suas instituições, de modo a potenciar e a estimular as energias e os recursos existentes nesta comunidade, ou seja, a aglutinar as forças vivas desta freguesia, propondo a formação de um núcleo de trabalho cooperativo local. A criação deste núcleo visa o aprofundamento das relações entre os parceiros locais, a realização de um diagnóstico participativo das necessidades sentidas pela comunidade, o planeamento estratégico e a definição de uma intervenção social concertada, que considere as causas e os efeitos das desigualdades existentes no seio da comunidade, as questões relativas ao exercício da cidadania e a reivindicação da dignidade para todos, trabalhando no sentido do desenvolvimento de respostas cooperativas e potenciadoras das capacidades dos cidadãos, particularmente dos que se encontram em desvantagem social.

O conceito de Fórum pressupõe a criação de um espaço privilegiado para o encontro e o debate de ideias; para a partilha de memórias, de perspectivas e de práticas; para a implementação de fluxos de informação e comunicação; para a aquisição de aprendizagens; para a construção de novas práticas e de uma intervenção participada e concertada. Assim, este Fórum foi idealizado como um espaço de reflexão e acção, assumindo-se como uma estrutura local de criação de ideias, de projectos e de intervenções, que respondam às necessidades locais e às dificuldades sentidas no dia-a-dia das instituições e da comunidade, procurando maximizar as potencialidades e os recursos disponíveis identificados no diagnóstico participativo. O Fórum de S. Bernardo ambiciona activar os agentes sociais e revitalizar o tecido social e o associativismo desta comunidade.

3. OBJECTIVO E ESTRUTURA DO TRABALHO

Considerando a importância da iniciativa local para a revitalização do tecido social e para o desenvolvimento comunitário, entendemos criar uma rede de intervenção concertada que potencie as forças da comunidade de S. Bernardo. Assim, ao longo deste trabalho, dividido em três partes interligadas, procuramos evidenciar a sustentação teórica, o contexto e o percurso deste projecto.

O primeiro capítulo enquadra a reflexão que esteve na base na construção deste projecto de investigação, abordando o percurso do movimento associativo no contexto português, a génese dos novos movimentos sociais, o potencial do capital social na construção de uma comunidade coesa, o papel preponderante do associativismo na cooperação, na vinculação a práticas democráticas e na promoção do desenvolvimento comunitário. A terminar este enquadramento, damos ainda relevo à activação de redes locais de intervenção no combate à pobreza e à exclusão

social, destacando a importância dos trabalhadores sociais como agentes dinamizadores e facilitadores na construção de pontes dentro da comunidade.

No segundo capítulo, revisitaremos os anos dourados do movimento associativo e a génese da comunidade de S. Bernardo. Abordaremos, também, as transformações sociais e económicas ocorridas nos últimos 40 anos, ao nível nacional e regional, que impeliram mudanças nos modos de produção, de consumo e de vida, reflectidas na composição do tecido social, no crescimento económico e na urbanização, na vinculação social e nas relações de proximidade, com efeitos sobre as práticas associativas e cívicas, afectando as relações interpessoais e os hábitos de convivialidade da comunidade de S. Bernardo.

O terceiro capítulo descreve o projecto de investigação implementado na freguesia de S. Bernardo em parceria com a comunidade e as organizações locais, sendo descrita a metodologia, compreendendo o contexto de desenvolvimento do projecto, os objectivos e o tipo de estudo/investigação, o grupo de participantes, as técnicas, os métodos e os instrumentos de recolha/geração de dados utilizados (*focus group*, registo das observações dos participantes, guiões das sessões e questionário misto), os procedimentos utilizados (técnicos e éticos) e os instrumentos de análise dos dados.

No capítulo quarto, são apresentados os resultados do *focus group* e os resultados da avaliação.

No quinto capítulo é realizada a leitura e a discussão dos resultados, aferidos no âmbito do *focus group*, na aplicação dos questionários e resultantes das percepções do investigador; são apresentadas, também, neste capítulo, as limitações de estudo e a proposta para uma futura investigação.

No capítulo sexto são realizadas as considerações finais, expondo-se os principais resultados sintéticos.

4. METODOLOGIA

O projecto Fórum de S. Bernardo tem por base a constituição de um grupo de trabalho local, que, a partir do recurso à metodologia de investigação-acção participativa e à técnica de *focus group* foi desenvolvendo um percurso de gradual complexidade desde o encontro e o aprofundamento do conhecimento mútuo entre os parceiros e os conselheiros, passando pela elaboração de um diagnóstico participativo, através do uso da ficha de análise *SWOT*, até ao planeamento e à implementação de estratégias de intervenção concertadas entre as instituições, as associações e os membros da comunidade participantes. A aposta nesta metodologia permitiu a activação de uma rede de intervenção local e o restabelecimento de laços sociais que fortalecerão a vida da comunidade.

5. FONTES COMPULSADAS

O Fórum de S. Bernardo é composto pelos representantes das cinco entidades/associações locais principais, contando, ainda, com a participação de dois conselheiros. Estes conselheiros são elementos da comunidade que representam a memória e a visão de futuro, e que constituem agentes sociais, interlocutores da comunidade, com reconhecimento social perante esta.

A Junta de Freguesia de S. Bernardo, constituída em 1969, nasceu nas antigas instalações da Sociedade Musical de Santa Cecília (associação centenária). A constituição da Junta de Freguesia de S. Bernardo partiu da mobilização das famílias desta comunidade, da Comissão Fabriqueira e do Padre Félix, que activamente patrocinou esta reivindicação.

O Centro Paroquial de S. Bernardo (CPSB), construído em 1971, por iniciativa da Comissão Fabriqueira, com a missão de ajudar as famílias de S. Bernardo, no serviço de apoio à infância e à velhice, tem sido uma entidade incubadora de muitos projectos, que estiveram na base da formação de associações e de instituições que se autonomizaram. Actualmente, acolhe diversas iniciativas, encontra-se envolvida em diversas parcerias e grupos de trabalho, e é reconhecida por toda a população como uma das instituições pilares da comunidade de S. Bernardo. Nesta, cresceram várias gerações que acompanharam a evolução e a qualificação desta instituição.

A criação da Fundação Padre Félix, em 1989, deu corpo ao desejo de um grupo de cidadãos organizados, que, voluntariamente, redistribuíam os bens de que uns dispunham e que a outros faltavam. Criada em homenagem ao Padre Félix, a Fundação tinha como objectivo primordial a construção de uma resposta baseada na solidariedade organizada de combate à miséria e à pobreza sentidas. Com o reconhecimento da complexidade dos fenómenos de pobreza e de exclusão social foi implementada uma estrutura de intervenção local de apoio à família e à comunidade, a valência de atendimento/acompanhamento social, em parceria com a rede institucional. A aposta numa intervenção sistémica exige um trabalho em rede com a comunidade e com outras entidades, constituindo um princípio essencial no combate à reprodução da pobreza, bem como na promoção de medidas preventivas e de bem-estar das famílias. A intervenção comunitária compreende também o desenvolvimento de medidas de inserção (emprego, formação, educação, saúde, entre outras), de actividades de animação sociocultural e de educação não-formal (dança, teatro e tertúlias), em parceria com a comunidade e com as instituições do concelho de Aveiro, e de projectos de voluntariado, que potenciem os recursos existentes na comunidade para o apoio mais efectivo à família, promovendo, assim, a integração social, práticas de partilha e de solidariedade, a participação social e cultural e a construção de espaços de encontro comunitários, que promovam o diálogo e o entrosamento. Pretende-se unir pontos de fragmentação e estimular o sentido de pertença através da construção de pontes dentro da comunidade.

O Agrupamento de Escolas de S. Bernardo, constituído há cinco anos, abrange três freguesias: S. Bernardo, Glória e Santa Joana. A população escolar é muito heterogénea, dis-

tribuinando-se pelas diversas ofertas de ensino: do pré-escolar ao 3.º ciclo (1300 crianças); cursos de educação e formação (CEF); turmas com percursos curriculares alternativos; Centro de Novas Oportunidades (em 2009, prestou apoio a 2590 alunos do nível B1 ao B3 e do secundário); e certificação da qualificação escolar e profissional de pessoas imigrantes, através da realização de exames. A Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de S. Bernardo, para além das competências atribuídas, presta os cuidados básicos de higiene, de saúde e de alimentação de que algumas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social carecem, dando um significativo contributo em matéria de justiça social. Este Agrupamento tem em curso diversos projectos com instituições e associações, no sentido de responder às necessidades identificadas no contexto escolar, e realiza diferentes actividades e iniciativas com a comunidade, promovendo, desta forma, a formação cívica, a participação social e cultural, e a cooperação entre os alunos e entre estes e a comunidade.

A CERCIIV, criada há 35 anos, começou como uma escola de educação especial. Com a criação das CERCI, as pessoas portadoras de deficiência passaram a ter o direito à educação, na sua área de residência. A procura de recursos para a construção dos currículos de educação especial levou a CERCIIV a participar em projectos baseados na metodologia de investigação-acção (descritos em manuais editados pela Fundação Calouste Gulbenkian). Em 1986, foi criado um programa pré-profissional dirigido aos jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos. Em 1988, a CERCIIV implementou dois tipos de respostas tendo em conta as potencialidades de cada pessoa: a formação profissional especial, com vista à integração no mercado de trabalho (existindo protocolos com várias entidades públicas e privadas), e a formação com vista à realização de tarefas simples, desenvolvidas no Centro de Actividades Ocupacionais (CAO). Mais tarde, veio a implementar a medida de Transição para a Vida Activa. Actualmente, a intervenção da CERCIIV é baseada na metodologia centrada na pessoa. Desde 2000, tem em funcionamento um serviço de apoio domiciliário adaptável às necessidades da pessoa portadora de deficiência e da sua família. A partir da implementação do modelo de escola inclusiva, a instituição passou a integrar um centro de recursos (criado a partir do Decreto-Lei n.º 3/08) que trabalha em articulação com escolas de sete agrupamentos. A instituição procede ao acompanhamento de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI) e elaborou uma candidatura na área da saúde mental, numa parceria com o Alto-Comissariado da Saúde e o Departamento de Psiquiatria do Hospital Infante D. Pedro, no sentido de integrar pessoas portadoras de doença mental nos cursos de formação profissional e no CAO.

Luís Barbosa exerce funções como Pároco da Paróquia de S. Bernardo e preside ao Conselho Geral da Fundação Padre Félix e à Direcção do Centro Paroquial de S. Bernardo, estando a seu cargo a missão de assegurar o bom funcionamento destas duas instituições de cariz social e a garantia de satisfação da comunidade.

Fernanda Vieira, coordenadora do Centro de Animação Comunitária (CAC). O CAC surgiu há 10 anos, embora a D.^a Fernanda tenha iniciado algumas actividades de natureza semelhante, em 1997, no âmbito das aulas do Ensino Recorrente que leccionou na JFSB. Tem formação em Animação Sociocultural. O CAC iniciou as suas actividades com idosos de mais de 60 anos; actualmente, trabalha com pessoas aposentadas, por velhice ou invalidez, a partir dos 55 anos de idade. O CAC tem-se assumido como um espaço de criação e de libertação da rotina diária, estimulando hábitos de participação, a valorização da auto-imagem e a promoção da auto-estima de cada pessoa. Este trabalho pessoal significa um aumento na motivação, na qualidade de vida, no exercício e na manutenção das capacidades físicas e cognitivas, sintetizando, num retardar do envelhecimento. O CAC promove, ainda, actividades desportivas, em parceria com a Câmara Municipal de Aveiro e o Centro Desportivo de S. Bernardo, e actividades de animação sociocultural (teatro, dança e canto). O uso da voz, dos cinco sentidos e da memória constitui, assim, uma estratégia essencial na manutenção da saúde e das capacidades físicas e cognitivas, bem como na promoção do envelhecimento activo.

Manuel Mónica, um dos mais dinâmicos e profícuos *operários sociais* da Comissão Fabriqueira de S. Bernardo, que procurou, através da participação em vários núcleos de trabalho e associações, criar uma comunidade solidária e inclusiva. É um reconhecido agente de mudança desta freguesia, atento às pessoas, às necessidades expressas e às oportunidades de desenvolvimento social local. É um importante actor da história de S. Bernardo, que representa a memória da evolução e do viver desta comunidade.

6. INOVAÇÃO

Como aspectos inovadores deste trabalho, destacamos os seguintes:

A análise do papel desempenhado por uma instituição de apoio social, de dimensão reduzida, como motor de arranque da dinâmica social, assumindo-se como facilitadora e como elemento-chave na activação e na coordenação da intervenção social, a par com a autarquia local e com os restantes parceiros.

A ideia da introdução de dois conselheiros, elementos da comunidade, que trazem a memória e a visão de futuro, passada por gerações, transmitida, deste modo, através da “voz” de quem viveu as sucessivas mudanças ocorridas nesta comunidade, conhece em profundidade as dinâmicas do contexto local, detém um sentido pragmático sobre as carências e dificuldades existentes no meio, assim como sobre os recursos que se poderão mobilizar na construção de respostas pertinentes.

A itinerância das sessões do Fórum de S. Bernardo, permitindo a cada entidade acolher os parceiros e dar a conhecer a sua “casa”. Este aspecto foi muito importante na implicação de cada

parceiro e no aprofundamento do conhecimento do espaço e da dinâmica em que cada parceiro está incluído na instituição que representa.

A criação de um espaço de encontro, de reflexão e de planeamento estratégico da acção, de modo participado entre a comunidade e as organizações locais, potenciando a confiança interpessoal e interinstitucional, as relações de reciprocidade e a complementaridade, na construção de uma rede social local coesa.

A concretização de intervenções concertadas, com a participação da comunidade e das entidades locais, na resolução de problemas sociais e na reabilitação de situações de exclusão social.

A promoção da reflexão partilhada sobre respostas de prevenção a problemas em áreas estratégicas (educação, saúde e nutrição, juventude, emprego, inclusão social).

A construção de ideias e de acções de animação sociocultural que revitalizem o movimento associativo e o tecido social local, potenciando o encontro, o convívio, o estabelecimento de laços sociais e a participação da comunidade.

1. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DEMOCRACIA NA MÃO DOS CIDADÃOS

Nunca duvides da capacidade de um pequeno grupo de indivíduos, reflexivos e comprometidos, em mudar o mundo; na realidade, esta foi a única maneira de se conseguir isso até agora.

Margaret Mead, 1901-1978

O momento presente tem sido pautado pelo questionamento dos eleitores sobre as opções políticas e económicas dos eleitos para conduzirem o país, tanto no governo, como na oposição. O jogo político deixa entrever um maior interesse dos partidos políticos no seu próprio percurso, do que nos interesses da nação e nas necessidades expressas pela sociedade. O diálogo dos partidos com as diferentes comunidades e associações acontece breve e pontualmente. As intervenções da “classe política”, de certa forma, previsíveis no momento em que ocorrem, demonstram uma atitude de distância em relação às díspares realidades sociais do país. As imagens de confiança e os sucessivos compromissos, com um cenário de mudança que traga “ventos de prosperidade” e “um melhor futuro para todos”, fazem parte de *slogans* apregoados por muitos. Porém, o ceticismo dos cidadãos vence a esperança de uma efectiva melhoria para todos.

O modelo actual de sociedade encontra-se preso a uma lógica de produção e de consumo que absorve a criatividade e a autonomia dos cidadãos, tornando-os passivos participantes no sistema económico instituído. A prática de intensas rotinas de produção e a crescente precarização do trabalho resultaram no desinvestimento na criação de espaços e de dinâmicas de participação social (Santos, 2002). A constatação de uma cidadania passiva, marcada pela reduzida participação associativa e pelo alheamento da representação política, parece significar uma certa atitude de demissão por parte dos cidadãos perante o sistema estabelecido e a percepção de que a sua opinião não é considerada pelos órgãos da administração pública. Esta percepção é visível no estudo de Cabral (2000; 2003), que, relacionando o processo de socialização política com a valorização da opinião individual dos cidadãos, revela uma propensão nula de 40% dos inquiridos para se associar, por considerarem que a sua opinião não é importante. Para além deste facto, o défice de identificação expressa pelo eleitorado português em relação à oferta partidária disponível (43%)² poderá estar relacionado com a insuficiente existência de demarcadas diferenças qualitativas nas opções políticas dos vários partidos, que, aos ouvidos dos cidadãos, soa a um discurso com muitas semelhanças.

² Cf. Cabral, 2003: 34.

A existência dos fenómenos de populismo e de clientelismo agrava o sentimento de descrença no sistema, dado que, de acordo com Santos (2002: 215), “a representação democrática perdeu o contacto com os anseios e as necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos”. Este cenário propicia a intimidade entre o Estado e os grupos com poder social, e cria uma distância em relação aos sectores sociais, que, apesar de constituírem uma maioria, têm menos poder (Santos, 1994). De modo similar, também as regiões mais periféricas e com menos poder económico (em termos de riqueza e de produção/indústria) têm assistido, por falta de poder de negociação, ao dismantelar de importantes serviços (nomeadamente, de saúde e de educação), em nome da centralização e da rentabilização de recursos. A desertificação do território traduz a desvalorização e o abandono de populações, a retirada do seu acesso a serviços estratégicos, o enfraquecimento do seu poder e da sua capacidade de iniciativa, conduzindo-as para uma lógica de concentração populacional nas grandes cidades e de massificação do litoral.

Constata-se, desta forma, um divórcio recente entre a classe política e os eleitores, que emitem sinais de descontentamento através do elevado nível de abstenção registado nos actos eleitorais e do surgimento de movimentos cívicos de reivindicação dos seus direitos, quer em associação, quer pontualmente, nos *media* e na utilização das novas tecnologias da comunicação ou das redes sociais na *Internet* (e.g. *blogue*, *twitter* e *facebook*). Neste contexto, Roßteutscher (2000: 233) conclui que “o sistema de representação política existente é deficiente, e, logo, já não é adequado para expressar as disposições de um público diferente e para responder ao desafio de uma ordem social e económica em mudança global”.

As flutuações económicas e convulsões políticas actuais têm dado conta do poder efectivo que a mobilização popular tem. A sobreposição de interesses económicos sobre os valores sociais tem sido motivo de revolta, dado que, de novo, as correcções financeiras, para a superação de mais uma crise do sistema capitalista, irão recair sobre o cidadão comum, afectando o seu salário, a sua inserção profissional e o seu projecto de vida, e comprometendo o acesso a direitos conquistados e a serviços básicos.

A subjugação dos Estados ao mercado tem sido motivo de oposição dos cidadãos face a políticas orientadas por valores quantitativos, que acentuam a precariedade da sociedade e provocam a quebra das garantias de protecção social. Neste contexto de instabilidade económica e social, constata-se uma maior intervenção de alguns sectores da população, que se associam para, assim, aumentarem o seu poder de negociação e fazerem ouvir os seus argumentos.

Os recentes movimentos de contestação dos governos, na praça pública, embora com diferentes enquadramentos e motivos, reportam-nos à Europa dos finais dos anos 60, em que os estudantes encheram as ruas em protesto, desafiando mudanças radicais no curso da história dos seus países. Estes movimentos estudantis e juvenis marcaram a génese de novas formas de intervenção pública que tomaram posições de confronto com a instituída “ordem política demo-

crática”, preconizando a abertura do processo político aos cidadãos (Rodrigues, 1995: 2). Neste contexto, o aparecimento dos novos movimentos sociais propicia o questionamento do modelo de sociedade pós-capitalista e a defesa duma acção colectiva assente na “contra-cultura”, que privilegia processos de democracia participativa e que estimula o exercício da cidadania, enquadrando diferentes visões e vozes. Os novos movimentos sociais constituem importantes mecanismos de *empowerment*, pois emanam a convicção de que o curso da história e da sociedade pode ser criado e mudado pelas pessoas (Melucci, 1989; Touraine, 1984, e Offe, 1992, *cit. in* Fernandes, 1998).

1.1. ASSOCIATIVISMO COMO TOMADA DE CONSCIÊNCIA SOCIAL

O associativismo desempenha um papel preponderante na organização das sociedades democráticas. Na perspectiva de Tocqueville (1972, *cit. in* Viegas, 2004), o associativismo gera novas formas de sociabilidade, conciliando dois valores essenciais, a igualdade e a liberdade.

Se, nas sociedades tradicionais, a identidade do indivíduo era definida pela rede de relações de parentesco e de comunidade em que estava inserido desde a nascença, nas sociedades modernas, com o esbatimento destas relações, o indivíduo passa a ser visto como um cidadão com direitos e deveres, à luz da lei e do Estado. Deste modo, a participação nas associações voluntárias, segundo este autor, conduz a uma partilha do poder pelos indivíduos, que, isolados, estariam vulneráveis ao risco de tirania do Estado, bem como a uma tomada de consciência social sobre o papel que cada um deverá exercer na gestão da comunidade.

Para Durkheim (1977), a defesa do associativismo, na passagem para a sociedade moderna, reside na aquisição de novos mecanismos de reforço da solidariedade social, capazes de produzir uma forte consciência colectiva. Neste sentido, o autor sugere a adopção, em particular, do modelo corporativo ou o agrupamento pelo mesmo ofício, dado que este pressupõe a existência de uma base material (de produção) e de uma base simbólica ou “consciência moral”, a qual protegeria a sociedade dos riscos de anomia.

Meister (1972, *cit. in* Viegas, 1986: 110), por outro lado, demarca-se da lógica da sociedade tradicional, colocando a tónica da importância das associações voluntárias em dois pontos-chave: na libertação do indivíduo em relação aos “constrangimentos dos grupos de origem”, e no incentivo da “mudança social através do empenho das camadas populares”.

O associativismo marca, assim, uma viragem na lógica de reprodução social das sociedades modernas, e atribui um papel preponderante ao indivíduo, enquanto cidadão e sujeito na mudança social.

O associativismo cultural, enquadrado num quadro de educação popular, de acordo com Dumazedier (1976, *cit. in* Viegas, 1986), pressupõe a difusão da cultura numa perspectiva de

democratização social e cultural. Logo, a acção associativa reveste-se de um carácter essencial para a construção de laços sociais, protectores do tecido social; potencia a formação da consciência social e de formas de democracia participativa; e propicia, desta forma, a ascensão social das camadas populares.

Partindo das concepções teóricas dos autores enunciados, iremos abordar, de seguida, o percurso do associativismo no contexto português.

1.1.1. Génese do movimento associativo popular português

Em Portugal, as associações culturais ou colectividades surgiram na década de 40, do século XIX, e procuravam reflectir uma conotação identitária. Assim, algumas apareceram associadas à defesa da identidade local e cultural (incluindo os nomes de terras e de bairros) e, outras, ao movimento operário.

O associativismo popular³, de carácter operário, visava a defesa da reforma social e a melhoria das precárias condições de vida do nascente proletariado (Leite, 1986). Neste, a criação da Associação de Socorros Mútuos assumiu um papel primordial, na instituição de práticas de entreajuda mútua e de responsabilidade social, em que “o operário, associando-se ao operário, tirando todas as semanas da sua fêria uma pequena *parcela*, garante os recursos para os dias de doença, e, por esta forma, sem vender, sem empenhar, sem os seus morrerem de fome, recupera a saúde no regaço da família” (Goodolphim, 1876: 23-24).

As Mutualidades assumiram-se como organizações “pioneiras na área do seguro social e de movimento social, pressionando para uma maior intervenção do Estado nesta área, em especial durante a Primeira República” (Ferreira, 2000). A filosofia de auxílio recíproco no fornecimento de bens e de serviços, através, essencialmente, das quotizações dos seus associados, desempenhou um papel determinante, designadamente, na atenuação ou, mesmo, na erradicação de situações pautadas pela miséria, bem como na criação de condições para a aquisição de qualificação escolar e/ou profissional dos operários. As Mutualidades contribuíram, desta forma, para a ascensão social de profissionais provindos das classes mais baixas, que, por meio destas redes de apoio mútuo, distribuíam os recursos existentes, de modo a colmatar as necessidades sentidas pelos seus associados. Durante o Estado Novo, este movimento viria a sofrer uma restrição, devido ao “surgimento do seguro social obrigatório, aos próprios problemas de gestão financeira e às medidas repressivas e de ingerência do Estado Novo” (Rosendo, 1996, *cit. in* Ferreira, 2000: 9).

Entre 1910 e 1926, durante a Primeira República, regista-se o aparecimento de movimentos sociais geradores de práticas educativas, tais como o movimento associativo e as sociedades de

³ O associativismo popular é definido por Melo (1999: 95) como “o movimento de agregação livre de indivíduos em colectivos autónomos”.

cultura e de recreio, o cooperativismo e o sindicalismo. Estes movimentos foram determinantes para a defesa e para a reivindicação de direitos sociais, bem como para a afirmação do direito ao associativismo e do seu papel na génese de práticas culturais desafiadoras das consciências (Catarino, 2003).

Durante o Estado Novo, a repressão e a censura asseguravam a dominação do povo através duma ideologia que se difundia nas práticas diárias e nos comportamentos sociais, mantendo “brandos” os costumes e o pensamento. A política juvenil do regime era predominantemente orientada para o enquadramento e para a socialização política dos jovens a partir da intervenção no sistema educativo e no associativismo juvenil, de modo a assegurar uma socialização moral, em conformidade com a ideologia preconizada, assente em dois valores primordiais: o nacionalismo e a obediência.

Neste enquadramento, o desporto “adquire o valor de símbolo do território de que cada indivíduo se apropria” (Leite, 1986: 103). Neste campo, os jogos adquirem uma importante relevância, uma vez que remetem para a defesa da identidade nacional, promovendo a simbologia e a ideologia do Estado Novo.

Um outro elemento que constituiu um importante palco na génese do movimento associativo foi a música, que, desde a segunda metade do século XIX, se assumiu como um factor motivador do surgimento de inúmeras associações recreativas por todo o país, com ênfase na criação de bandas filarmónicas. Estas associações assumiram-se como espaços de convivência e de reprodução cultural, e, também, de libertação do operário da sua rotina diária, distanciando-o das difíceis condições de trabalho e de vida. Estas colectividades desempenharam um importante papel na constituição de redes de solidariedades, que procuravam colmatar as necessidades dos associados e das suas famílias.

Este espírito de solidariedade era reproduzido, igualmente, nas associações regionalistas que agregavam os indivíduos vindos das regiões rurais para os contextos urbanos. A reprodução da expressão cultural e das condutas sociais dos contextos de origem era um dos objectivos destes núcleos de sociabilidade. O acesso era restrito, facto que propiciava a construção de “espaços privilegiados de manifestação de redes de influência e poder”, determinantes para a integração social e profissional do indivíduo recém-chegado à cidade (Leite, 1986: 106).

À semelhança deste modelo, o associativismo regionalista nas antigas colónias surgiu da necessidade de estruturação das comunidades migrantes portuguesas. O florescimento associativo ultramarino seguiu-se à criação de associações regionais na metrópole, funcionando, no ultramar, como “espaços de referência comunitários e intergeracionais” (Melo, 2004: 4), que potenciavam o sentimento de pertença e a construção de redes de entajuda, numa terra colonizada. Este movimento associativo proporcionou o estabelecimento de laços sociais, a constituição de redes de suporte social e o desenvolvimento de actividades sociais e culturais, que aprofundaram as relações de afecto e marcaram a memória de uma época na vida associativa e

colectiva no Ultramar. Embora a sua acção fosse financiada e controlada pelo Estado Novo, estas associações apresentavam alternativas à ideologia colonialista e discriminatória do regime, assumindo um papel de “contra-poder” na criação de “espaços plurirraciais” (Melo, 2004: 8).

Em 1924, surgiu a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio (FDSPER)⁴, pela mão de indivíduos de origem republicana, com várias sensibilidades políticas. Segundo os estatutos, esta Federação tinha como principais objectivos: “a defesa dos interesses materiais, sociais e morais das colectividades federadas”, “a promoção cultural da população associativa” e da “solidariedade inter-federadas” e, ainda, a “salvaguarda da autonomia no meio e sua fiscalização jurídica”; no art.º 4.º, a entidade declarava-se “alheia em absoluto a quaisquer princípios filosóficos, políticos, ou religiosos” (FDSPER, 1931, *cit. in* Melo, 1999: 98).

Com a instauração do Estado Novo, em 1926, houve a imposição de uma doutrina, que difundia uma “educação profundamente nacionalista, à margem de quaisquer ideias de subversão social e dentro do quadro da moral cristã, tradicional do país”, logo, contrária ao espírito da FDSPER. Esta Federação representava uma plataforma de colectividades independentes e autónomas que constituíam “espaços genuínos de sociabilidade local, onde o espírito de solidariedade e a comunhão de interesses e anseios eram características essenciais, possibilitando a estruturação de iniciativas plurais e autónomas relativamente à perspectiva oficial num âmbito local” (Melo, 1999: 95). Dado que a Federação tinha uma abrangência nacional e promovia uma vivência democrática da sociedade civil, divergente do “nacionalismo corporativo”, esta organização passou a ser alvo duma estratégia que visava o controlo da sua acção e o seu enfraquecimento.

A intervenção do Estado na regulação das colectividades procurou restringir as actividades e balizar os pressupostos ideológicos destas, cerceando as manifestações ideológicas contrárias aos ideais dominantes. Assim, a criação de organismos corporativos, como as Casas do Povo e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), tinha como ambição orientar o associativismo, de modo a garantir a difusão de um ideal nacionalista, condizente com o regime, e esvaziar o associativismo popular independente. As Casas do Povo visavam a cooperação social, o apoio aos trabalhadores agrícolas, a implementação do regime especial de abono de família e o “aproveitamento dos tempos livres dos associados para fins recreativos, educativos e de valorização física” (Lei n.º 2144, base v, n.º 2), sendo proibidas as associações culturais com os mesmos fins e as mesmas áreas de intervenção. A FNAT tinha por fim “aproveitar o tempo livre dos trabalhadores portugueses de forma a assegura-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral” (art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 25495).

Esta estratégia fazia parte da denominada “política do espírito”⁵, que consistia em três pontos essenciais: o uso da cultura como meio de propaganda (os movimentos culturais deveriam

⁴ Em 1949, adopta uma nova designação: Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR).

⁵ Melo (1999). “Política Cultural do Estado Novo” (http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/cultura.html).

ser orientados no sentido de glorificar o regime e o seu chefe); a tentativa de conciliação das velhas tradições e dos antigos valores com a modernidade da época, numa perspectiva nacionalista; e o estabelecimento de uma cultura nacional e popular com base nas raízes e tradições populares e nos ideais do regime. A “política do espírito”, levada a cabo pelo, então, Secretariado de Propaganda Nacional, pretendia direccionar os portugueses para um pré-determinado “recreio físico, cultural e espiritual” (Melo, 1999: 108).

Apesar das restrições do Estado Novo, o movimento associativo popular resistiu, através de rituais de unificação do meio associativo e da diversificação da sua acção no domínio cultural, constatando-se a proliferação do associativismo. Em 1940, regista-se a existência de três mil colectividades em Portugal.

No período pós-guerra, a Federação revelava um significativo impulso associativo na componente cultural, que resultou no fortalecimento da posição federativa. Nesse momento, foram realizados ciclos de conferências sobre a temática do associativismo e a sua relação com o desenvolvimento sociocultural. Em 1942, o ciclo de conferências, intitulado “Pela Cultura Popular”, foi difundido por duas rádios, de modo a abranger uma audiência mais alargada. Os ciclos de conferências e as palestras itinerantes, realizados em 1946, significaram uma maior intervenção intelectual e um reforço do movimento associativo (Melo, 1999).

Na década de 50, regista-se uma nova restrição à autonomia associativa das colectividades, sendo estas obrigadas a integrarem a FNAT e a desvincularem-se da, então denominada, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR). Em 1964, a ideologia e a existência da FPCCR foram ameaçadas pelas propostas de alteração aos seus estatutos, que subordinavam a sua acção à Presidência do Conselho, que excluía as afirmações de não interesse pela política e de laicismo, e que instituíam a proibição de filiação federativa às colectividades que, “por motivos de ordem política interna ou externa”, fossem contrárias aos “interesses colectivos e aos da Nação” (Melo, 1999: 112).

Nos prelúdios da Revolução de Abril, a sociedade portuguesa, encurralada pela ideologia autoritária do Estado Novo, ia expressando, na clandestinidade, o seu descontentamento perante a situação política e social do país. A contínua contestação, através do forte movimento associativo, foi surdamente abrindo brechas na difusão da ideologia e no controlo do regime. A política ultramarina adoptada, materializada numa guerra que mitigava a juventude portuguesa e as populações colonizadas, constituiu um marco na subida do tom do sentimento de revolta. De acordo com Barreto (2007: 10), Portugal viveu subjugado à “mais longa ditadura pessoal da Europa Ocidental”. Em relação aos países da Europa mais desenvolvidos, segundo este autor, o nosso país estava numa situação de vulnerabilidade, uma vez que os portugueses eram “os mais analfabetos; os que tinham pior saúde pública; os que tinham menos indústria; maior mortalidade infantil; censura; mais baixos rendimentos; e pior alimentação”.

Foi nesta sociedade amordaçada, controlada e analfabeta, que “a cultura juvenil associativa dos anos 60 foi um factor relevante na extinção do Estado Novo, e na reconfiguração radical que se seguiu do Estado e da sociedade em Portugal” (Sobral, 2007: 1).

1.1.2. Associativismo e liberdade

O movimento associativo português conseguiu sobreviver ao período do Estado Novo, ali-cerçado nas sociabilidades locais, na consciência cívica e democrática e na reinvenção do associativismo. Muitos homens e mulheres encontraram, nas associações a que pertenciam, a liberdade e a democracia que desejavam ver na sociedade (Martins, 2010).

Com o fim da ditadura, o movimento associativo ganhou um novo dinamismo. De acordo com Viegas (1986), se, por um lado, se constatava o desinvestimento na vida das colectividades (traduzido na falta de criatividade cultural), por outro, verificava-se o crescimento do movimento associativo cultural, em termos de dimensão e de abrangência a novos campos, como o ambiente e a ecologia, a defesa do património e do consumidor, a família, a intervenção junto da pessoa portadora de deficiência, a ciência e a tecnologia, a área profissional e os movimentos de moradores, dos estudantes e dos jovens. Este autor distingue dois tipos de associativismo: um de “expressão”, orientado para prestar serviços à população, em termos da formação, do ensino, da protecção e do ordenamento urbano, numa relação estreita com o Estado; e outro, “reivindicativo”, orientado para a intervenção social, com base no movimento de associativismo cultural, que visava o reenquadramento da relação entre o indivíduo e o Estado, e a abrangência de novas demandas sociais (Viegas, 1986: 108). O movimento associativo revela, neste período, um maior dinamismo através da inclusão de diversas associações e de diferentes associados, e da abertura a novas áreas sociais, culturais e profissionais.

Com a conquista da liberdade, a experiência na gestão participada e em práticas democráticas levou a que muitos dirigentes associativos fossem convocados para desempenhar funções em diferentes níveis de poder. Este contexto e o entendimento de que a difusão de práticas associativas, na sociedade portuguesa, constituía um passo sólido para a vida em democracia, favoreceram a regulamentação do livre associativismo, constante no Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, no qual se afirma que “o direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade”. A adesão ao movimento associativo pressupunha a inclusão e a participação de todos os cidadãos na construção colectiva de um novo projecto de sociedade. Assim, procurou-se contrariar os obstáculos do analfabetismo e da falta de conhecimento e de informação, predominantes nos sectores ligados ao mundo rural, através de iniciativas resultantes do associativismo, com o intuito de atribuir poder aos grupos sociais mais vulneráveis. O apelo ao associativismo está patente no desafio aos agricultores feito por Vasco

Gonçalves, então primeiro-ministro, na intervenção de celebração do 1.º de Maio de 1975: “da parte dos camponeses esperamos a adesão total ao espírito do 25 de Abril, ou seja, a tarefa de reconstrução da nossa Pátria. Nesse sentido, os camponeses devem abrir-se às ideias novas do associativismo e ao cooperativismo e devem lutar por abandonar o peso de um passado em que os governantes tudo fizeram para os manter na ignorância e na miséria”⁶. Porém, as associações ligadas à reforma agrária deixavam transparecer uma visão política e ideológica com características de antagonismo de classe, “de forma espontânea ou de forma induzida” (Fernandes, 1998: 111).

Para além das cooperativas, a constituição de associações nos meios rurais permitiu a construção de redes viárias, de escolas e o abastecimento de água e de electricidade; nos meios urbanos, as reivindicações deram lugar à união de esforços e à constituição de associações de moradores, que conduziram a processos de qualificação dos espaços e à construção de habitações. Neste período, o nível de participação nas associações era intenso. Este elevado grau de mobilização deverá ser compreendido num contexto revolucionário e de “efervescência social”, pois, como afirma Fernandes (1998: 110), “à medida que a democracia se foi institucionalizando e consolidando, (estes movimentos) tenderam a desaparecer ou a reorientar a sua actividade, transformando-os em meras associações”.

Com o fim da repressão, as ciências sociais conheceram um significativo progresso, pois a sociologia era identificada, pelo Estado Novo, com o socialismo. Após o 25 de Abril, a sociologia portuguesa passa a usufruir de condições políticas para desenvolver estudos de análise social, para o conhecimento da sociedade portuguesa (Santos, 2002). Estes estudos serviriam, mais tarde, como um sólido suporte para a definição e para a implementação de políticas sociais.

Também a animação sociocultural conheceu um desenvolvimento importante na construção e na implementação de processos de autonomização e de *empowerment* das populações, designadamente na promoção de campanhas de alfabetização, de dinâmicas culturais e da intervenção comunitária. Neste período histórico, os governos provisórios e o Movimento das Forças Armadas assumiram a animação sociocultural como um método eficaz na intervenção comunitária, constituindo exemplos de referência a criação da Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural (CIASC) e as sucessivas campanhas de dinamização cultural e animação cultural realizadas (Lopes, 2006). Neste sentido, a CIASC, reconhecida como uma entidade “aglutinadora da dinamização local”, a cargo do Ministério dos Assuntos Sociais, elegeu três principais “ideias-força” para a sua acção: “tornar o Povo de objecto em sujeito da sua história, através da sua participação no processo de transformação da sociedade”; “a necessidade de, para tal, criar

⁶ Centro de Documentação 25 de Abril (<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>).

uma consciência crítica generalizada”; e “transformar a ideia de «funcionário do Estado» em «funcionário do povo»⁷.

A força da esperança num futuro colectivo em que o espírito comunitário fosse concretizado, compreendia um ideal humanista que apelava à união e à participação. Com o 25 de Abril, os processos de animação sociocultural, em Portugal, foram determinantes para a dinamização cultural, para a formação de ideias inovadoras, para a implementação de projectos e de experiências sociais, em que a comunidade era a força motriz deste novo projecto de sociedade imaginada. A mobilização popular e a prática dos “três D(s)” – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver –, expressavam uma intenção de se alcançar um perfeito ideal comunitário em que a libertação do homem e da mulher constituía o móbil de uma sociedade renascida.

Foi, assim, possível alcançar “a democracia, o pluralismo de expressão e a organização política democráticas (...), visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (Constituição da República Portuguesa, art.º 2.º).

1.1.3. Enquadramento legal do associativismo

O associativismo, como prática que pressupõe o debate livre e crítico e a apresentação de respostas alternativas às necessidades sentidas pela sociedade, a promoção dos valores relativos ao exercício da cidadania, a união e a formação de uma identidade colectiva, reflecte o nível de participação e a percepção do poder que cada cidadão tem na qualificação da vida social.

Relativamente ao reconhecimento e ao enquadramento legal do direito ao associativismo, em termos do direito internacional, dois documentos constituíram a base orientadora para a produção de legislação neste âmbito, designadamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), que afirma que “toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas” (n.º 1, do art.º 20.º); e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem⁸ (publicada em 1950 e ratificada por Portugal em 1978), que estabelece o direito de “liberdade de reunião e de associação” (art.º 11.º).

Em termos do direito português, a Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada em 2 de Abril de 1976, estipula, no art.º 46.º, a liberdade e a independência na constituição de associações e na prossecução dos seus fins, sem interferência das autoridades públicas, a impossibilidade de dissolução pelo Estado, a abolição de práticas de obrigação e de coação na

⁷ Acta da reunião de 21 de Fevereiro de 1975. Documento disponível em Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>).

⁸ Aprovada para ratificação pela Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro, publicada no Diário da República, I Série, n.º 236/78, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem contempla no art.º 11.º, n.º 1 que “qualquer pessoa tem direito à liberdade de reunião pacífica e à liberdade de associação, incluindo o direito de, com outrem, fundar e filiar-se em sindicatos para a defesa dos seus interesses”; no entanto, o presente artigo “não proíbe que sejam impostas restrições legítimas ao exercício destes direitos aos membros das forças armadas, da polícia ou da administração do Estado”.

integração de uma associação, e de “organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista”. No art.º 51.º é contemplada a liberdade de constituição e de participação em associações e em partidos políticos, e de, através deles, “concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político”.

A CRP contempla ainda o reconhecimento e a importância da acção de outros tipos de associações importantes para a construção social, tais como as associações sindicais (art.º 55.º, embora constante em vários outros artigos da CRP), as de defesa dos direitos dos consumidores e as cooperativas de consumo (art.º 60.º, al. 3.); as associações relativas à saúde pública, às famílias (art.º 67.º, al. g do n.º 2), à defesa da qualidade de vida, à preservação do ambiente e do património cultural (art.º 73.º, n.º 3); as organizações de moradores (art.º 267.º); as associações e as fundações de fins culturais e as colectividades de cultura e recreio (n.º 3 dos art.ºs 70.º e 73.º); as organizações juvenis (art.º 70.º, n.º 3); as associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de carácter científico (art.º 77.º, n.º 2); as associações e as colectividades desportivas (art.º 79.º, n.º 2); o associativismo dos trabalhadores rurais e dos agricultores (art.ºs 93.º e 97.º); as associações públicas (art.ºs 165.º e 267.º) e as associações de administração de interesse comum (art.ºs 247.º e 253.º).

O Código Civil Português (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47334, de 25 de Novembro de 1996, protege igualmente a criação de associações.

1.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1.2.1. CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A cidadania social, emergente da cidadania cívica e política, no período do capitalismo organizado, estabelece a aquisição de direitos sociais fundamentais, no âmbito das relações de trabalho, da segurança social, da saúde e da habitação por parte das classes trabalhadoras (Santos, 1994).

De acordo com Marshall (1950), a cidadania compreende o conteúdo da pertença igualitária a uma dada comunidade política, sendo a sua eficiência social e política aferida através do reconhecimento dos direitos e dos deveres, bem como das instituições a que dá origem. A cidadania, como uma construção teórica em evolução, cimentada em marcantes momentos históricos, abrange, actualmente, uma diversidade de campos, desde as relações sociais e institucionais à relação humana com a natureza. O reconhecimento gradual da cidadania em diferentes áreas reflecte um percurso iniciado com a conquista dos direitos cívicos (primeiro momento de desenvolvimento da cidadania), passando pelos direitos políticos, até aos direitos

sociais. Estes últimos, desenvolvidos em plenitude no período pós-Segunda Guerra Mundial, visaram a reconstrução de um cenário de confiança e do tecido social na Europa, e marcaram a consolidação do Estado-Providência. Os direitos sociais representaram um equilíbrio entre o Estado e o mercado, e o prevalecimento do princípio da comunidade, que preconiza a “obrigação política horizontal entre indivíduos e grupos sociais” e a “solidariedade participativa e concreta” (Santos, 1994: 211). Estes têm como referência social a classe operária, a qual foi “o motor e o conteúdo” de um contexto marcado por lutas sociais de classe que estiveram na base da criação de estruturas de expressão da solidariedade operária.

Porém, a complexidade das relações entre o cidadão e o Estado levou a uma “burocratização dominadora” (Freire, 1970: 24), a uma crescente percepção de vigilância e de controlo, ao aprisionamento aos ritmos e à lógica de produção-consumo, e à perda de solidariedades das redes sociais de interconhecimento e de entreaajuda no cinzento e atomizante espaço urbano. Perdeu-se a “dimensão humanista da luta”, segundo Freire (1970), alimentando-se a passividade através do ideal de felicidade vendido pelo consumismo compulsivo de mercadorias.

Nos anos 60, o movimento estudantil, “porta-voz das reivindicações mais radicais” (Santos, 2002: 179), assumiu-se, de acordo com Touraine (1973, *cit. in* Fernandes, 1998: 117), como um reflexo dos “conflitos sociais de uma sociedade pós-industrial”, em que o conhecimento e a informação passaram a constituir os elementos-chave na produção. Este movimento ambicionou despertar a sociedade e alargar o debate e a participação social, numa atitude marcada pelo antagonismo face à lógica do produtivismo e do consumismo, e pela defesa de uma alternativa antiprodutivista e pós-materialista; identificou e criticou as opressões diárias, “na produção (trabalho alienado) e na reprodução social”; ainda, declarou “o fim da hegemonia operária nas lutas pela emancipação social”, e legitimou a “criação de novos sujeitos sociais de base interclassista” (Santos, 1994: 215). Foi esta geração das décadas de 60 e de 70, segundo Eder (2001: 15), a promotora de uma “nova cultura do movimento social”, que se expandiu à economia, à política, à cultura e à religião.

1.2.2. Emergência dos novos movimentos sociais

Se, antes, o movimento operário evidenciava uma unidade de classe em prol da libertação dos trabalhadores das malhas das relações de poder, na época pós-industrial, a força social do operariado, nos países ocidentais, revela um enfraquecimento devido à crescente fragmentação do proletariado e à flexibilização do trabalho e dos salários. O movimento operário viu-se, assim, impelido a abrir-se a outras dimensões da vida social e cultural. O sindicalismo desempenhou aqui um papel essencial na “promoção dos direitos de cidadania para largas camadas da população e na luta pela integração na sociedade global” (Fernandes, 1998: 109).

O “retorno do actor” como sujeito (Touraine, 1984, *cit. in* Fernandes, 1998: 105) introduz uma nova demanda democrática, baseada na interdependência entre o actor e o sistema, ou seja, num sistema de acção em que o indivíduo se assume como produtor e não como consumidor da situação social. Esta abordagem sistémica, no contexto pós-industrial, compreende a génese de novas formas de conflito e a formação de novos actores. Melucci (1989) demarca o carácter específico da concepção de movimento social, enquanto uma forma de acção colectiva, baseada na solidariedade, em que é produzido um conflito, de modo a romper os limites da compatibilidade com o sistema no qual a acção ocorre. Neste sentido, a acção, resultante da interacção de recursos, fins e obstáculos, adquire uma direcção intencional, definida a partir de um sistema de “oportunidades e coerções” (Melucci, 1989: 52). Os movimentos gerados, segundo este autor, constituem, desta forma, sistemas de acção que “operam num campo sistémico de possibilidades e limites” (Melucci, 1989: 52). Os actores concebem a sua acção, procurando, assim, produzir a solidariedade e a identidade, princípios fundamentais para a mobilização e para a consolidação dos movimentos. Nesta perspectiva, Eder (2001: 11) sugere que a existência de interesses, de valores e de normas partilhados imprime um sentimento de pertença cultural, “transformando a cultura de protesto numa cultura de grupo mais abrangente”. A mobilização de uma nova cultura de protesto, de acordo com o autor, agrega pessoas com semelhantes valores culturais, embora de diferentes classes sociais. A mobilização da acção colectiva assume-se, deste modo, como um mecanismo que procura reformular as fronteiras entre as classes e regularizar as relações de classe.

A totalidade, a identidade e a oposição constituem, na perspectiva de Touraine (1984, *cit. in* Fernandes, 1998), três princípios basilares e interdependentes para o aparecimento e para o desenvolvimento dos novos movimentos sociais (NMS). Estes instituem um pensamento de ruptura, que, ao transcenderem as relações de produção, revelam uma sólida componente cultural na defesa da “identidade, da expressividade, da “boa vida e das relações consensuais”, para Eder (2001: 17), dos “valores, da cultura e da qualidade de vida”, na perspectiva de Santos (1994: 224). Segundo Touraine (1984, *op. cit.*), os NMS evidenciam o reconhecimento do direito à igualdade cultural, numa sociedade fragilizada pela desordem e pela destruição do ambiente.

A emergência dos NMS evidencia uma oposição à intervenção crescente do modelo capitalista nas relações sociais, nos sistemas simbólicos⁹, na identidade individual e nas necessidades, dado que este modelo preconiza uma lógica materialista que contamina as relações sociais com jogos de inclusão e exclusão que têm como principal alvo as classes populares, contribuindo para o agravamento da pobreza, para o desequilíbrio interior dos indivíduos e para o alheamento face a ameaças presentes ou futuras. Contrariando esta lógica anestesiante e alienante, a redefinição da situação social assume-se como uma parte central da acção do movimento (Eder, 2001). Os

⁹ O consumo, de acordo com Baudrillard (1991, *cit. in* Silva, 2002: 133), é uma linguagem, que expressa “conotações diferenciais, de estatuto, de prestígio e de moda”.

novos movimentos sociais ambicionam despertar as consciências individuais e sociais, fomentar a criação de uma identidade colectiva e dar visibilidade social aos problemas existentes, denunciando as contradições e identificando as novas formas de opressões diárias. Preconizam um novo paradigma social assente na cultura e na qualidade de vida, através do estímulo da emancipação com vista à transformação do quotidiano, *aqui e agora*. Os NMS reivindicam mudanças, tanto ao nível global como ao nível local, nos processos de socialização e de transmissão cultural, nos modelos de desenvolvimento e na execução de “transformações concretas, imediatas e locais” (Santos, 1994: 225).

1.2.3. EMERGÊNCIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE PORTUGUESA

No que concerne a Portugal, após 1974, assiste-se ao agravamento dos problemas ambientais, consequência do desenvolvimento económico do país, e, em simultâneo, ao aumento da ocasião e da capacidade interventora da sociedade civil em diversos campos (Figueiredo & Fidélis, 2003). Porém, Santos (1994) constata a fraca implantação dos NMS, em Portugal, a qual se deve ao facto de os “velhos” e de os “novos” movimentos sociais terem brotado ao mesmo tempo, no momento subsequente à Revolução, preconizando dois formatos distintos de participação: um assente na democracia representativa, o outro na democracia participativa. O investimento no modelo de democracia representativa contribuiu, na visão deste autor, para o enfraquecimento dos NMS e para o défice de movimento social da sociedade portuguesa, concorrendo para o mesmo, de igual modo, a consolidação de um capital político e simbólico específico, e a excessiva politização no momento de emergência dos movimentos (através da captação política dos movimentos e dos seus participantes para o campo partidário); Rodrigues (1995: 7) assinala, ainda, a falta de capacidade das estruturas organizativas na coordenação de recursos e de objectivos de mobilização política coesos, o reduzido peso das novas classes médias e a tendência de a população se mobilizar somente quando os seus interesses “materiais e imediatos estão ameaçados”. Santos, destaca, ainda, a ausência de “agentes externos”, que se “dediquem aos movimentos e invistam neles o capital profissional, ideológico, cultural ou político de que dispõem” (1994: 230).

Desde 1986, ano da entrada de Portugal na, então, Comunidade Económica Europeia (CEE), ao ano 2000, registou-se o aumento exponencial do número de organizações sem fins lucrativos, tendo este triplicado. Entre estas organizações sem fins lucrativos, Martins (2005), apurou a preponderância das associações de âmbito mais tradicional, as quais, na sua intervenção, se aproximam mais dos “velhos” movimentos sociais. Recentemente, observa-se a emergência de um movimento associativo ligado ao património ambiental e histórico-cultural, às questões cívicas e identitárias, à defesa dos direitos dos animais, ao consumo e ao lazer. Este movimento revela a

introdução e a difusão de novas práticas, bem como de estilos de vida alternativos e de identidades assentes na diversidade cultural e no desenvolvimento sustentável. Esta visão é reflectida nas acções de diversas associações que, com as suas práticas, quebram fronteiras culturais e convidam à experimentação e à participação da sociedade civil, difundindo a riqueza das culturas imigrantes presentes na sociedade portuguesa, divulgando as diferentes artes, promovendo a animação sociocultural na implementação de dinâmicas de integração e de valorização social e cultural (ao levarem, por exemplo, as artes e as expressões culturais, de moradores em bairros sociais a espaços culturais, na cidade), valorizando o envelhecimento activo, impulsionando o comércio justo e a adopção de comportamentos sustentáveis.

Na análise do quadro relativo ao novo associativismo português, Martins (2005) constata a participação de elementos bastante qualificados e com práticas culturais. A existência de qualificações reflecte-se na inserção profissional, “dominando a docência ou um percurso profissional que já se imiscuiu, ele próprio, com a actividade associativa” (Martins, 2005: 92). Entre estes contam-se os profissionais, de diversas áreas, como do serviço social, do direito, da economia e da sociologia, assim como profissionais que estão ligados a actividades artísticas e, ainda, outros relacionados com o cooperativismo e com o movimento operário.

1.2.4. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A NOVA CLASSE MÉDIA

Os novos movimentos sociais, como criadores de acção colectiva, geram novos sentidos, que se distanciam do conflito de classe tradicional; traduzem uma interacção entre cultura e acção, em que a primeira funciona como uma variável mediadora entre acção colectiva e classe, possibilitando uma dinâmica da estrutura de classe na orientação da própria acção colectiva; constituem formas de radicalismo e de protesto da classe média, que reflectem novas práticas e novos significados, subjacentes a estas (Eder, 2001). A base social dos NMS, de acordo com Offe (1985), é composta pela velha classe média (comerciantes e artesãos), por elementos periféricos ou excluídos do mercado de trabalho (estudantes, desempregados, jovens em situação profissional precária, donas de casa de classe média, reformados) e pela nova classe média. Esta renascida classe média, incorpora indivíduos qualificados e trabalhadores dos serviços e/ou do sector público, com formação educacional e acesso às tecnologias e à cultura. A oportunidade social e cultural desta nova classe, impulsionada pelos NMS, confere-lhe a centralidade na reestruturação das relações de classe nas sociedades modernas e, assim, na produção de uma dinâmica de modernização da sociedade, como sugere Eder (2001). Segundo o autor, este enquadramento contribui para que a nova classe média se assuma como um importante suporte da mobilização colectiva.

1.2.5. ACÇÃO TRANSFORMADORA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A produção e a distribuição material deixam de estar no centro dos conflitos para ceder o lugar aos recursos de informação, essenciais para a configuração das novas formas de poder e de oposição. Neste contexto, os movimentos sociais desempenham uma função essencial na garantia e na celeridade da comunicação de questões na sociedade (Eder, 1993), contribuindo, para esta situação, a influência crescente dos *media*, como um factor de emergência de novas formas de mobilização e de organização (Rodrigues, 1995).

O destaque dado aos sistemas de informação revela, segundo Melucci (1985, *cit. in*. Rodrigues, 1995), o papel fundamental que estes desempenham nas sociedades contemporâneas, ao contribuírem para a descentração dos conflitos no sistema económico e para a focalização destes no sistema simbólico e cultural. A acção dos NMS, de acordo com a perspectiva do autor, afecta as instituições, uma vez que selecciona elites e contribui para a modernização das formas organizacionais, na definição de novas metas e na introdução de novas linguagens, assumindo um papel de reconfiguração simbólica. Esta acção transformadora impulsiona, assim, a criação de “novos vocabulários, ideias e acções” (Martins, 2003: 106), ancorados em novos códigos culturais. Desde o seu aparecimento, os NMS significaram importantes rupturas políticas, sociais e culturais no contexto das sociedades democráticas mais avançadas, tendo introduzido, como destaca Rodrigues, (1995), em simultâneo, novas temáticas, novas perspectivas de análise e novas linhas de reflexão teórica, no campo das ciências.

OS NMS colocam um foco sobre a desagregação e a incongruência entre os valores modernos¹⁰, como o progresso técnico e a satisfação das necessidades humanas, a pobreza e a autonomia, e o rendimento e a identidade (Offe, 1985). Neste sentido, a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, entre pessoas de diferentes etnias ou orientação sexual, a defesa da ecologia e de um modelo de desenvolvimento sustentável¹¹, a oposição às posições bélicas em prol do pacifismo, e a ajuda aos países em vias de desenvolvimento constituem causas defendidas, actualmente, por um largo espectro de organizações não-governamentais, de grupos activistas ou de pessoas a título individual, que mobilizam cada vez mais pessoas, criando grupos de pressão, de modo a angariar recursos e a impor a introdução destas questões nas agendas políticas. Desta forma, o movimento constitui, em si mesmo, um recurso, que emana uma mensagem de identidade, de solidariedade e de construção da mudança em prol do ideal desejado,

¹⁰ A propósito desta abordagem, Alfredo Bruto da Costa (2008: 196) coloca duas questões pertinentes para a reflexão sobre o progresso: “o avanço tecnológico serve como instrumento de felicidade e de paz ou como causa de degradação humana, de ansiedade, sofrimento e divisão?” e “a quem servem e a quem se destinam os meios de bem-estar que o progresso vem produzindo?”

¹¹ De acordo com o Relatório Brundtland (“O nosso futuro comum”), produzido, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável refere-se ao processo que permita às gerações presentes satisfazerem as suas necessidades de melhoria das condições de vida sem comprometer o mesmo nível de satisfação dessas necessidades por parte das gerações futuras.

redefinindo o significado da acção social para a sociedade global. A visibilidade e a latência constituem, na perspectiva de Melucci (1989), elementos-chave no reforço da expressão e na renovação dos movimentos.

Na análise do aparecimento e da consolidação dos NMS, este autor destaca o conceito de “redes de movimentos” ou “áreas de movimento”, referindo-se a uma rede de grupos, formais ou informais, que partilham uma cultura de movimento e uma identidade colectiva, que, por sua vez, conectam e mobilizam outros participantes e grupos (Melucci, 1989:60). A difusão destes movimentos revela uma crescente autonomia na criação de espaços de reivindicação e de experimentação de práticas culturais inovadoras. Os NMS revelam-se, de acordo com Eder (2001: 8), como portadores de “projectos de identidade” e defensores de causas “inegociáveis”.

1.2.6. ABORDAGEM DE PAULO FREIRE

Nesta linha de pensamento, a abordagem de Paulo Freire é essencial para compreendermos as premissas da acção transformadora dos NMS. Assim, Freire destaca a importância da acção libertadora, resultante do processo de conscientização (1970: 54), a qual traduz o carácter eminentemente pedagógico da revolução, em que a reflexão e a acção tomam forma através do diálogo crítico e libertador que constrói um caminho intencional, recriando o conhecimento e promovendo a igualdade entre os indivíduos, enquanto «refazedores» permanentes da sua realidade. A abordagem deste autor preconiza a acção política como uma acção cultural para a liberdade, em que “indivíduo seja activo e responsável, não um escravo, nem uma peça bem alimentada da máquina” (Freire, 1970: 30-31). A educação libertadora, revelando o seu impulso inicial conciliador (fazendo de educador e de educando, tanto o educando como o próprio educador), reverte-se, segundo o autor, numa educação em comunhão, mediatizada pelo mundo. A dimensão humanista do pensamento de Freire preconiza a busca do indivíduo em “*ser mais*”, em oposição ao isolamento e ao individualismo, privilegiando a comunhão, “a solidariedade dos *existentes*” (Freire, 1970: 43); e instiga os indivíduos, subjugados à dominação, a libertarem-se, através da luta pela emancipação. O estímulo da adesão do indivíduo à causa revolucionária e à sua emancipação deverá passar pela adopção da acção cultural “dialógica”, assente na premissa de que “o diálogo funda a co-laboração” (Freire, 1970: 91-96).

1.2.7. FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Este enquadramento dá-nos o suporte para a compreensão da mobilização produzida por diversas organizações locais, nacionais e internacionais, como organizações não-governamentais (ONGs), de diferentes quadrantes/áreas de intervenção, sindicatos, grupos de estudantes, orga-

nizações religiosas e anarquistas, que, protestando contra a globalização neoliberal, na célebre contestação em Seattle, em Novembro de 1999, conseguiram paralisar uma reunião da Organização Mundial do Comércio. Esta contestação, vista como uma conquista, à semelhança dos subsequentes protestos das ONGs e dos movimentos sociais gerados, teve como principal intuito a “denúncia da hipocrisia e da destruição da nova desordem mundial” (Santos, 2008: 249). Neste contexto, a criação do Fórum Social Mundial (FSM)¹², em 2001, proporcionou o espaço e a abertura para a congregação das contribuições de diferentes organizações e movimentos, no debate e na construção de vias alternativas de globalização. O FSM representa, actualmente, um marco na luta contra a globalização hegemónica, a discriminação, a exclusão e a opressão. De acordo com Santos (2008), o FSM constitui um novo fenómeno político e social, sendo eleito, pelo autor, como “o movimento dos movimentos”, uma vez que institui “um conjunto de iniciativas de troca transnacional entre movimentos sociais e ONGs onde se articulam lutas sociais de âmbito local, nacional ou global, travadas (de acordo com a Carta de Princípios de Porto Alegre) contra todas as formas de opressão geradas ou agravadas pela globalização neoliberal” (Santos, 2005: 23). Neste sentido, o FSM apresenta-se como um agente promotor da mudança social, desempenhando o papel de facilitador na tomada de decisões dos movimentos e das organizações participantes. Relativamente à ideologia neoliberal, o FSM rejeita a política de centralismo, a coerção estatal e um modelo de regulação social que se baseia no reconhecimento selectivo dos interesses; preconizando, ao invés, a horizontalidade, a parceria, a coordenação, na “formulação de um novo modelo de emancipação social assente no reconhecimento da diversidade dos agentes” e dos “objectivos da transformação social” (Santos, 2008: 23).

A inovação do FSM consiste, segundo este autor, em cinco itens: uma nova utopia crítica (exigência de alternativas, maximizando o que cria a união e minimizando o que contribui para a divisão), a equivalência entre os princípios de igualdade e o reconhecimento da diferença (democracia participativa como princípio regulador da emancipação social), uma concepção ampla de poder e de opressão (que abarque diferentes formas e grupos sujeitos à exclusão), a revolta e o inconformismo, em vez da revolução (celebrar a diversidade e o pluralismo, na experimentação e na democracia radical), o planeamento estratégico e a acção política, superando as divergências políticas existentes. Em termos de organização, o FSM não contempla lideranças, nem hierarquias, antes, privilegia e promove a difusão global e a participação neste movimento, apostando nas redes proporcionadas pelas novas tecnologias.

¹² O primeiro aconteceu em Porto Alegre, no Brasil, tendo-se seguido outros Fóruns temáticos globais, regionais, nacionais e locais (Santos, 2008).

1.2.8. A INOVAÇÃO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A intervenção dos NMS originou um confronto a partir de dentro da ordem política democrática e influenciou a abertura do processo político aos cidadãos (Rodrigues, 1995). A novidade trazida por estes movimentos assenta na defesa de direitos culturais e políticos, desde a afirmação de identidades (associações de identidade juvenil, de minorias étnicas, sexuais, culturais, regionais, e de imigrantes) à defesa de causas capitais, como os direitos humanos, o ambiente e a saúde. Para além das áreas temáticas, a inovação dos NMS reflectiu-se, de igual modo, na adopção de métodos de trabalho, assentes na educação e formação, de uma estrutura organizativa flexível e de formas de decisão participativa e descentralizada, que elevaram a expressão da cidadania e conduziram a transformações na organização política. Estas inovações abriram *janelas* para novos enquadramentos, conhecimentos e práticas, fomentando a reflexão e a participação, através do envolvimento de diferentes pessoas e grupos, permitindo à sociedade pensar-se a si própria (Martins, 2003).

Em suma, os NMS manifestam uma posição de ruptura com a ideologia capitalista e com a lógica hegemónica e opressiva materializada pela sociedade de consumo, ao criarem contextos político-educativos, que visam a reformulação da cultura dominante, através da recuperação das práticas de cidadania activa e de associativismo, baseadas na igualdade e na liberdade (Tocqueville, 1972, *cit. in* Viegas, 2004); fomentam processos de identidade colectiva e de solidariedade; afirmam o direito à diferença e produzem novas práticas e códigos culturais; dão visibilidade e introduzem temáticas relativas às novas opressões, vividas pelos cidadãos, nas agendas políticas, exigindo a redefinição da situação social. Esta acção colectiva, virada para uma cultura de protesto, desafia os cidadãos a mobilizarem-se e a activarem redes de intervenção participada, de forma a globalizar movimentos e acções locais que conduzam à mudança do modelo da sociedade pós-capitalista. De acordo com Melucci (1989: 62), “os movimentos produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma”.

1.2.9. PARA UMA REINVENÇÃO DA CIDADANIA

A renovação da teoria democrática, postulada por Santos (1994: 233-237), pressupõe a reconstrução do conceito de cidadania, assente na reformulação dos critérios democráticos para além do acto de votar, na “articulação entre democracia representativa e democracia participativa”, bem como na redefinição e na ampliação do campo político em todos os espaços da interacção social (espaço da cidadania/político, doméstico, da produção e mundial¹³). Esta abor-

¹³ O espaço mundial, segundo Santos (1994: 233), refere-se ao “conjunto dos impactos de cada formação social concreta decorrentes da posição que ela ocupa no sistema mundial”. A forma dominante de poder deste espaço consubstancia-se nas relações de troca desigual entre os países centrais, periféricos e semi-periféricos. No contexto actual,

dagem de reinvenção do exercício da cidadania e das práticas democráticas sustém a eliminação dos novos mecanismos de exclusão, a concertação entre formas individuais e formas colectivas de expressão e a ampliação do conceito de cidadania para além do “princípio da reciprocidade e da simetria entre direitos e deveres” (Santos, *ibidem*).

Para este autor, uma nova teoria democrática depende da criação de uma nova teoria da subjectividade, que reconstrua o conceito de sujeito, e de uma nova teoria da emancipação, que dê origem a um novo conceito de cidadania, materializada na “obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado” e na “obrigação horizontal entre os cidadãos” (Santos, 1994: 239), valorizando o sentido de igualdade, de autonomia e de solidariedade, consubstanciado no princípio de comunidade. A reivindicação da cidadania social implica a emancipação, o fortalecimento da capacidade de autonomia e de reinvenção da sociedade-providência¹⁴, assumindo-se para além do simples colmatar das “lacunas do Estado”. É, neste campo, que os NMS desempenham um papel preponderante na transformação social, como “produto-produtor de uma nova cultura”, que propõe novas formas de “pedagogia da emancipação” nos campos pessoal, social e cultural (Santos, *ibidem*).

1.3. O IMPACTO DO ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE

A capacidade associativa de uma comunidade reflecte a assimilação dos direitos de cidadania por parte dos cidadãos que a constituem e a consciência crítica que cada um emana na condução do futuro da sua comunidade, agindo, desta forma, pela melhoria contínua da sua própria vida, no presente. Na aferição da capacidade associativa importa abordar o conceito de capital social, uma vez que nos poderá ajudar a compreender o que sustenta a cooperação social. A vida comunitária dependerá da activação dos seus membros e da congregação dos seus recursos materiais e imateriais, em prol da coesão social.

estas relações encontram-se à mercê dos interesses e das movimentações dos grandes grupos económicos/empresas multinacionais, as quais veiculam uma cultura-ideologia consumista, que se imiscui no conceito de identidade e nas relações sociais, impondo a criação de necessidades e práticas de consumo desenfreado, e institui níveis de desenvolvimento, agravando a diferenciação existente em relação ao Terceiro Mundo.

¹⁴ O conceito de sociedade-providência aqui apresentado baseia-se na perspectiva de Santos (1994: 64) que o entende como “as redes de relações de interconhecimento, de inter-reconhecimento e de ajuda mútua baseadas em laços de parentesco, de vizinhança e comunitários, através dos quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e segundo uma lógica de reciprocidade que se aproxima da relação de dom analisada por Marcel Mauss”.

1.3.1. CIDADANIA ACTIVA E CAPITAL SOCIAL

O conceito de capital social de Bourdieu (1980, *cit. in* Siisiäinen, 2000), inscrito no período histórico dos anos 60/70, reporta-se à luta entre classes. Bourdieu identifica três dimensões de capital – económico, cultural e social –, reflectindo, cada uma, componentes específicas do conceito de classe. A posição social e a divisão dos recursos económicos, culturais e sociais são legitimadas através do capital simbólico. Bourdieu coloca, assim, a ênfase do conceito de social capital no conflito e na função do poder. Neste enquadramento, as relações sociais potenciam a capacidade de benefício, de acordo com os interesses do actor. O capital social torna-se, assim, um recurso nas lutas sociais desencadeadas em diferentes campos sociais. Para compreendermos esta abordagem, devemos reportar-nos ao conceito de hábito, primordial para o autor, o qual consiste num conjunto de dispositivos, reflexos e formas de comportamento que as pessoas têm em sociedade, o qual evidencia as diferentes posições sociais¹⁵. Esta forma de reprodução da sociedade é posta em causa pelo conflito que cresce dentro da própria sociedade e que impele à mudança (Bourdieu 2000). As expectativas e os modos de vida das pessoas são abruptamente discordantes com a nova posição social em que se encontram. Assim, a questão da acção e da intervenção política, materializada pelos novos movimentos sociais, adquire uma elevada importância.

No conceito de capital social, Bourdieu (1980, *op. cit.*) sublinha a posse de uma rede de relações de inter-conhecimento e de inter-reconhecimento, salientando a importância da persistência das redes, alimentadas por relações de reciprocidade, as quais se baseiam na comunhão de determinadas normas e valores. Na perspectiva deste autor, os indivíduos interagem de acordo com a expectativa de obterem um benefício pessoal, social ou económico, pelo facto de pertencerem a essa rede. Assim, a formação de uma associação voluntária poderá ser vista como uma estratégia de investimento, colectiva e individual, apontada para a criação de redes de relações duradouras que possibilitem a acumulação de capital social. Bourdieu (1986) centra-se no campo dos conflitos, existentes dentro das associações voluntárias e nas estruturas do poder, sendo a violência, segundo o autor, produzida, reproduzida ou destruída pelos agentes, consoante os interesses em jogo.

O conceito de Bourdieu destaca a postura activa do indivíduo na procura de uma vida melhor, advogando que o capital social é inerente ao indivíduo. Enquanto Bourdieu se posiciona numa sociologia do conflito, Putnam, outro estudioso desta temática, enquadra-se numa sociologia da integração (1993, *cit. in* Siisiäinen, 2000). Este autor distancia-se do conceito de Bourdieu, definindo o conceito de capital social através de três componentes: a obrigação moral e as normas, os valores sociais (a confiança, em particular) e as redes sociais (especialmente as

¹⁵ Bourdieu refere-se à visibilidade de sinais relativos à origem da pessoa: se cresceu num ambiente de classe média ou de classe operária suburbana.

associações voluntárias). Neste sentido, a confiança e as associações voluntárias criam o consenso e o bem-estar económico, anulando os interesses específicos e os conflitos entre certos grupos. Putnam privilegia uma abordagem de alargamento do conceito de capital social à dimensão de uma comunidade ou mesmo de uma nação, introduzindo uma visão de construção de algo externo ao indivíduo (Halman & Luijkx, 2006). Segundo a visão deste autor, se uma região tem sucesso, isso deve-se aos resultados da acumulação de capital social. Reportando-se às boas experiências de governo local e de prosperidade da economia, resultantes da reforma realizada no Norte da Itália, em 1976-77, que instituiu uma estrutura de governo local, Putnam destaca a importância da actividade pública dos cidadãos, responsável pela criação de uma atmosfera de cooperação mútua, de redes sociais vitais, de relações políticas de igualdade e da tradição de participação dos cidadãos. Na base desta actividade cívica¹⁶ da comunidade radica a confiança mútua entre os cidadãos. A relação entre estes vectores, segundo o autor, representa um factor determinante para a prosperidade económica, bem como para a consolidação e para o bom funcionamento do governo local.

O autor privilegia os padrões de organização horizontal sobre os de organização vertical, destacando as consequências decisivas para a qualidade da comunidade e para o desenvolvimento local, na incrementação de alianças e de alinhamentos horizontais que reconhecem o sujeito como cidadão e agente determinante na promoção da participação cívica e no estímulo da capacidade de iniciativa local. Esta posição é contrariada por Evans (1996), que advoga uma articulação entre os níveis horizontal e vertical, afirmando que, para além de uma base associativa consistente, a construção equilibrada do capital social deverá contemplar a conexão transversal das redes sociais entre os cidadãos e as comunidades, mas, também, entre estes e um grupo de agências públicas e/ou as organizações privadas (visão que será desenvolvida adiante).

A abordagem de Coleman (1988) relativamente ao conceito de capital social sustenta-se em três componentes: as obrigações e as expectativas, que dependem da fiabilidade do ambiente social, a capacidade da estrutura social em gerar fluxos de informação e as normas acompanhadas por sanções. Neste sentido, este autor privilegia a teoria racional da acção, a qual evidencia que cada indivíduo tem sob o seu controlo determinados recursos e interesses em áreas e actividades específicas, logo, o capital social constitui um tipo de recurso que está ao alcance dos indivíduos. O capital social, contido nas estruturas sociais, facilita a concretização de determinadas acções dos actores (pessoa ou corporação), dentro de um sistema. Coleman atribui um carácter de especificidade e de mutabilidade ao capital social, em analogia com o capital físico (moldagem dos materiais) e o humano (transformações que revelam competências e capacidades que tornam as pessoas aptas a adoptar novas formas de agir). Assim, para este autor, o capital social é produzido no decurso da mudança nas relações entre as pessoas, sendo um elemento facilitador da acção.

¹⁶ No estudo desenvolvido, Putnam (1993) mede a actividade cívica dos cidadãos através do exercício do direito de voto, da leitura de jornais e da participação nas associações culturais voluntárias e nos clubes desportivos.

Putnam (2000) reforça esta analogia dando relevo ao facto de estes três tipos de capital fornecerem ferramentas e treino que melhoram a produtividade individual, referindo-se, no caso do capital social, a recursos da organização social como as redes, as normas, e a confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em prol do benefício mútuo.

Nesta sequência, Coleman (1988) destaca, ainda, a importância do capital humano na geração do capital social: na família (ex. a educação dos pais provê o potencial para um ambiente cognitivo que estimula a criança a aprender) e na comunidade (ex. as relações sociais facilitadas pela família, pela escola, pelo trabalho).

No modelo das sociedades pós-industriais complexas, a confiança social, de acordo com Putnam (1993), resulta de duas estruturas associadas, as normas de reciprocidade e as redes de envolvimento cívico, as quais dão origem a relações de reciprocidade e às associações voluntárias, que, por sua vez, produzem e fortalecem a confiança. Coleman (1988) consolida esta ideia, afirmando que quanto mais capital social é produzido, mais este cresce. Assim, a confiança produzida nas interações sociais, ou seja, num nível micro, potenciará, gradualmente, a confiança nas instituições, ao nível macro.

Esta imagem de círculo é preconizada por Putnam (1993: 177), quando afirma que estes “círculos virtuosos” conduzem ao “equilíbrio social manifestado no elevado nível de cooperação, na expansão da confiança, no fortalecimento da reciprocidade, na actividade cívica e no bem-estar colectivo”.

Uma vez que, na prática, as normas de reciprocidade são funções das redes de reciprocidade, o autor destaca, entre estas, as associações voluntárias como as redes mais importantes, pois têm funções positivas em relação ao desenvolvimento do consenso e da integração social. As associações voluntárias influenciam a interação social e a cooperação entre os actores de diferentes formas; promovem o fortalecimento das normas de reciprocidade; facilitam a comunicação e optimizam os fluxos de informação, consolidando a fiabilidade dos indivíduos; permitem a transmissão e a redefinição das reputações; e agregam experiências de colaboração bem sucedidas, promovendo a definição de um modelo de cultura colaborativa (Putnam, 1993).

A confiança mútua facilita a cooperação entre as pessoas (Halman & Luijkx, 2006), uma vez que promove o aprofundamento das relações sociais de reciprocidade e o encontro entre pessoas e recursos, constituindo uma base sólida para a construção de redes sociais. Nesta linha de pensamento, Putnam (1993, *cit. in* Carmo, 2008; Gilchrist, 2009) distingue três tipos de capital social: *bonding* (fomenta o apoio social, psicológico e emocional entre os membros da família ou do grupo de amigos, vincando as identidades sociais e fortalecendo a lealdade existente em grupos homogéneos), *bridging* (consolida a inclusão social, uma vez que promove, através das ligações sociais, a mobilização social e estimula a responsabilidade cívica, a tolerância, a cooperação entre as pessoas de diferentes meios e contextos sociais, conectando grupos heterogéneos) e *linking* (deriva da relação entre pessoas ou organizações para além das fronteiras entre colegas, con-

trariando lógicas relacionadas com o status e a semelhança, e capacita as pessoas para alcançarem influência e recursos fora dos seus círculos habituais). O conceito de capital social de Putnam refere-se, assim, às conexões entre os indivíduos, potenciadas pelas redes sociais, as quais emanam normas de reciprocidade e geram a confiança que sela as relações inter-pessoais. A confiança mútua entre os diferentes actores sociais representa um elemento fundamental na geração de capital social, tornando as redes sociais mais densas, fortalecendo-as e consolidando, desta forma, a base para a criação de sinergias locais.

A “virtude cívica”, na concepção de Putnam, revela ser mais poderosa quando imersa numa rede densa de relações sociais recíprocas. Logo, Putnam (2000) considera que uma sociedade de indivíduos virtuosos, mas isolados, não é necessariamente rica em capital social. Esta perspectiva é fortalecida por Fernandes (2002: 196), quando afirma que “o individualismo exacerbado corrói, por dentro, os ligames sociais, deixando o homem entregue a si mesmo e indefeso, por falta de um denso tecido social que garanta a sua autonomia e a sua segurança”.

Contrastando com a abordagem preconizada por Putnam, que destaca a densidade inicial de confiança e os laços existentes, ao nível micro, Evans (1996: 191) imprime mais valor às dificuldades sentidas na “intensificação” do capital social para a geração de laços solidários, da acção social e de novas sinergias, numa escala política e economicamente eficaz.

Evans (1996) preconiza a complementaridade¹⁷ e o enraizamento¹⁸ como duas componentes essenciais para a formação do capital social e para a promoção das condições necessárias ao desenvolvimento local e regional. Na sua perspectiva, o reforço da complementaridade, promovido pela inter-dependência entre os sectores público e privado, gerará sinergias estáveis e consistentes entre as instituições públicas e a comunidade, dando suporte ao enraizamento.

A complementaridade, de acordo com o autor, adquire uma nova dimensão quando o capital social está incluído nos bens e serviços, como um resultado desejado da cooperação público-privada (Evans, 1996), uma vez que trará a abertura necessária à produção de acções inovadoras. Na sua visão, a complementaridade exige a transposição das fronteiras entre o sector público e o sector privado, no sentido da obtenção, de modo sustentável, da eficiência, da eficácia e da maximização dos recursos existentes. Nesta equação, o enraizamento constitui um elemento fundamental, uma vez que emerge da articulação entre as diversas organizações (em especial do terceiro sector) e os órgãos públicos, bem como da implicação dos actores locais na construção do futuro da comunidade. A complementaridade e o enraizamento são, assim, componentes sólidas e complementares.

¹⁷ Evans (1996: 179) define a complementaridade como um “meio convencional de conceptualizar relações de ajuda mútua entre os actores público e privado. O autor sugere uma clara divisão do trabalho, baseado nas propriedades contrastantes das instituições públicas e privadas”.

¹⁸ O enraizamento (“*embeddedness*”), na perspectiva de Evans (1996: 179), refere-se aos laços que conectam os cidadãos, as agências públicas e o sector privado, transpondo a divisão público-privada.

A concepção de Evans (1996) enquadra-se numa abordagem de desenvolvimento orientada para o sentido de construtibilidade das sinergias. Segundo esta perspectiva, mesmo num contexto político social adverso, a construção de sinergias poderá surtir resultados, através da inovação organizacional e da criatividade cultural, vectores que terão efeitos sobre a mudança das mentalidades, o reequacionamento da natureza dos problemas e a redefinição destes.

1.3.2. A CIDADANIA ACTIVA NO CONTEXTO EUROPEU

Tendo como base os dados do estudo social europeu, realizado em 2002, entre 22 países da UE, Halman e Luijkx (2006) testam hipóteses e discutem os resultados sobre as quatro variáveis combinadas neste estudo: a confiança interpessoal, a confiança nas instituições, a fiabilidade dos inquiridos e o envolvimento na rede social, designadamente em redes ou relações informais (ser socialmente activo) e formais (ser um membro ou ser voluntário numa organização). Em termos das diferenças entre os países, os resultados deste estudo demonstram que, em Portugal, a confiança interpessoal é alta; no entanto, a confiança nas instituições é das mais baixas, dentro do espectro dos países participantes. O envolvimento em redes ou em relações informais e formais é reconhecido como mais importante do que o activismo social. Este dado poderá ser relacionado com o défice de iniciativa pessoal e de autonomia existente na sociedade portuguesa e, também, com a elevada exposição da população portuguesa às novas tecnologias de comunicação (a expansão das telecomunicações em Portugal decorreu com uma elevada absorção¹⁹; a existência de rede *wi-fi* em algumas aldeias).

A globalização, na perspectiva de Halman e Luijkx (2006), poderá ser medida através do nível de exposição da população às modernas formas de comunicação e a fluxos de informação; assim, os autores sugerem que, quanto mais exposta está uma determinada sociedade, mais globalizada se encontra. No caso da população portuguesa, parece-nos que, a manutenção de baixas habilitações e a existência de baixos níveis de leitura de livros e de jornais revelam um défice nos fluxos de informação.

Relativamente ao confronto entre as hipóteses iniciais²⁰ e a interpretação dos resultados do estudo, Halman e Luijkx (2006) encontram alguns dados que contrariam as relações entre variáveis constantes nas hipóteses inicialmente formuladas. Assim, os resultados do estudo, em termos da população inquirida, revelam o seguinte:

Confiança interpessoal

Nesta variável, as características da sociedade mais relevantes são os níveis de corrupção, de formação/moralidade cívica e de individualismo. Aferiu-se que altos níveis de corrupção têm

¹⁹ Cf. 15.º Relatório de implementação do mercado único europeu das comunicações electrónicas.

²⁰ As hipóteses formuladas tinham em conta o impacto na sociedade dos níveis de corrupção, da formação cívica, de globalização, de individualismo, de sentido moral, de religiosidade, de satisfação e experiências de vida.

um poder desestruturante para a confiança interpessoal, ao contrário da moralidade cívica que estimula o florescimento da confiança entre os cidadãos e limita os níveis de individualismo.

Confiança institucional

O registo do elevado nível desta variável aparece com mais frequência em pessoas com mais escolaridade, mais religiosas, mais satisfeitas com a vida e com experiências positivas. Considerando os dados referentes a esta variável, os autores afirmam que, quanto mais globalizada se encontra uma sociedade, mais confiança institucional existirá.

Activismo social

A hipótese dos autores era de que esta variável registaria elevados níveis entre as pessoas mais religiosas e entre as que revelam um distinto sentido moral, uma atitude de satisfação perante a vida e que possuem experiências positivas. Contrariamente ao que os autores esperariam, este tipo de activismo é mais frequente entre pessoas de sociedades mais individualistas, bem como entre pessoas enquadradas em sociedades com experiências negativas, uma vez que, sugerem os mesmos, estas atribuem mais importância ao ser-se socialmente activo.

Envolvimento formal/informal

Esta variável adquire uma elevada importância entre as pessoas individualistas, o que contradiz a hipótese previamente formulada pelos autores. Os expressivos valores do sentido moral relembram uma forte ligação com os níveis de envolvimento formal existentes na sociedade.

Este estudo revela ainda, contrariando as hipóteses dos autores, que o envolvimento informal/formal é valorizado tanto pelos mais jovens, como pelos mais velhos, bem como pelas pessoas com mais e com menos escolaridade, uma vez que, segundo os mesmos, a construção das redes sociais constitui um elemento muito importante na inserção profissional e na progressão da carreira, principalmente para os que estão no início da sua vida profissional e para os que se encontram em desvantagem; e, ainda, que as pessoas individualistas atribuem uma maior importância ao envolvimento informal/formal e ao activismo social do que as pessoas mais colectivistas. Os autores privilegiam duas perspectivas que poderão explicar esta situação: o processo de individualismo reforça a necessidade de contactos pessoais e de envolvimento mútuo (Yankelovich, 1981, *cit. in* Halman & Luijkx, 2006) e a ênfase na liberdade individual e na autonomia pessoal vão a par com a gradual preocupação com a qualidade de vida, com a consciência social, com o activismo ambientalista e com a participação nos movimentos em prol dos direitos humanos e da paz (Inglehart, 1997, *op. cit.*). Os resultados atribuem um papel importante às redes sociais informais e formais nas vidas das pessoas, porém, a existência de memória de experiências positivas no passado leva, por vezes, à ausência de objectivos e, assim, à falta de valorização das redes, por não serem identificadas como uma forma de progresso social.

Como os indivíduos não vivem em isolamento, o contexto, ou seja, o meio familiar e social (micro) e as características do país ou da região em que se vive (macro) constituem importantes vectores na modelação dos indivíduos, afectando os seus níveis de geração de capital social

(Halman & Luijckx, 2006). Assim, segundo Kaase e Newton (1995, *op. cit.*), a confiança interpessoal depende também, dos níveis de sentido cívico e de individualismo de cada país. Esta abordagem é fulcral para compreendermos o momento actual, considerando a leitura de Held (1997, *op. cit.*). Este autor argumenta que, numa sociedade em que as elevadas expectativas de bem-estar para todos têm efeito na inoperância do Estado em dar resposta às crescentes demandas, bem como no questionamento do modelo democrático, a ausência da correspondência entre as expectativas e as promessas, veiculadas pela ideologia da igualdade e pela meritocracia, tem resultado no declínio da confiança pública no governo e do respeito pela autoridade. Logo, a produção de capital social e o envolvimento em redes sociais são duas condições determinantes para o aumento da confiança interpessoal e institucional, e para a busca de um equilíbrio social, que promova a inclusão social e a cidadania activa.

1.3.3. CAPITAL SOCIAL NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Em Portugal, a fundação do Estado democrático deu origem a uma nova configuração da cidadania, que, reconhecendo as liberdades públicas, os direitos individuais e políticos e as suas garantias, instituiu a participação política, social e cívica de todos os cidadãos. Este novo enquadramento democrático e social impulsionou a afirmação dos direitos dos cidadãos e a adopção de mecanismos de consulta e de participação. Tal como referido anteriormente, durante a década de 70, foi evidente o aumento e a diversificação de movimentos de defesa de direitos e de representação (sindicalismo e defesa do consumidor, por exemplo). De acordo com Barreto (1996), apesar de, nas décadas de 70 e 80, se ter registado uma participação eleitoral muito forte, a partir da década de 90, tem-se assistido ao crescimento da taxa de abstenção, bem como ao declínio da participação social e cívica, reflectindo-se na vida associativa. O autor denota a falta de colaboração e de renovação dos associados sentida nos sindicatos, nas colectividades e nas associações antigas; porém, regista o progresso evidenciado pelo alargamento e pela diversificação – tanto do corpo associativo, como das áreas e das estratégias de intervenção – de formas alternativas de participação cívica e social, que se têm afirmado no campo da ecologia e do ambiente, da expressão cultural, da defesa do consumidor e do utente.

A “cultura de massas”, segundo este autor, a expansão da televisão, a centralidade das novas tecnologias da comunicação, o incremento da edificação vertical e de aglomerados suburbanos, introduziram mudanças nas relações sociais e arrefeceram o vigor associativo. Podemos aferir que, embora a sociedade portuguesa revele níveis elevados de envolvimento informal e de confiança interpessoal, estes dados não permitem concluir a existência de um compromisso em termos de participação activa nas redes sociais formais. O interesse próprio não é identificado com o interesse colectivo. O cenário actual revela que, apesar de se registar a exis-

tência de inúmeras associações, a sua expressão reflecte o baixo nível de participação social. Existe, assim, segundo Barreto (1996), um défice de capital social na sociedade portuguesa.

1.3.3.1. Défice da cidadania activa ou de capital social no contexto português

Nos últimos anos, temos assistido ao decréscimo do número de eleitores que participam nos actos de eleição ou de referendo. Este cenário de alheamento perante decisões que têm efeitos sobre a vida diária e o futuro dos cidadãos alerta-nos para a compreensão deste fenómeno, no sentido de ser recuperado novamente o potencial mobilizador e de ser activada a participação dos cidadãos nos desígnios da sua existência e do seu país.

Os anos da ditadura deixaram marcas na sociedade portuguesa (Cabral, 2003): uma obediência submissa a uma pessoa que detinha o poder do país, que controlava as acções diárias do cidadão comum, que aprisionou a actividade e a iniciativa pessoal, e que utilizou o analfabetismo como um meio de controlo social da população²¹. Embora, muitas mudanças tenham ocorrido na sociedade portuguesa, desde o fim do regime ditatorial, a mudança de mentalidades registou um forte avanço a partir da entrada de Portugal na, então, Comunidade Económica Europeia. Mudança, esta, que irá sentir-se ainda com mais vigor nesta presente geração, que acede com naturalidade às novas tecnologias e estabelece contactos e trocas, como se as fronteiras europeias não tivessem existido materialmente. Esta geração, porém, conhece as fronteiras das mentalidades e de uma sociedade protectora e pouco autónoma. A posição de Portugal, arredada da centralidade europeia, acarreta desvantagens: menos trocas, menos intercâmbios de culturas e de saberes, menos iniciativa e capacitação pessoal. Embora a nossa sociedade seja, actualmente, uma sociedade em que a diversidade cultural é globalmente bem acolhida, algumas regiões de Portugal evidenciam uma paragem no tempo, especialmente no interior. As assimetrias do país, litoral-interior e norte-sul (em particular o Alentejo), evidenciam sinais de sobrepopulação e de desigualdades no desenvolvimento estrutural (indústrias, serviços e vias de comunicação) no litoral, centro e norte, e a desertificação das zonas interior e do sul (Reis & Valadas, 1998). Este panorama traduz a existência de diferentes variáveis e de cenários muito distintos relativamente à mobilização, ao movimento associativo e à construção colectiva da autonomia.

Neste campo, a cidadania política revela um carácter mobilizador de extrema importância, pois exige uma atitude activa por parte dos cidadãos, ao invés do carácter passivo dos direitos sociais e civis, cujo usufruto depende da reunião das condições legais (Cabral, 2003). O défice da

²¹ Este autor (2003: 41) refere que “a escolarização funcionou, ao longo da formação do Estado moderno, não só como um factor de apertado controle social, mas também, como a forma mais regulada de acesso específico ao poder político”.

participação eleitoral, traduzida nas significativas taxas de abstenção²², e a baixa propensão da sociedade portuguesa para a participação na acção colectiva, revelada no estudo desenvolvido por Cabral (2000), indicam a carência da socialização activa, que se reflecte no exercício da cidadania. A participação associativa, como a assunção plena da cidadania política (Cabral, 2003), resulta do processo activo de ressocialização²³, ou seja, da promoção de dinâmicas de interacção e do associativismo voluntário com vista ao estímulo do pensamento crítico e à promoção de valores e de interesses comuns. A fraca implementação da participação associativa na sociedade portuguesa é revelada pelos dados gerados no estudo relativo às atitudes sociais dos portugueses, que indicam correlações entre o grau de envolvimento no movimento associativo, a exposição aos *media* e a mobilização cognitiva. Estes dados demonstram que o capital escolar é determinante na valorização da opinião pessoal, na procura de informação, na intervenção e na discussão de temas políticos no espaço público, bem como na mobilização social/no envolvimento na vida associativa.

O estudo revela ainda que o peso das relações verticais de intermediação e de protecção configura, de acordo com Cabral (2003: 40-46) “o clientelismo como recurso assimétrico” entre as pessoas e os “donos do poder” local e/ou nacional, o que leva a uma cedência em termos de cidadania e de autonomia. De acordo com os entrevistados, a maioria dos portugueses, receia demonstrar discordância perante as decisões dos detentores do poder, resultado que nos parece estar relacionado com a assimetria expressa na ideia anterior. Este medo da discordância e das consequências que poderão advir indica a percepção de um jogo de poder imbuído nas “zonas de sombra” das relações sociais. Esta atitude contribui para o evitamento da expressão da crítica ou, mesmo, da participação.

O analfabetismo e o “*despotismo administrativo* do Estado português moderno”²⁴ estruturam as relações entre “as elites de poder e as classes subordinadas”, expressando uma “dominação autoritária”, que perdura nas “representações e práticas políticas da maioria da população”, criando, assim, uma distância em relação ao poder (Cabral, 2003: 49).

²² Cabral (2003: 34), referindo-se ao défice de participação eleitoral e à desidentificação partidária, cita Johnston (1993), autor que inscreve estes sinais no movimento de *disengagement from democracy*, o qual, segundo este, vem afectando o eleitorado desde a “terceira vaga democrática” e que se generalizou, tanto em regimes consolidados como em regimes emergentes.

²³ Ressocialização refere-se à aquisição de novas experiências, que permitem ao indivíduo “interiorizar outras normas e valores eventualmente diferentes daqueles a que estava habituado e que o ensinam a viver socialmente em conformidade com a nova condição que passa a deter” (Infopédia, 2011: 1, <http://www.infopedia.pt>). A ressocialização é proporcionada por contextos associativos que constituam espaços educacionais e que contribuam, desta forma, para a responsabilização dos indivíduos pela sua própria vida, na consciente tomada de decisões e na gestão e na maximização dos seus próprios recursos (Garcia, 1998).

²⁴ Despotismo administrativo corresponde a uma “configuração em pirâmide do sistema político-administrativo, assente em relações verticais de poder fortemente assimétricas, que, para além de gerar uma lógica de dependência e subordinação passiva da periferia face ao centro, era também encarada como um factor de viciação da “espontaneidade do sufrágio popular” e uma “fonte de corrupção e imoralidade”, (http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/RBR_MA_11676.pdf e http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/402/1/16286_1%2520%2520O%2520municipalismo%2520no%2520pensamento%2520de%2520A.%2520Herculano.pdf). Itálico nosso.

O declínio do associativismo é um sinal de descrença na mudança impressa pelos cidadãos e na valorização da sua participação. Para este facto, concorreu a instrumentalização do movimento associativo por parte do Estado Novo, a excessiva politização dos novos movimentos sociais (surgidos após a Revolução) e a ocupação do espaço público pelo poder político, retirando a atenção dos *media* sobre as actividades do movimento associativo, em geral, e as iniciativas de natureza cívica, cultural e social, em particular (Melo & Carmo, 2008). Consequentemente, a parca discussão na esfera pública resulta, segundo Viegas (2004: 46), da falta de envolvimento dos cidadãos nas associações, bem como da falta de “abertura das instituições, em particular dos *media*, ao debate e à deliberação democrática”. Esta linha de pensamento conduz-nos ao que tem sido o porta-estandarte da luta pela afirmação do valor do associativismo e da democracia participativa na sociedade actual, a ausência de reconhecimento pelo Estado sobre o importante papel desempenhado pelo movimento associativo no desenvolvimento sociocultural e económico do país, o que, porém, contrasta com a valorização que este acolhe junto das autoridades locais, representando, muitas associações, um parceiro estratégico no desenvolvimento social local (Melo & Carmo, 2008).

Em Portugal, o baixo nível de envolvimento associativo revela um baixo nível de cidadania. No estudo realizado em 2001, sobre as atitudes e os comportamentos sociais e políticos dos portugueses, Viegas (2004: 42)²⁵ destaca as seguintes conclusões: o envolvimento activo é mais elevado nas “associações desportivas, culturais e recreativas”, seguidas pelas “associações de solidariedade social e religiosas”; estas enquadram-se no campo da “comunicação, cultura e normas sociais”, promovendo o voluntariado; destas advêm benefícios para os próprios membros, mas, também, para a comunidade; existem dificuldades na gestão de conflitos internos e externos, bem como na definição de regras e de normas internas de debate e de deliberação; a contribuição para o debate na esfera pública é parca; “as relações com o poder de Estado processam-se num quadro de apoios financeiros”; desempenham funções sociais relevantes, nos campos da solidariedade social, da saúde e da educação/formação profissional, implementando políticas públicas, através de parcerias com o sector público e o privado, que maximizam os recursos; cimentam a integração social e representam um elemento facilitador para a “performance governativa”. Este autor (*ibidem*) afere que se regista um baixo nível de envolvimento nas associações de “defesa dos consumidores” e dos “direitos de cidadania e valores sociais”, bem como nas “associações de pais e de moradores”, inscritas na “vivência cívica e participativa numa esfera próxima do indivíduo”.

A aposta nos sectores associativos enunciados significa a manutenção dos “velhos movimentos sociais” e a resistência aos “novos movimentos”, que exigem a tomada de posições críticas, uma leitura mais profunda sobre os problemas que afectam o mundo global e a reinvin-

²⁵ Estudo “Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais”, tendo como investigadores principais: José Leite Viegas (coordenador) e Sérgio Faria.

dicação de direitos de cidadania na defesa de causas relativas aos interesses dos próprios e da comunidade.

Contudo, podemos observar que existe uma mobilização de uma parte significativa da comunidade que procura, através do movimento associativo, dar o seu contributo para a adopção de estilos de vida em que a cooperação e a solidariedade constituam os tons dominantes.

1.3.4. ASSOCIATIVISMO COMO COOPERAÇÃO E APRENDIZAGEM DA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

O movimento associativo expressa uma intenção de colmatar lacunas identificadas na acção do Estado, através da reflexão e da acção; apresenta um novo ponto de vista, uma abordagem com sentido, enquadrada num projecto, inicialmente, utópico.

A formação de uma associação significa o exercício da liberdade de expressão e o desejo de consolidação de uma perspectiva capaz de imprimir identidade, dinamismo social e inovação.

As associações constituem espaços de afirmação da cidadania e da autonomia da sociedade civil perante o poder instituído, na representação de causas junto dos decisores políticos (Fung, 2003), propiciando a tomada de posição através da deliberação colectiva. Ao assumirem-se como espaços de socialização cívica, política e cultural, as associações estimulam a incorporação de práticas democráticas, que, através do exercício da participação e do treino do debate e da reflexão conjunta, fomentam a capacidade de escuta e de compreensão de diferentes perspectivas, bem como o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da capacidade de argumentação. A formação da consciência social do indivíduo é uma componente fundamental para que este se assuma como um agente activo no seu contexto local, face a uma estrutura dialogante global.

1.3.4.1. Associativismo juvenil e a prática democrática

As associações proporcionam a aprendizagem e o treino de competências sociais que capacitam os seus membros a intervirem no campo social e político, e, em simultâneo, incutem e reforçam as “virtudes cívicas” (Tocqueville, 1972, *cit. in* Viegas, 2004: 108; Putnam, 2000; Warren, 2001) que edificam um pensamento aberto e socialmente inclusivo, assente na identificação e na preservação do interesse comum, bem como na formação de uma consciência cívica, que estimule a compreensão e o respeito pelo outro.

A participação dos jovens nas associações trilha um caminho para a aquisição de hábitos cívicos, para a construção de um pensamento crítico que permita, a cada jovem, compreender a sua posição enquanto elemento integrante das redes sociais (família, amigos, comunidade) e como um agente de mudança no desenvolvimento local e global.

No contexto presente, a tecnologia assumiu-se como um elemento central nas interações pessoais, potenciador do encontro entre as pessoas e da difusão de informação. O acesso ao conhecimento é facilitado, bem como a mobilização de pessoas, de vários pontos do globo, face a interesses comuns. Esta radical mudança nas relações sociais fez com que o conceito de proximidade se tornasse relativo. Este cenário propicia a concretização de algumas iniciativas e de projectos com ligações a associações internacionais, que resultam da capacidade de entrosamento de muitos jovens que participam empenhadamente nas associações e traduzem a intenção de promover o encontro entre culturas, proporcionando, assim, a construção de laços associativos e de modelos colaborativos. Estas experiências marcam o percurso de muitas pessoas que, durante a sua juventude, desenvolvem competências que cimentam a sua apetência para a participação, a sua auto-confiança, os seus conhecimentos e a sua capacidade de aprendizagem e de leitura do mundo.

O estudo sobre o impacto da pertença associativa no exercício da cidadania democrática realizado por Ferreira (2008) evidencia que os jovens que participam na vida associativa têm uma presença mais assídua nos actos eleitorais e que se envolvem com mais frequência em acções voluntárias na comunidade. Os dados demonstram que estes jovens revelam uma maior predisposição aos outros, à prossecução do bem comum e à assunção de um sentido de responsabilidade colectiva e de consciência dos deveres cívicos (Ferreira, 2008).

A pertença associativa promove, segundo este autor, uma identificação mais directa com o projecto democrático, bem como a valorização da cidadania e a pedagogia da participação (*empowerment*). Neste sentido, “a intensificação do envolvimento associativo, alarga a intervenção no espaço público e promove um espectro de atitudes consentâneo com uma cultura cívica mais consolidada” (Ferreira, 2008: 116). Esta perspectiva é concordante com a representação do “círculo virtuoso” de Putnam, a qual preconiza que quanto mais confiança existir nas interações sociais, mais confiança existirá nas instituições, o que resultará num acréscimo de cooperação, de relações de reciprocidade e de actividade cívica na prossecução do bem-estar colectivo.

Porém, a constatação do défice de capital social na sociedade portuguesa (questão abordada anteriormente), a falta de iniciativa e de mobilização limitam o impacto do associativismo, sendo envolvida “uma parte modesta do universo juvenil” (Ferreira, 2008: 122).

1.3.4.2. Associativismo e ideal democrático

Os autores que preconizam os efeitos do associativismo para a democracia enaltecem a forma como as associações se assumem como uma das principais componentes da sociedade civil, em particular na esfera pública, dado que estas constituem um meio para o alargamento do círculo

do debate político, facilitando, assim, a comunicação pública e representando, em simultâneo, a diferença e o que é comum (Habermas, 1996). Dentro das contribuições do associativismo para a democracia, Fung (2003) destaca o envolvimento directo das associações na implementação de políticas públicas de bem-estar, no sentido de responder às áreas em que a acção do Estado não tem alcance, bem como em dar voz e vez à sociedade civil e aos cidadãos para que a sua intervenção signifique uma efectiva qualificação da vida colectiva.

De seguida, apresentamos o Quadro 1 que resume as posições de alguns dos principais autores que advogam os benefícios do associativismo na vivência da democracia.

QUADRO 1. BENEFÍCIOS DO ASSOCIATIVISMO PARA A DEMOCRACIA

Autores	Nível Macro	Nível Micro
Cohen e Rogers (1995, <i>cit. in</i> Viegas, 2004)	Delegação de poderes do Estado nas associações: melhor informação, equidade na representação de diferentes interesses e mais eficácia governativa.	Educação cívica dos cidadãos; organização autónoma dos cidadãos na pluralidade das associações e dos grupos informais existentes; promoção do respeito pelos direitos e liberdades fundamentais; independência (espaço privado).
Van Deth (1997, <i>op. cit.</i>)	Papel de intermediação social: integração sistémica entre o cidadão/grupos e o Estado (consolidada pelos acordos estabelecidos nos campos da saúde, da solidariedade social e da educação/formação e, ainda, pela visibilidade e mobilização produzidas face aos problemas existentes).	Desenvolvimento de competências específicas e de redes sociais: propiciam as condições aos indivíduos para a concretização dos seus objectivos.
Tocqueville (2001, <i>op. cit.</i> : 35)	Papel mediador entre o Estado e os cidadãos, devido à proximidade em relação a estes, aos problemas sentidos e aos interesses da comunidade; as associações propiciam a construção de laços sociais, que facilitam a integração social democrática.	Promoção do envolvimento dos cidadãos nas questões colectivas: aumento da consciência cívica e política (“virtudes cívicas”: acções voluntárias, mediadas por interesses e por normas; abertura à participação política).
Warren (2001 e 2004)	Esfera pública: representação de interesses de grupos específicos; contributo para o debate público e para a tomada de decisão política; Esfera institucional: representação de interesses, de identidades e de orientações normativas, nas quais se baseiam as reivindicações; assunção de funções de coordenação e de regulação; subsidiariedade na implementação de políticas públicas.	Promoção da educação cívica, da educação para a tolerância e do debate democrático através do aumento da informação, das competências simbólicas, da percepção do direito de participação, da consciência social e política, do pensamento crítico e das virtudes cívicas (normas e valores sociais, em particular, a solidariedade e a identidade partilhada).

Fontes: Viegas (2004) e Warren (2001).

No intuito de potenciar ainda mais os benefícios do associativismo, Warren (2001) introduz a ideia de especialização e de complementaridade, ao advogar uma ecologia associativa com numerosos nichos e especializações que contribuem para o pluralismo de diversos efeitos agregados. Para o autor, uma democracia robusta requer a presença de diferentes tipos de associações que desenvolvam funções diversas e complementares, e, em conjunto, construam respostas democráticas face ao conflito político. Assim se constituiria o que o autor intitula de “democracia ecológica das associações” (Warren, 2001: 12).

1.3.4.3. Democracia associativa

Entre os diversos modelos de participação social, sustentados pelos teóricos da democracia, o modelo de “democracia associativa” visa o reforço do papel das associações, enquanto estruturas de cooperação e de consolidação do funcionamento da democracia (Roßteutscher, 2000). Este modelo traduz a ideia de que a democracia depende, em termos de funções e de normas, de uma vida associativa intensa, constituindo, as associações, um garante do “bom funcionamento” da democracia. Neste sentido, Roßteutscher (2000: 234) atribui cinco funções às associações: ao nível macro, assumirem o papel na “mediação de interesses”, constituírem uma “fonte de legitimidade política”, prestarem uma “ajuda funcional à tomada e execução das decisões”, e, ao nível micro, revelarem-se uma “escola de democracia” e promoverem a “integração social”.

Na esfera institucional, Cohen e Rogers (1995) e Fung (2003) destacam a promoção da equidade como um efeito que poderá advir da interacção entre as associações e as estruturas formais de legislação e de administração do Estado, possibilitando a reacção, a alternativa governativa, a coordenação social e a legitimação democrática. Tendo em conta esta perspectiva, Cohen e Rogers (1992) concebem um modelo de governação complexo, que atribui a centralidade às associações nos processos de decisão e de execução de políticas nacionais, regionais e locais. Com esta perspectiva, estes autores destacam o impacto cívico, deliberativo e gerador de solidariedade promovido pelo envolvimento associativo.

Neste sentido, Roßteutscher (2000) considera que as organizações voluntárias constituem um alicerce importante para a democracia, dado que a participação activa dos cidadãos nas organizações sociais propicia o treino de competências cívicas e participativas, aprofundando a capacidade de cooperação. Logo, pessoas socialmente activas tendem a ser, de igual modo, politicamente interventivas. Esta relação de causalidade é comprovada por Roßteutscher (2000: 242), ao reportar-se a estudos que indicam o impacto positivo da participação associativa na organização social, concluindo, o mesmo, que “os membros das associações são ‘melhores’

democratas, têm mais informação sobre política, demonstram um maior interesse pelos assuntos públicos e são politicamente activos a um nível mais elevado”.

As associações voluntárias (não estatais e não económicas) representam, para Habermas (1996), núcleos fundamentais da sociedade civil na conexão do espaço público com a “componente social do mundo vivido”, ou seja, o contexto regido pelas relações comunicativas entre os sujeitos, expressas no discurso e na acção, em articulação com três componentes: a personalidade, a sociedade²⁶ e a cultura.

Do ponto de vista da integração social, a confiança promovida pelas organizações (dependendo das suas características e fins) “faz emergir o capital social indispensável à prática democrática” (Fernandes, 2002: 202). O próprio aparecimento das organizações não-governamentais, como afirma Carvalho (2003, *cit. in* Miranda, 2009: 10), representa “um processo de democratização das relações entre sociedade e Estado”, e traduz a “ampliação da participação social no diagnóstico, no encaminhamento e na resolução de problemas sociais”. Neste processo, o desenvolvimento de estratégias de *empowerment* leva a que os actores da sociedade civil organizada se assumam como sujeitos sociais, enraizando a cidadania nas práticas sociais.

O investimento nas actividades de educação e formação, no desenvolvimento de acções comunitárias, na difusão de expressões culturais e na defesa de grupos minoritários revela o importante desempenho das associações na integração social e cultural. A educação é vista, de acordo com Martins (2003: 128), como uma “forma de integração e de autonomia de «sub-culturas» e «contraculturas»”. Nesta linha de raciocínio, o associativismo desempenha um papel importante ao capacitar, dar visibilidade e “voz” às pessoas mais lesadas e excluídas das relações de poder, quer no alargamento da participação à comunidade em geral, incluindo as pessoas socialmente vulneráveis, difundindo o princípio da democracia, quer no alargamento da sua abrangência e da sua intervenção. Neste âmbito, as associações alimentam a acção de movimentos sociais de modo a reequacionar as lógicas de inclusão/exclusão e a recriar novas redes sociais, promovendo a coesão social, através da activação da participação social, da difusão de informação/formação e do envolvimento dos cidadãos na criação de respostas alternativas e mais inclusivas, baseadas em modelos de cooperação locais, numa lógica *bottom-up*.

O movimento associativo reflecte, deste modo, as mutações sociais, produzindo respostas aos desafios emergentes, através da promoção da participação activa e da introdução de *inputs* de inovação social.

²⁶ De acordo com o pensamento habermasiano, a sociedade é composta por um “conjunto alargado de sub-sistemas especializados de natureza diversa, mas linguisticamente unidos” (Silva, 2001: 132).

1.4. PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Paralelamente ao crescente individualismo e à predominância de práticas de consumo imediato que marcam a sociedade actual, o movimento associativo transparece, no entanto, uma maior consolidação, em termos de abrangência de áreas de intervenção e de diversidade, tanto de actividades/serviços, como de pessoas que se associam com o fim de dar visibilidade a causas comuns e de construir respostas às dificuldades sentidas. Este movimento reveste-se de uma gradual e reconhecida importância, considerando o relevante papel das associações na formação para os valores, na constituição de fluxos de informação que promovem o debate esclarecido, no estímulo à participação social, no treino de práticas democráticas, e na criação de iniciativas que procuram potenciar a acção dos indivíduos no contexto de redes de entreajuda, assentes na complementaridade e no enraizamento (Evans, 1996).

Em muitos casos, a criação de uma associação surge como um acto de democracia participativa, ou seja, constitui um compromisso dos cidadãos que se associam, com um determinado interesse, e participam activamente em prol de um bem comum. Para tal, implicam-se afectivamente nos problemas e procuram recursos que respondam às necessidades sentidas localmente, promovendo acções que vinculem os cidadãos a participar na qualificação da sua comunidade.

No caso das associações dedicadas à intervenção comunitária e ao desenvolvimento local, a sua génese representa uma promessa de vir a desempenhar um papel preponderante na activação do tecido social da comunidade, de modo a produzir um impacto nesta. Ao mesmo tempo, a comunidade exige acção, responsabilidade e dinamismo da parte deste tipo de associações, bem como abertura para a participação social, no sentido da congregação de diferentes contributos e da valorização das forças vivas locais.

Por vezes, constata-se o desconhecimento, ainda existente, de uma parte significativa da comunidade sobre a vida associativa local. Esta distância parece expressar uma atitude de falta de interesse de aproximação de ambas as partes: por um lado, há associações que demonstram alguma apreensão em alargar o âmbito de participação, o que poderá ser visto como um sinal da percepção do risco de questionamento sobre os poderes internos estabelecidos; por outro lado, o défice de capital social constatado na sociedade portuguesa (questão abordada anteriormente), evidenciado no considerável nível de abstenção na participação associativa, revela a predominância de uma atitude passiva e centrada no dia-a-dia, circunscrita ao restrito núcleo informal. Para contrariar esta tendência, tendo em conta a desejável sustentabilidade e utilidade das associações, verifica-se a necessidade e o dever de divulgação destas junto da comunidade, sobre a sua missão (que sustenta a sua criação), a sua filosofia (o que mantém, actualmente, o vigor e o alento), as actividades e os serviços desenvolvidos, e os planos para o futuro. Desta forma, a comunidade sentir-se-á, à partida, mais informada e próxima, logo, mais incluída neste projecto

social, que perdurará e terá bons resultados se assimilar os diferentes contributos provindos de uma comunidade que procura rever-se no presente e no futuro das associações. A identidade local que cada associação conseguirá reflectir na sua acção depende, assim, da abertura à colaboração dos diferentes cidadãos e da forma como as necessidades locais, expressas pela comunidade, são incorporadas na missão e nos objectivos da organização.

Neste sentido, podemos observar que o campo associativo é propício à experimentação de modelos colaborativos e de estratégias de intervenção, geradoras de boas práticas e de inovação, que, em muitos casos, resultam na incrementação de dinâmicas locais de desenvolvimento social.

Nos processos de desenvolvimento comunitário, a activação dos recursos e a mobilização social passa, inicialmente, pela inclusão dos agentes locais, reconhecidos pela comunidade como seus interlocutores, que, atentos às especificidades e às potencialidades do contexto, introduzem *inputs* de inovação, atraem oportunidades de desenvolvimento e promovem a valorização da identidade local. Estes agentes são elementos-chave na construção de pontes e de fluxos de comunicação, determinantes para a edificação de redes sociais locais e para a potenciação de sinergias.

Actualmente, o processo de desenvolvimento comunitário compreende a promoção de relações de baixo para cima (*bottom-up*) e o envolvimento de diversas associações e organizações que desempenham um papel central, neste processo, ao activarem e mobilizarem o potencial humano e os recursos sociais e culturais, motivando a participação cívica e a vinculação das populações aos projectos e às acções da dinâmica sócio-económica (Pike *et al.*, 2006, *cit. in* Melo & Carmo, 2008).

Este novo paradigma concebe o território como o elemento central da intervenção. O local é, assim, o referencial de identidade e de identificação das necessidades e dos problemas específicos sentidos, contextualizados em redes de relações familiares, de vizinhança e institucionais, e revelados nas dinâmicas entre os diferentes actores sociais. Neste sentido, o desenho de uma estratégia de desenvolvimento comunitário reflectirá a singularidade da comunidade, uma vez que se reporta aos valores e aos ideais preconizados pelos cidadãos, pelas organizações e instituições locais e pelos seus representantes. A vinculação ao local e a revitalização dos laços sociais constituem dois importantes desafios do momento presente do associativismo. Nas zonas rurais, perante o isolamento, o associativismo manifesta-se de uma forma intensa, como “uma estratégia de estreitamento de laços, de manutenção de solidariedades, de criação de oportunidades de convivência” (Rocha-Trindade, 1986: 327). O enraizamento e o envolvimento no contexto reflectem uma atitude de resistência da identidade local e da expressão cultural²⁷. Contudo,

²⁷ Aconselha-se a consulta do texto de Carvalho (2003: 13) que aborda a experiência “Rede de Aldeias do Xisto”. Esta Rede consiste numa “iniciativa pública que pretende ser uma abordagem integradora (vertentes social, patrimonial e turística), alicerçada num conjunto de acções que visam requalificar microterritórios rurais em declínio, melhorar as condições de vida das suas populações, elevar a sua auto-estima e promover as suas potencialidades originais e excep-

verifica-se, nestes territórios, uma dificuldade na construção de sinergias mais abrangentes, que promovam a negociação e a parceria com outras instâncias do poder político (Melo & Carmo, 2008). Esta situação requer um papel mais activo da parte do Estado e das instituições públicas, sugerem Melo e Carmo (2008), na prestação do apoio e no reconhecimento através do estabelecimento de relações com o terceiro sector, estimulando, deste modo, a autonomia das comunidades no desenvolvimento de iniciativas socioeconómicas locais.

Na perspectiva de Evans (1996), os governos deverão disponibilizar determinados tipos de bens colectivos, de modo a complementar os *inputs* desempenhados por agentes privados de forma mais eficiente. A conjugação destes dois tipos de *inputs* resulta num acréscimo da produção para além do que cada sector, público ou privado, poderia produzir por conta própria. É, então, aberto o caminho à formação de sinergias.

Igualmente ao nível das organizações e das associações que dão corpo ao terceiro sector e que inscrevem a sua acção num determinado território, o inter-associativismo, ou seja, a partilha de recursos, de ferramentas, de boas práticas a serem disseminadas, de ideias e de ideais, de métodos de trabalho colaborativos, contribui para a consolidação de relações de entreajuda, para a construção de sinergias e para o fortalecimento dos laços sociais, beneficiando, com este contexto, toda a comunidade. Nesta linha de raciocínio, a promoção de redes horizontais entre as associações, sugerida por Melo e Carmo (2008), constitui uma necessidade para que a importância destas seja reconhecida e para que estas alcancem mais poder e influência nos processos de negociação desenvolvidos com as instituições públicas.

Os autores advogam um modelo de descentralização política e administrativa que permita “a promoção de diversas oportunidades com capacidade para contribuir decisivamente para a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento local e regional” (Melo & Carmo, 2008: 19). A inexistência de uma agência pública capaz de gerar sinergias e conexões, em diferentes níveis, entre actores distintos (associações, empresas, autarquias) posicionados em diferentes contextos espaciais (aldeias, vilas ou cidades) é apontada por Melo e Carmo (2008) como o principal obstáculo ao modelo de descentralização sugerido por estes autores.

A descentralização, segundo Guerra (1999: 56), deverá atender a dois objectivos: capacitar as colectividades locais, através da transferência de responsabilidades, para a resposta às “necessidades sociais” e para a garantia da coesão social; e “fomentar a democracia directa, rompendo com a intervenção social *de cima para baixo*, de forma a adaptá-la aos contextos locais, mas, também, aumentando as responsabilidades políticas locais”, susceptíveis de serem alvo de sufrágio. Esta perspectiva é consentânea com a teoria de Evans (1996) que entende a complementaridade e o enraizamento como dois elementos essenciais para a promoção das condições necessárias ao desenvolvimento local e regional. A complementaridade fomentada pela interde-

cionais (em boa parte sedimentadas no seu património construído), também com o intuito de estimular a sua integração nos destinos do turismo cultural”.

pendência entre os sectores público e privado manifestar-se-ia na geração de sinergias estáveis e consistentes entre as instituições públicas e a comunidade, alicerçando o enraizamento (*"embeddness"*). Assim, considerando que as sinergias dependem das interações diárias entre o público e o privado, das normas e das lealdades construídas à volta destas, o conceito de sinergia implica, de acordo com Evans, um conjunto de relações público-privadas, que contemple uma divisão complementar do trabalho, aceite por ambas as partes, em torno da integração da complementaridade e do enraizamento (1996: 189).

A ideia de sinergia pressupõe a existência de interesses homogéneos, ou seja, que os interesses dos cidadãos sejam partilhados pelos actores do sector público. Assim, a existência de instituições públicas fortes representa, para o autor, uma mais-valia na formação do capital social local e na prossecução dos fins de desenvolvimento, uma vez que incrementam formas subtis de distribuição do poder, apoiando a descentralização e a abertura à auto-organização local. Na perspectiva de Evans (1996: 195), a combinação destas instituições com comunidades organizadas constitui uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento. Nesta fórmula, a colaboração dos cidadãos é uma peça essencial, pois, como membros da comunidade e beneficiários do produto final, os cidadãos contribuem com o seu conhecimento e com a sua experiência. Estas dotações pré-existent de capital social constituem recursos valiosos na construção de relações sinérgicas. Logo, a ligação dos cidadãos mobilizados aos órgãos públicos pode resultar, de acordo com Evans (1996), no aumento da eficácia do governo.

Neste sentido, o reforço da sociedade-providência, enquadrando a participação activa dos cidadãos e das suas organizações, significaria a partilha da acção social, adoptando o Estado uma posição de parceiro (Amaro, 1999: 26). A relevância da sociedade-providência é, igualmente, destacada por Santos (2002: 64), uma vez que, segundo este autor, é esta quem tem colmatado "as deficiências da providência estatal".

A recomposição dos "ligames sociais e da solidariedade", segundo Fernandes (2000: 181), depende de uma intervenção de um sistema redistributivo solidário, que assente numa base mais sólida de cooperação. Nesse sentido, este autor sugere uma nova arquitectura do Estado, que promova a complementaridade entre os serviços públicos e as associações e outras formas de mobilização da sociedade civil.

1.5. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E REDES LOCAIS DE INTERVENÇÃO: TECENDO A MALHA SOCIAL

A concepção de desenvolvimento predominante, ligada a uma visão economicista, que enaltece o crescimento económico e a industrialização é, para Sampedro e Berzosa (1996, *cit. in* Caride Gómez, 2007: 33), "o produto da moderna civilização técnica impulsionada nos países ocidentais", que assenta na sobrevalorização da acumulação de bens e na capacidade produtiva. É

com a crise do pós-Segunda Guerra Mundial e com o nascimento da economia socialista que surgem novas reflexões teóricas que relacionam o económico com o social (Caride Gómez, 2007: 16-17). Porém, subsiste a tendência de classificação do nível de desenvolvimento assente num único padrão, a partir do qual os países são categorizados como desenvolvidos ou subdesenvolvidos. As comunidades subdesenvolvidas são, de acordo com este padrão, compostas por indivíduos que auferem um rendimento baixo, e nas quais se regista um nível mínimo de produção industrial e um Produto Interno Bruto reduzido. Segundo Caride Gómez (2007: 46), esta concepção quantitativa privilegia a leitura de indicadores económicos e desconsidera importantes factores para o desenvolvimento económico, social e humano de uma sociedade, como a cultura, “ou as formas tradicionais de satisfazer as necessidades e de alcançar o bem-estar e a felicidade”. A excessiva valorização do conceito de desenvolvimento predominante, tem levado os países subdesenvolvidos a adoptarem reformas e transformações económicas, impostas por instituições exteriores, que, na perspectiva do autor, têm conduzido, na maioria dos casos, a consequências nefastas para o desenvolvimento social e humano (2007: 54). Uma vez que “todo o desenvolvimento continua a ser pensado na base do crescimento”, segundo Boaventura Sousa Santos (2009), mantém-se uma ideologia que deixa a descoberto a componente social e, assim, o trabalho de preservação e de qualificação do tecido social.

Porém, o conceito de desenvolvimento²⁸ tem sido reestruturado, atendendo às necessidades emergentes da contemporaneidade e à “evidência dos custos sociais e ambientais das opções económicas” (Amaro, 1999: 26). A concepção de sustentabilidade tem criado ramificações extensíveis a diversas áreas do desenvolvimento humano, introduzindo componentes essenciais para a preservação das condições de vida no nosso planeta, ambientais, sociais e económicas. Os modelos de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento humano postulam a valorização do património ambiental e a participação activa das pessoas, pondo a tónica no impacto global da acção local das diferentes comunidades.

A participação da comunidade, um vector fundamental para o processo de desenvolvimento, implica a promoção de “espaços democráticos de expressão, de interacção e de decisão ao nível político, social, económico e cultural” (Caride Gómez, 2007: 87). Neste enquadramento, a dimensão local adquire uma elevada predominância, pois é partindo das especificidades do contexto, considerando as potencialidades, os recursos e as necessidades, que se poderá estimular a vinculação activa dos cidadãos, das associações e das instituições locais, promover a abertura à reflexão partilhada e ao planeamento conjunto, recriar solidariedades, reequacionar as dinâmicas instituídas e as relações de poder, e garantir a igualdade de acesso à educação, à saúde e à cultura. Em suma, trata-se de potenciar o interesse comum, o encontro e a

²⁸ O desenvolvimento é definido por Caride e Meira (2001, *cit. in* Caride Gómez, 2007: 89), como uma “construção social e histórica em que confluem posturas confrontadas com a natureza e a orientação que adquirem as transformações sociais, nas suas dimensões materiais e ideais”.

partilha, aprofundando o capital social e a confiança entre as pessoas e as associações/instituições. Esta perspectiva é reforçada por Fernandes (2002: 202) que dá relevo aos elevados níveis de confiança, existentes em países que praticam a descentralização, favorecendo, deste modo, o desenvolvimento integrado e extensivo a todos os ambientes, bem como a multiplicação e o fortalecimento dos grupos e das associações.

1.5.1. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O desenvolvimento comunitário, definido, em 1954, pelas Nações Unidas, compreende uma técnica que assenta na cooperação entre os habitantes e os poderes públicos “com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam sem reservas para o progresso do país” (Silva, 1963: 543). Com a introdução de uma visão integral do desenvolvimento económico e humano, é destacada a capacidade de decisão por parte das comunidades e é atribuído o lugar de protagonismo aos cidadãos no seu próprio desenvolvimento e o direito de intervenção que lhes assiste “em todos os problemas que lhes são afectos”. O aprofundamento desta concepção salienta a importância do estabelecimento de alianças entre os indivíduos e as comunidades, inseridos num grupo de actores fundamentais, na criação de iniciativas e na implementação de programas de desenvolvimento (Caride Gómez, 2007: 113).

O processo de desenvolvimento comunitário, de acordo com Silva (1963: 546) compreende cinco etapas fundamentais: a informação geral e a dinamização das colectividades (motivação para a participação), a prospecção das necessidades e dos recursos potenciais (consciencialização e dinamização social), a descoberta e a formação dos agentes e líderes locais (formais e informais), a elaboração de um plano estratégico (estabelecimento de prioridades e satisfação das necessidades reais) e a avaliação dos resultados materiais e da transformação de mentalidades, etapa que realimentará o processo com novas contribuições.

Neste processo, segundo Caride Gómez (2007), a criação de instituições que impulsionem o desenvolvimento comunitário é determinante para a construção de redes na comunidade, através da animação sociocultural, da dinamização dos diferentes sectores e colectividades, e da intervenção sócio-comunitária que combata as desigualdades e reforce as pertenças e os laços sociais, ou seja, que promova a coesão social.

A comunidade, na perspectiva de Santos (1994: 272) é vista como “o conjunto das relações sociais por via das quais se criam identidades colectivas de vizinhança, de região, de raça, de etnia, de religião, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos e a temporalidades partilhadas passadas, presentes ou futuras”. Estas relações sociais inscrevem-se numa dimensão de espaço e de tempo e geram relações de poder (“diferenciação desigual”), que reproduzem

desigualdades em diferentes âmbitos, no grupo e na comunidade, bem como nas “relações intergrupais ou intercomunitárias”. A coesão social implica o combate efectivo das desigualdades sociais, o qual, por conseguinte, depende da participação e da distribuição do poder, ou seja, do reconhecimento e da valorização do contributo de todos os cidadãos na construção do projecto societário desejado, estimulando a adopção da participação positiva por parte de quem se sente vulnerável e dependente.

O desenvolvimento comunitário parte da realidade de um território e tem por base as necessidades sentidas pela população, reflectindo, desde o início do processo, a iniciativa, a responsabilidade e a liberdade de escolha da comunidade (Silva, 1963: 544). Este modelo compreende a adopção de uma visão holística da comunidade, que considera as potencialidades e as fragilidades, valorizando os diferentes contributos dos diversos actores e sectores, imersos num contexto social com uma dinâmica específica, um passado de memórias e um presente, por vezes, próximo demais para se conseguir vislumbrar onde intervir para concretizar as promessas do futuro.

1.5.2. REDES LOCAIS DE INTERVENÇÃO CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

As disparidades sociais e económicas constatadas no contexto actual e o ritmo acelerado que nos inunda com o presente deixam antever um cenário social complexo. Este sentido do imediato tem colocado em causa a estabilidade em campos de inserção essenciais para o indivíduo, como a família, o emprego, a educação (a escolha entre estudar ou trabalhar). A forma como muitas famílias se constituem, de forma precoce e pouco reflexiva, acarreta riscos para a solidez do percurso familiar. O aumento da monoparentalidade evidencia a ausência de conciliação entre o casal, perante crises familiares ou projectos de vida distintos, existindo, frequentemente, a quebra de laços sociais e familiares, que enfraquecem a rede de suporte social pessoal. No caso do emprego, existe um desfasamento entre as expectativas individuais e o mercado de trabalho; também, neste campo, a aposta na mobilidade profissional poderá comprometer o enraizamento e a vinculação social ao espaço territorial e às redes sociais que aprofundam o sentimento de pertença e de segurança do indivíduo, empobrecendo o potencial do capital social. Com a precariedade constatada no mundo do trabalho também os benefícios da educação são postos em causa por uma população pouco escolarizada. A falta de qualificação escolar e profissional cria uma massa indiferenciada de trabalhadores que sabem fazer “um pouco de tudo” e que vivem sob o signo dos temporários contratos de trabalho. Em consequência, esta precariedade alastra-se a outros níveis vitais para o bem-estar, tais como, a habitação, a saúde, a educação (valorização do percurso escolar e estímulo para a aprendizagem), a qualidade da dinâmica familiar e das relações sociais.

Num mundo que se tornou intensamente competitivo e sustentado por um ideal de sucesso, competência, performance e realização pessoal, a *luta de lugares*²⁹ rende-se à precarização das condições de trabalho, desenhando uma espiral descendente até à exclusão do mercado de trabalho, diagnosticada através da ausência de competências. A exclusão do sistema de produção e a consequente ruptura dos laços sociais, laborais, e, assim, com o projecto societal, colocam o indivíduo numa situação de desqualificação social, segundo a perspectiva de Paugam (2003) e de desafiliação, na óptica de Castel (2008). Estes conceitos definem a degradação do vínculo social, que marca a ruptura dos indivíduos em relação às suas pertenças sociais. A desassociação do indivíduo desvincula-o da rede social, em particular, e da sociedade, em geral, criando obstáculos à sua reintegração social e profissional.

As fragilidades e as dependências geradas no processo de desqualificação mergulham o indivíduo numa situação de exclusão social, que hipoteca a sua participação social e ramifica-se pelas dimensões da sua individualidade. A desfragmentação social atinge o indivíduo em diferentes vertentes, traçando um caminho de desmotivação, que reforça uma identidade negativa (Fernandes, 1998: 93). Segundo o autor (2000: 182-183), a exclusão social exprime um défice de cidadania, o que se traduz na falta de participação social. Neste sentido, a segregação de algumas camadas da população, que vivem situações de pobreza e de exclusão social, está directamente relacionada com a falta de participação nos processos económico, social, cultural e político. Esta ausência de participação e do exercício dos direitos e deveres tem subjacente um sentimento de desmotivação e a inexistência de expectativas e de reconhecimento do seu papel enquanto cidadão, perante as instituições e a sociedade em geral.

De acordo com Costa (1998: 17), a exclusão social³⁰ envolve um conjunto de perdas significativas no campo das referências, nomeadamente “a perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações e do sentido de pertença à sociedade”, significando uma ruptura do laço social e do laço simbólico³¹ (Xiberras, 1996).

Os diferentes níveis de intensidade da pobreza³² exprimem diversos graus de privação e de dependência, e materializam-se em modos de vida que evidenciam subjectivos entendimentos

²⁹ Gaulejac e Taboada-Léonetti (1994) afirmam que, na segunda metade dos anos oitenta, o modelo de classes sociais já não está presente, o que parece significar um esvaziamento deste modelo. Operou-se, nesse período, de acordo com os autores, uma mudança profunda em que o fenómeno da luta das classes (*lutte des classes*) deu lugar ao novo fenómeno da luta pelos lugares (*lutte des places*), ou seja, para existir, para ser reconhecido, o indivíduo terá de ser útil e produtivo.

³⁰ A exclusão social expressa uma ideia de não-pertença social e de desagregação dos círculos de inclusão. Costa (2008) estabelece cinco domínios do sistema social básico, interdependentes, que desenharam a inclusão: social, económico, institucional, espacial e simbólico.

³¹ De acordo com Xiberras (1996), o laço simbólico traduz o vínculo de adesão que liga os actores sociais a valores comuns.

³² Costa (2008: 62) define a pobreza como “uma situação de privação por falta de recursos”. Esta carência de recursos constitui um indicador de exclusão social; assim, para este autor, “a pobreza representa uma forma de exclusão social”.

sobre o conceito e a vivência da pobreza. Capucha (1998) constata a intensificação e a complexificação das problemáticas associadas aos fenómenos da pobreza e da exclusão social, através da identificação de diferentes categorias, associadas a distintos modos de viver a pobreza e de luta pela sobrevivência. A persistência da pobreza, resultante de ciclos geracionais de pobreza ou verificada durante alguma etapa da vida, evidencia, segundo Costa (1998: 39), a exigência de mudanças sociais³³, ao nível dos mecanismos sociais geradores e reprodutores de desigualdades e da perpetuação da pobreza e da exclusão social. Capucha (1998) destaca os efeitos da filosofia económica, preconizada nas últimas décadas, que sujeita a qualidade da sociedade ao livre funcionamento do mercado³⁴ e às suas constantes flutuações. Mishra (1999) reforça este ponto de vista, evidenciando os prejuízos da desvalorização da componente social, ao afirmar que as economias tornaram-se globais, mas as sociedades, enraizadas num local, continuam nacionais. Para Capucha (1999: 234), não haverá “uma boa economia num deserto social e à custa da qualidade de vida das populações”, logo, o autor sugere o estabelecimento de quatro prioridades nas políticas sociais: a primazia à criação de emprego, o reforço dos sistemas de educação e de qualificação, a reforma do sistema de protecção social e das políticas sociais, e a implementação de medidas específicas de combate à pobreza e à exclusão social.

A integração profissional adquire uma relevância fundamental para a cidadania, uma vez que provê a auto-suficiência (Costa, 1998) e estimula a capacidade de investir (Fernandes, 2000: 178). Neste sentido, Capucha (1999) e Fernandes (2000) preconizam a aposta na criação de empregos de proximidade e de um mercado de emprego social, que contrarie lógicas de dependência, e que, ao invés, active e mobilize o capital social que cada indivíduo detém, permitindo, assim, superar os estados de pobreza e de exclusão social, promovendo a cidadania e o reforço dos laços sociais. “A sua superação terá, então, de passar pela conversão da passividade em mobilização e do isolamento em organização” (Fernandes, 1998: 164), rompendo com lógicas de dependência, dando lugar à motivação, à capacidade de iniciativa e ao compromisso, elementos-chave no envolvimento de todos os membros da comunidade num projecto comum. Estivill (2008: 30), numa perspectiva de superação do risco de dissociação entre a inserção laboral e a luta contra a pobreza (domínio da assistência) no desenvolvimento local, salienta a necessidade da existência de uma conjuntura que reflecta a “partilha de um objectivo comum de desenvolvimento económico e social” (Sauvage, 1996, *op. cit.*), a promoção do capital social (Bevort & Lallement, 2006, *op. cit.*) e dos bens colectivos, a regeneração do “*Social Welfare*”³⁵ local, a revelação do “potencial papel impulsionador e de planificação da administração pública local”, a incorporação

³³ Costa (1998) enumera o que considera ser os principais factores explicativos da perpetuação da pobreza e da exclusão social: a organização e o funcionamento social, o estilo de vida e a cultura dominante, e a estrutura do poder (político, económico, social e cultural).

³⁴ Capucha (1999) identifica alguns sectores vitais para a obtenção do mínimo de condições de subsistência, como o mercado de trabalho, a prestação de cuidados de saúde e de protecção, e de habitação.

³⁵ Estivill, 2008: 30.

da “dinâmica propiciada pela experiência das empresas sociais” (Prosavi, 2002, *op. cit.*), e, o reforço da “capacitação do conjunto dos actores locais” e, em particular, das associações e das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O impulso local a um efectivo combate à pobreza e à exclusão social é defendido por Capucha (1998: 238) que propõe, entre outras medidas: “a promoção da gestão descentralizada das políticas e a articulação horizontal de parceiros no plano local”, a mobilização da participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, a adopção de medidas preventivas e a “avaliação sistemática de processos e resultados cruzando perspectivas de diferentes agentes”. Considerando as múltiplas faces da pobreza e da exclusão social, é premente que exista, de acordo com Costa (1998: 52-53), uma acção multidimensional expressa na implementação de parcerias entre as diversas instituições, organizações e outros actores sociais, cujo contributo é essencial. O combate à pobreza e à exclusão social requer, deste modo, uma intervenção que assente numa visão sistémica, resultante, não da simples soma das diferentes perspectivas, mas da interconexão e da influência de cada uma delas no total do sistema, exigindo um trabalho interdisciplinar e de equipa, de modo sistemático e coordenado, que envolva as empresas, a autarquia e as organizações locais, e nestas, os voluntários e os profissionais (Garcia, 1998: 298). O voluntariado social, enquadrado numa resposta de proximidade, proporciona uma maior compreensão da realidade e da especificidade de cada situação, em termos da complexidade e da intensidade dos problemas sociais sentidos; “contribui para o enriquecimento da acção social e para o princípio da universalidade [...], acrescentando-lhe os da solidariedade, da inserção social e da participação”; “enriquece as relações de proximidade, a personalização, a flexibilidade das prestações e do apoio social e a ligação às famílias” (Catarino, 2007a: 16); e, incrementa a construção de redes de solidariedade, através de iniciativas que contribuem para a formação da consciência social e para a mobilização da comunidade, otimizando o acesso aos recursos necessários para o apoio social. O voluntário, membro activo da comunidade, assume, nesta dinâmica, uma posição estratégica enquanto agente mediador do processo de mudança social.

Nesta abordagem, a dimensão local representa um importante vector na intervenção sobre os problemas sociais e na sua prevenção, uma vez que facilita a identificação e o acesso a diferentes recursos e potencialidades que devem ser mobilizados, propiciando a sensibilização dos actores e a criação de um sentimento da “causa comum”, determinante para o êxito da acção (Costa, 1998: 54-55). A intervenção local deve, assim, considerar a componente de territorialização na definição da estratégia da acção e no envolvimento dos actores locais, como elementos essenciais na criação e na consolidação de iniciativas de animação sociocomunitária, bem como na requalificação das suas comunidades (Melo e Carmo, 2008). Neste campo, o paradigma da territorialização³⁶ tem vindo a ser defendido na luta contra a exclusão como uma “medida de

³⁶ O paradigma territorialista (*bottom-up* ou *from-bellow*) surgiu nos anos 80 como reacção teórica ao paradigma funcionalista, defensor da concentração dos investimentos em pólos que irradiavam efeitos para as suas peri-

eficácia e de transformação qualitativa das formas de resolução de problemas que, ao nível local, poderão ser integradas e sistémicas e não verticais e sectorizadas” (Guerra, 1999: 56). Assim, a conquista de uma relativa autonomia pelo nível local aspira à exigência de uma “acção social mais territorializada, mais horizontal e descentralizada” (Amaro, 1999: 25), que proporcione o envolvimento das diferentes esferas da comunidade e contribua para a capacitação dos diferentes agentes (singulares ou colectivos) na construção de projectos e de iniciativas assentes em redes de conexões sólidas.

O desenvolvimento integrado e diferenciado visa, de acordo com Reis (1998: 339), a redução das assimetrias regionais, estimulando a “criação e a promoção de condições para a mobilização e para a capitalização de capacidades, iniciativas e inovações locais”. Neste sentido, Amaro (1999: 27) salienta a necessidade de uma “acção para o des-envolvimento pessoal, comunitário e ambiental”, que fomente a participação, a autonomia, a solidariedade e a diferença, que promova a identidade cultural e que valorize e agregue os diferentes recursos locais, numa perspectiva de complementaridade, considerando que a comunidade local é, ainda, “um espaço ecológico e cultural” (Fernandes, 1992: 53).

A falta de auto-suficiência do local perante a alteração das necessidades sociais requer que se atenda à dimensão local dos problemas sociais, mas, também, às implicações globais destes (causas e efeitos), há, assim, que considerar a importância da dinâmica das redes regionais, nacionais e globais, para a compreensão e para a resolução local das necessidades, pressupondo uma consciência sobre a acção global, ou seja, “pensar e agir local, pensando e agindo global” (Amaro, 2002: 22); na acção social, é importante estimular o envolvimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social no próprio processo de satisfação das suas necessidades na condição de protagonistas, em vez de *objectos* de intervenção, de modo a valorizar e a canalizar os seus próprios recursos e competências, de “uma forma responsabilizadora para esse processo”, atribuindo-se a primazia aos ganhos em termos de *empowerment*.

Desta forma, a formação de uma consciência cívica é determinante para que cada um reconheça o seu valor e a sua “voz” na mudança que deseja ver.

Pensar «glocal»³⁷

Actualmente, Aveiro, uma cidade de média dimensão, representa um importante centro urbano de uma rede de municípios da região do Baixo-Vouga. A criação da Grande Área Metropolitana de Aveiro (GAMA), em 2004, e da Plataforma Supraconcelhia do Baixo-Vouga³⁸, em 2006,

ferias; o paradigma territorialista considera que os “pólos têm um efeito de sucção e não de irradiação”, pelo que preconiza uma concepção do “território como unidade de análise, considerando as suas potencialidades e recursos” (Lavado, 2009: 7).

³⁷ Amaro (1999: 25).

³⁸ Plataforma Supra Concelhia do Baixo Vouga (http://www.cm-vagos.pt/document/800310/Plataforma%20do%20Baixo%20Vouga_final.pdf).

no âmbito do programa Rede Social, consolidaram a dinâmica desta região, valorizando as afinidades geográficas, culturais e sociais e as complementaridades. A concretização da inter-regionalidade, enquadrada na filosofia do espaço comunitário e decorrente do princípio da subsidiariedade, “supõe a existência de comunidades territoriais dinâmicas, capazes de se afirmar em pé de igualdade nos locais onde as decisões estratégicas são discutidas e tomadas” (Ferrão *et al.*, 1994: 1145). Aveiro como uma cidade intermédia³⁹ poderá desempenhar, igualmente, uma função estratégica no campo da política de desenvolvimento regional, segundo Ferrão *et al.* (*ibidem*), “no cruzamento enriquecedor de políticas centralizadas descendentes (comunitárias e nacionais) com políticas descentralizadas ascendentes (locais/regionais)”.

A progressiva transferência de funções e de poderes para as autarquias e a existência de programas comunitários de apoio a iniciativas locais abrem o caminho para uma política de valorização dos recursos e das especificidades locais, sendo determinante, para a afirmação do potencial de cada cidade ou região, saber desenvolver as suas capacidades com uma visão de futuro, em conjunto com a sociedade civil. A coesão social, o dinamismo e a iniciativa local constituem três elementos-chave no marketing territorial de promoção das regiões e das cidades, que manifestam a sua intenção de atrair um maior potencial económico e humano. Contudo, a concretização deste ideal depende da adopção de uma filosofia e de uma política assente no planeamento estratégico, na inovação, na inclusão social, no investimento na saúde e na qualidade de vida, na estimulação da vida cultural, da educação e da formação, e num pilar basilar, a participação dos cidadãos, contemplando as condições necessárias para tal. Nesta perspectiva, “importa mobilizar ideias e debates sobre a natureza e o sentido das trajectórias de reestruturação interna e a consolidação de redes de cooperação interurbana de âmbito nacional e internacional” (Ferrão *et al.*, 1994: 1146).

Nova geração de políticas sociais

A nova geração de políticas sociais revela a aposta em políticas territoriais, baseadas na proximidade e na iniciativa local, de modo a activar a participação dos actores locais no diagnóstico (identificação das vulnerabilidades/potencialidades), no planeamento estratégico e na execução de acções que respondam às necessidades identificadas e que criem oportunidades de desenvolvimento local.

De acordo com Rodrigues e Stoer (1998: 6-7), o partenariado, como modelo de “cooperação mais informal entre as pessoas e as entidades com os mesmos objectivos e interesses comuns – “parceria” – no sentido de promover projectos locais de desenvolvimento, tomou

³⁹ Considerando os dados referentes aos Censos de 2001, a região centro apresentava vários pólos de interacção com destaque para algumas cidades onde se concentram actividades e serviços, tais como Coimbra e Aveiro. Entre os concelhos da NUTS III do Baixo Vouga, os resultados evidenciavam um conjunto de interacções apontando para uma acentuada integração destes municípios entre si e polarizada em Aveiro.

forma em Portugal nos anos 60”, nos trabalhos de desenvolvimento comunitário⁴⁰. Em meados da década de 70, o partenariado, enquanto parceria, assumiu-se como a lógica dominante, porém, com a entrada de Portugal na, então, Comunidade Económica Europeia, a parceria, enquanto partenariado, viria a ser o modelo preponderante durante a década de 80. A introdução de lógicas de parceria e/ou partenariado⁴¹, no início da década de 90, como um princípio básico instituído pelos programas comunitários na luta contra a pobreza e a exclusão social, trouxe a configuração das relações interinstitucionais dentro do sector público e entre este e o sector privado (Monteiro, 2004b). Citando Lévesque (1998, *cit. in* Monteiro, 2004b), o autor destaca a mudança da afirmação do local enquanto um espaço de contestação, com o investimento em iniciativas locais na criação de comunidades fortes e autónomas, para o paradigma do local como espaço de concertação, consolidado nos anos 90. De acordo com Monteiro (2004b: 283), o princípio da concertação traduz-se na “articulação em parceria entre os diferentes actores com responsabilidade sobre o desenvolvimento dos territórios e comunidades, mas, também, numa revalorização das potencialidades locais em coerência com os sistemas de produção e distribuição globalizados”. O partenariado significa “concertação interinstitucional e trabalho em rede”. Considerando a complexidade e a inter-relação dos problemas sociais, ao invés de uma cultura funcionalista das organizações, a cultura do partenariado institui “uma forma concertada e articulada de funcionamento, que tem por base o reconhecimento das complementaridades e co-responsabilidade das organizações, públicas ou privadas” (Madeira, 1992, *cit. in* Rodrigues e Stoer, 1998: 9-10). Este modelo de cooperação promove a criação de espaços de diálogo, de partilha, de decisão e de negociação, conduzindo à fundação de “novas alianças e de novas estratégias” face aos problemas, dentro de um “novo quadro de relações entre a administração pública, a iniciativa social e as ONGs, as redes sociais primárias e a empresa privada”; contribui para a integração de todos os actores, para o diálogo activo e para o reconhecimento da responsabilidade destes e sua implicação (Estivill, 1997: 37-67); promove o trabalho em rede; e constitui um processo dinâmico (Geddes, 1997).

Rodrigues e Stoer (1998) distinguem partenariado, enquadrado numa lógica mais formal e inscrito numa relação verticalizada, de parceria, que entendem desenvolver-se em contextos mais informais, estimulando, por isso, uma lógica horizontal. Segundo estes autores, enquanto o partenariado tem impacto sobre as políticas sociais, a parceria evidencia-se na capacidade de implantação ao nível local e no estabelecimento de redes que potenciem o desenvolvimento local integrado.

⁴⁰ O partenariado foi o padrão aplicado nos trabalhos de desenvolvimento comunitário conduzidos pela economista Maria Manuela Silva [(1963). Fases de um processo de desenvolvimento comunitário. *In Análise Social*, vol. I (n.º 4). pp. 538-558].

⁴¹ Jordi Estivill (1997: 34) entende o partenariado como “ o processo pelo qual dois agentes ou mais, de natureza distinta, conservando a sua especificidade, se põem de acordo para realizar qualquer coisa num tempo determinado, que é mais que a soma da sua acção, ou que cada um não poderia fazer a sós, ou que é distinta do que já fazem, implicando riscos e benefícios que partilham.

A territorialização da acção social, em Portugal, tem sido implementada desde os anos 80, por meio da formação de redes sociais que concretizam um combate efectivo à pobreza e à exclusão social, visando “a protecção integral e a gestão pública do território” (Gonçalves, 2008: 66). Neste âmbito, o programa Rede Social⁴², criado em 1997, pretende “incentivar redes de apoio social integrado de âmbito local”, através da potenciação da articulação e da congregação de esforços, baseada numa adesão livre, entre as autarquias e as entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, com vista ao combate à pobreza e à exclusão social e à promoção do desenvolvimento social⁴³. Este programa faz parte de uma estratégia europeia de promoção da coesão social e estipula quatro princípios de acção: integração, articulação, subsidiariedade e inovação. A operacionalização dos objectivos estratégicos, subjacentes a este programa, depende da participação dos agentes relevantes na concepção e na implementação das políticas sociais para a inclusão, numa lógica de complementaridade, ou seja, na partilha de recursos e na congregação de contributos dos actores sociais (contrariando a dispersão), valorizando a componente local na intervenção comunitária.

A construção de redes locais de intervenção, como uma estratégia de intervenção, representa um “factor potenciador e impulsionador do desenvolvimento social local” (Almeida, 2008: 24), instituindo uma lógica de parceria e o planeamento estratégico da acção, através da organização e do funcionamento em rede, que promova “a comunicação, a aprendizagem colectiva, a visão estratégica, a gestão pública colectiva do território e a participação da sociedade civil” (Gonçalves, 2008: 66). A autora salienta a importância da modalidade de parceria em rede ao promover um funcionamento horizontal, baseada na cooperação activa dos diferentes actores: “a rede constitui-se e alarga-se a partir das diferentes cooperações, não existindo protagonismos dominantes” (CIARIS⁴⁴, *s.d.*, *cit. in* Gonçalves, 2008: 57).

O desenvolvimento social local depende, assim, das parcerias e das malhas sociais que se constroem no seio da comunidade, ou seja, de procurar que todos os cidadãos construam a sua forma de viver a cidadania, considerando a sua importância como seres singulares e como parte integrante da sociedade. Uma democracia participativa em que a “voz” de todos os cidadãos é valorizada é uma democracia interventiva; permite a construção de caminhos e de novos trilhos a serem explorados pelas gerações em crescimento, gerando a inclusão dos que se encontram em situações de risco social, a maturidade e a vinculação dos mais jovens, bem como a activação e o benefício do conhecimento e da experiência das pessoas mais idosas. Segundo Costa (1999: 34) a acção social situa-se no nível micro, potenciando, desta forma, “intervenções mais próximas, junto das pessoas, das famílias, dos grupos, das comunidades, da comunidade local”.

⁴² Programa criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de Fevereiro e institucionalizado através do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

⁴³ Regulamento Interno do Conselho Local de Acção Social.

⁴⁴ Centro Informático de Aprendizagem de Recursos para a Inserção Social.

1.5.3. O TRABALHADOR SOCIAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Considerando as mudanças constantes de uma sociedade complexa, em que a procura constante da segurança faz emergir um ambiente de *insegurança social* (Castel, 2005), o objecto do trabalho social, “ligado às urgências sociais, não é estável”, segundo Guerra (1999: 61). Logo, o trabalho social significa estar constantemente sujeito às mudanças societais, sendo necessário apreendê-las e pensá-las, mas, também, aprender a gerir os seus impactos (*ibidem*). Os fenómenos de pobreza e de exclusão social, resultantes de uma conjuntura estrutural, são enfrentados *no terreno* pelo trabalhador social, que constitui ou se envolve em redes de intervenção social, com diferentes profissionais e elementos da comunidade, como voluntários e outros actores sociais relevantes, promovendo a cooperação e a complementaridade dos diferentes sectores da sociedade, na resposta a situações concretas, mas complexas (*ibidem*).

Em termos da produção do capital social, os trabalhadores sociais implicados na intervenção comunitária poderão dar uma importante contribuição (Midgley & Livermore, 1998, *cit. in* Aspalter, 2008), uma vez que podem usar as suas competências de organização da comunidade para fortalecerem as redes sociais e promoverem a integração social. O trabalho em rede amplifica as potencialidades do trabalho social, atribuindo a centralidade à pessoa, à família ou à comunidade no seu desenvolvimento social (Guadalupe, 2010).

No desenvolvimento local, o trabalhador social constitui um elemento facilitador do *empowerment* da comunidade, no estímulo de práticas de participação social, na agregação de diferentes contributos e recursos da comunidade e na potenciação das competências das pessoas em situação de vulnerabilidade, em relação ao seu projecto de vida pessoal e em relação ao desenvolvimento comunitário.

Estabelecer ligações de capital social e ajudar a construir pontes de convergência dentro da comunidade são duas funções que cabem ao trabalhador social enquadrado na comunidade. Nesta abordagem é essencial o estabelecimento e a manutenção de canais de comunicação entre diferentes sectores, estimulando a ligação entre as diferentes entidades, as associações e a comunidade (Gilchrist, 2009). De acordo com esta autora, cabe ao trabalhador social comunitário: capacitar as pessoas para se envolverem na sua comunidade, eliminando os obstáculos práticos para a sua participação; incentivar a contribuição dos indivíduos para a construção de actividades e para a tomada de decisões, e a adopção de uma atitude de perseverança perante as dificuldades; fomentar o *empowerment* dos indivíduos, aumentando, assim, a sua confiança e a capacidade de influenciarem decisões e de assumirem responsabilidade pelas suas próprias acções; educar as pessoas, ajudando-as a reflectirem sobre sua própria experiência, e estimular a aprendizagem mútua através do debate; contribuir para a igualdade no acesso a oportunidades, recursos e serviços existentes na comunidade; avaliar o impacto dessas intervenções; o envol-

vimento em grupos e em organizações para aumentar a participação da comunidade em parcerias e noutras formas de tomada de decisões públicas (como por exemplo, o orçamento participativo).

As redes que conectam os indivíduos e os diferentes sectores da comunidade local representam um recurso valioso, uma vez que funcionam como sistemas de comunicação e estruturas organizacionais. Neste sentido, o desenvolvimento comunitário significa o fortalecimento e o alargamento das redes entre os indivíduos, entre grupos e entre organizações e entre diferentes sectores, criando grupos de trabalho locais, fóruns, redes e organizando actividades que capacitem as pessoas para trabalharem juntas para além das suas “fronteiras” (Gilchrist, 2009). O trabalhador social de comunidade desempenha um importante papel como mediador, estimulando a comunicação e a cooperação entre as pessoas/organizações, e potenciando o encontro, a partilha de ideias e a experiência no trabalho conjunto. Considerando que este se encontra muitas vezes imerso em redes informais e formais, o trabalhador social de comunidade poderá criar ligações e estabelecer relações estratégicas (Gilchrist, 2009), constituindo, deste modo, um facilitador da rede de iniciativa local e do desenvolvimento comunitário.

2. A GÉNESE DE UMA COMUNIDADE

A criação da Paróquia de S. Bernardo não caiu do céu; foi obra das suas gentes na terra. E não foi tarefa fácil; foi resultado de muito trabalho, de muita tenacidade, de muita paciência e, sobretudo, de muita união em torno de um ideal comum, sonhado primeiramente por alguns e, depois, comungado por todos. A união faz sempre a força (Manuel Raimundo, in Mónica, 2005: 219)

São Bernardo é uma das 14 freguesias do concelho de Aveiro. Encontra-se rodeada pelas suas congéneres Glória e Santa Joana (a Norte), Oliveirinha (a Este e a Sul) e Aradas (a Sul e a Oeste). “Localizada no centro do concelho de Aveiro, perto do mar e da ria, tocando a zona mais citadina, e, simultaneamente, comunicando com o interior de Aveiro, perto dos espaços rurais, da paz e da tranquilidade”⁴⁵.

Dada a sua proximidade com o centro de Aveiro (a 4 km de distância), S. Bernardo tem sentido o efeito das alterações demográficas e económicas consequentes do alargamento, da urbanização e da terciarização dessa cidade, à semelhança de outras freguesias das cidades médias do Litoral.

2.1. CONTEXTO SOCIAL E CULTURAL

Efectivamente, a concentração populacional no Litoral provocou mudanças na composição do tecido social e económico. O actual cenário social, caracterizado pela mutação das relações e do conceito de família, em que predominam as tipologias nucleares, monoparentais e reconstituídas, distancia-se da clássica imagem da família tradicional do passado. Esta família, de tipologia alargada, privilegiava as relações de parentesco e as relações de vizinhança. O espaço familiar era partilhado e os limites, dentro das famílias, eram mais difusos. O convívio familiar e comunitário era intenso, existindo, paralelamente, um controlo social mais estreito. Havia uma tradição na passagem de profissões de pais para filhos, sendo estes, precocemente, levados para os contextos profissionais dos pais, ou de outros elementos da família alargada, onde adquiriam o saber-fazer do ofício.

A manutenção das empresas familiares e a ocupação de famílias inteiras nos sectores económicos primários tradicionais, como a agricultura, a pesca e o artesanato, faziam parte do retrato social e económico do nosso país, no início do século XIX. Nos tempos livres, muitos

⁴⁵ Excerto da mensagem de José António Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo, in Guia de S. Bernardo (2008). Junta de Freguesia de S. Bernardo: Aveiro. pp. 3.

trabalhadores dedicavam-se à vida associativa, sentida como a base do convívio social. A associação “era local de formação e também de convívio (...) era frequente a organização de passeios para sócios e suas famílias, com a quase obrigatória presença do conjunto musical” (Mónica, 2003: 41).

A cultura da vida rural, mais próxima das raízes populares, reflectia o sentimento emanado pelo trabalho na terra, ligado ao esplendor e ao poder de criação da relação Homem-Natureza.

2.1.1. PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE S. BERNARDO

“Quando se verificasse que não existiam espigas por debulhar, com a ajuda das forquilhas e dos forcados, era retirada a palha para fora da eira e o trigo (...) era colocado no meio da eira. Com uma pá espalmada, esta mistura era atirada ao ar para que o vento afastasse do grão de trigo as partes mais leves. Parte destes trabalhos era feita com a colaboração de vizinhos ou amigos que, em espírito comunitário, se ajudavam uns aos outros” (Mónica, 2003: 32). Este excerto revela que os valores de solidariedade e de cooperação, basilares nas relações de vizinhança, sustentavam as práticas de entreajuda existentes nestas comunidades, em que as trocas potenciavam relações de confiança, similares às do tipo familiar. Este espírito de partilha e de comunhão, sublinhado pela religião cristã, incrementou o sentimento de união entre as pessoas da Comunidade e constituiu a pedra basilar do movimento associativo na freguesia de S. Bernardo, manifestando-se em diferentes áreas culturais. A vivência da vida religiosa, a dedicação ao trabalho na terra e a existência de fortes laços sociais e familiares caracterizavam esta comunidade.

Foi neste contexto social que, em 1903, nasceu a Sociedade Musical de Santa Cecília da mão de “um grupo de amigos apaixonados pela música, que se reuniam e desejavam passar a reunir-se mais amiúde, para darem satisfação ao prazer da cultura musical” (Mónica, 2005: 33).

A criação desta centenária associação representou um marco na dinâmica associativa de S. Bernardo. Para além dos seus ofícios, naquela altura, os homens participavam, com um elevado nível de dedicação, na vida da Tuna, doando, para esta causa comum, bens que assegurassem o presente e o futuro do projecto sonhado. A participação e a dádiva dos saberes e das artes – uns como executantes, outros como professores de música – fizeram a dinâmica de muitas associações e colectividades centenárias do nosso país, que, por gerações, têm prevalecido, umas, e sobrevivido, outras.

Apesar das carências vividas pela associação, que procurava garantir o apoio aos seus associados e a prossecução dos objectivos e das actividades que estiveram na base da sua constituição, não beneficiavam do apoio institucional (Mónica, 2005). A vida da associação implicava, deste modo, o envolvimento de toda a família neste projecto de cariz social e cul-

tural, tal como afirma Mónica (2005: 110): “a razão da forte adesão e participação das pessoas, na vida activa da Associação Musical de Santa Cecília levou a que quase todas as famílias de São Bernardo” tivessem parte dos seus membros nos “Corpos Sociais que, nessa altura, se resumia à Direcção e pouco mais”, constituindo esta associação “um refúgio, onde a cultura seria uma arte e a amizade uma constante” (Mónica, 2005: 137).

2.1.1.1. Advento do Padre Félix

A chegada do Reverendo Padre José Félix de Almeida, em 5 de Janeiro de 1964, constituiu “uma nova era para S. Bernardo” (Mónica, 2005: 49). Conhecido pela grandeza da sua Obra em Calvão (concelho de Vagos), foi apoiado, desde a sua nomeação, pela Comissão Fabriqueira⁴⁶ de S. Bernardo. É certo que o apoio prévio dos notáveis da terra e a expectativa com que era aguardada a chegada deste novo e empreendedor Padre constituíram *ventos favoráveis* à sua tomada de posse, porém a sua capacidade criativa e congregadora deram o *toque de Midas* à construção da comunidade que hoje herdamos.

A imagem e a intervenção do Padre Félix têm marcado decisivamente a vida desta Comunidade, sendo um ícone unificador, promotor da identidade colectiva e inspirador do bem comum. O carácter interventivo que deu à sua acção como Pároco, próximo dos problemas e do dia-a-dia das famílias, e da vida da comunidade, foi determinante para que conseguisse congregar as vontades das gentes de S. Bernardo à volta do servir cristão. “O fruto desta acção (a reconciliação de membros pertencentes à mesma família, e das famílias com a Igreja), completado pela forma como o Padre Félix convivia com as pessoas, quase como fazendo parte do agregado das famílias da Paróquia, visitando-as com assiduidade, gerou uma autêntica amizade e criou o espírito de comunidade que veio a dar os seus frutos” (Mónica, 2005: 53). As famílias viam-no como uma figura protectora, cujos valiosos conselhos, dados aos pais e às crianças, eram sentidos como imperativos da dignidade humana, do respeito pelo outro e da educação, a que todos têm direito. Esta interacção com as famílias era equilibrada, pois “a sua maneira alegre e prazenteira, com o bom humor que lhe é peculiar, criou nas gentes de São Bernardo um forte agrado por ele” (Mónica, 2005: 49).

O reconhecimento social da sua autoridade, enquanto *timoneiro* desta comunidade, contribuiu para que todos se sentissem úteis e parte da engrenagem da construção deste projecto social. A mobilização que criou na Paróquia de S. Bernardo, com o suporte de um grupo de operários sociais (a Comissão Fabriqueira), fez, deste Pároco, o mentor da dinâmica comunitária que gerou e impulsionou a obra social, que actualmente dá suporte às famílias residentes em S. Bernardo. O seu papel preponderante no desenvolvimento desta comunidade

⁴⁶ O Código do Direito Canónico, *Canon 537*, determina que “em cada Paróquia exista um Conselho para os assuntos económicos, o qual se rege pelo direito universal e pelas normas dadas pelo Bispo Diocesano e em que os fiéis, escolhidos segundo o Direito, auxiliem o Pároco na administração dos bens da Paróquia. Este Conselho é vulgarmente denominado de «Comissão Fabriqueira»” (Maia, 1989: 176).

rural é reflectido nas palavras de Manuel Raimundo (*in* Mónica, 2005: 219): “as laboriosas gentes de S. Bernardo (...) sonharam, quiseram e fizeram, irmanadas no mesmo ideal e na mesma vontade, à volta do seu pastor, em prol de todos quantos aqui vivem e aqui continuarão a viver.”

Na verdade, a forte dinamização das actividades paroquiais, incrementada pelos paroquianos, procurava impulsionar a vivência do espírito de solidariedade e a formação da consciência cívica dos mais jovens. Desta forma, existiam grupos de jovens, que, sensibilizados para o seu papel nas questões sociais, visitavam, regularmente, os idosos, os doentes e as pessoas que se encontravam dependentes e em situação de pobreza.

Com o objectivo de informar e incluir todas as pessoas da Comunidade neste movimento, em Janeiro de 1966, foi iniciada a publicação do jornal paroquial *Povo de Deus*. Este jornal, que chegava à casa de todos os paroquianos, em formato A5, com uma periodicidade mensal, tinha como director o Padre Félix. Este meio de comunicação procurava “manter vivo o espírito de união entre todos os paroquianos e, igualmente, juntá-los em torno da Igreja”, divulgando as actividades desenvolvidas pela Paróquia, e informando, “com clareza e lisura”, sobre o destino de “todo o dinheiro que foi recebido e gasto nos últimos 25 anos” (Maia, 1989: 163). Em Janeiro de 1968, neste jornal, o Padre Félix escreveu “uma grande alegria vos anuncio: hoje, 31 de Dezembro de 1967, a nossa Igreja está feita e paga e sobram 126.378\$90, que são o fermento para a construção do Centro Paroquial de Assistência de São Bernardo”⁴⁷. Podemos observar que, para além da vontade incessante e da determinação em prover uma vida melhor à comunidade da época e às gerações vindouras, o Padre Félix tinha um discurso esperançoso e transparente, informando os paroquianos sobre as receitas excedentes e a intenção de as investir em outras construções sociais que qualificassem a freguesia.

2.1.1.2. Divulgação e mobilização social

O papel importante dado à constante divulgação da obra feita e ao anúncio dos novos projectos proporcionou: uma crescente mobilização dos paroquianos para a angariação dos recursos materiais e humanos necessários à concretização da etapa seguinte, apelando à participação de todos e dando, assim, a oportunidade de se envolverem ainda mais pessoas que, até então, não haviam participado; o estabelecimento de objectivos concretos e a difusão de uma missão para a Paróquia; a aproximação do movimento da Igreja às necessidades da população em geral; e a existência de um entrosamento e de um sentimento de unidade, gradualmente intensos, entre a Igreja e a Comunidade.

Assim, para além das contribuições solicitadas localmente, nomeadamente através do referido jornal *Povo de Deus*, o Padre Félix promoveu uma campanha para a construção do Centro Paroquial também junto de “todos os paroquianos ausentes no estrangeiro, a quem

⁴⁷ *In* Maia, 1989: 82.

envia uma carta pessoal, explicando-lhes o que é e para que serve o Centro Paroquial, pedindo-lhes auxílio” (Maia, 1989: 107). No âmbito desta campanha, o Padre Félix realizou também algumas visitas aos emigrantes residentes na Venezuela, no Brasil e nos Estados Unidos da América, prestando-lhes o apoio que a família, ausente, estava impossibilitada de dar, e, informando-os sobre os projectos nascentes na sua terra natal, pedia a sua contribuição para a concretização desses.

Neste período, de acordo com Mónica (2005), houve uma auscultação sobre as opiniões e os anseios da população, relativa a dificuldades pastorais, realizada através de um inquérito. A participação social era, assim, um dos valores básicos mais importantes para os paroquianos de S. Bernardo, tendo constituído a base impulsionadora da capacidade de iniciativa e da solidariedade que serviu de suporte à edificação da vida comunitária de S. Bernardo, para a qual várias gerações contribuíram.

A Igreja apresentava-se como a promotora do bem-estar social desta comunidade, dependendo este da qualidade das partilhas dos seus elementos. Era, também, esta que coordenava os recursos disponíveis e as artes de cada um, buscando a complementaridade e o espírito de equipa; do mesmo modo, apelava a que todos tomassem parte desta obra comum, pois esta seria o reflexo da identidade da comunidade e constituiria o futuro e a herança das gerações vindouras.

A acção objectiva do Padre Félix potenciou a capacidade de iniciativa dos paroquianos e o espírito de partilha e de convívio entre estes, apontando-lhes caminhos para a realização de actividades que se tornaram tradições, como os cortejos de oferendas⁴⁸ e quermesses, que englobavam jogos tradicionais. Estas actividades constituíram significativas fontes de receita para a construção da nova igreja, bem como das construções que se lhe seguiram. Segundo José António Vieira, o debulhar do milho era outra actividade que potenciava a união entre as pessoas, pois havia um espírito de partilha deste tipo de tarefas. De acordo com esta fonte, “havia um conhecimento mútuo entre as pessoas”.

Nesta perspectiva, podemos concluir que a construção dos diversos equipamentos, de que esta freguesia, hoje, dispõe, deve-se ao elevado nível de compromisso e de empenhamento expressos por esta comunidade, que, colectivamente, construiu caminhos para a concretização do bem comum. “Era um povo inteiro em contínuo movimento, apoiado e orientado por um pároco dinâmico e sabedor, que mostrava o entusiasmo e o dinamismo que só um povo crente e interessado pode ter” (Mónica, 2005: 59).

⁴⁸ “Formadas, nos diversos lugares e ruas da paróquia, as «Comissões de Rua», eram compostas por pessoas que, previamente contactadas pela Comissão Fabriqueira, convidavam e dinamizavam os residentes” (Mónica, 2005: 54) para participarem no cortejo das oferendas. Os cortejos organizados impulsionavam ainda mais o sentimento de partilha e a identidade colectiva, tal como refere Mónica (2005: 143): “o espírito de comunidade crescia, a alegria era uma constante e a fraternidade, entre as pessoas, era notada. Na decoração dos carros alegóricos e dos grupos, o espírito criativo muitas vezes ultrapassava a parte etnográfica”.

2.1.1.3. Iniciativa e empreendedorismo local: constituição da freguesia

A abertura da Igreja às necessidades da comunidade, em geral, fez com que a edificação da freguesia civil fosse também uma das principais preocupações deste Pároco e da Comissão Fabriqueira. De acordo com Élio Delgado da Maia, no seu livro *Traços de Uma Vida*, “desde 11 de Outubro de 1835 que a povoação de São Bernardo se integrava na freguesia de Nossa Senhora da Glória. Na prática, tal facto resultava, para esta modesta povoação, em grande prejuízo. A freguesia da Glória, que abrangia dentro dos seus limites geográficos cerca de metade da cidade de Aveiro, não vivia, com a necessária profundidade, os problemas de uma humilde povoação que ficava no seu extremo Sul”. Nesta linha de pensamento, o Padre Félix, apoiado pela Comissão Fabriqueira, apresentou a reivindicação da criação da freguesia civil de S. Bernardo, para dar resposta aos problemas expressos pelos membros desta comunidade que esperavam a intervenção das entidades competentes, sentindo-se “tão esquecidos que, sendo São Bernardo cerca de um terço da freguesia da Glória, nem um vogal desta Zona foi chamado a constituir a Junta de Freguesia”.⁴⁹

O processo-requerimento para a constituição da freguesia de S. Bernardo foi enviado ao Ministro do Interior, em 23 de Maio de 1968, com a subscrição de “259 chefes de família” residentes em S. Bernardo, “tendo como primeiro subscritor o Padre Félix” (Mónica, 2005: 137). Esta subscrição expressava o descontentamento desta Comunidade, sendo expostos os seguintes argumentos: S. Bernardo era uma freguesia eclesiástica desde 1955, dispondo de uma Igreja nova para o culto; o número de habitantes era superior a 2.500; dispunha de receitas ordinárias suficientes para assumir os seus encargos, “graças ao desenvolvimento agrícola, comercial e industrial”; e atestava a iniciação da construção do Cemitério de São Bernardo e a existência de “um edifício escolar com quatro salas de aula, onde funcionavam sete lugares escolares” (Maia, 1989: 100-101). Para fundamentar ainda mais esta reivindicação, foram recolhidos e enviados os pareceres das freguesias limítrofes, de Aradas, da Glória e de Oliveirinha, que se comprometeram em ceder “grandes áreas de terrenos” (*ibidem*) para a constituição desta freguesia.

Foi, assim, com esta determinação, que este patamar da civilidade da Comunidade de S. Bernardo foi alcançado, e, em 17 de Março de 1969, a primeira Junta de Freguesia tomou posse, na sede da Sociedade Musical de Santa Cecília. Desta forma, S. Bernardo e as suas gentes conquistaram uma maior autonomia e uma base mais sólida para avançar com a construção de equipamentos essenciais para a qualificação da vida desta freguesia, perspectivando o seu futuro.

⁴⁹ Excerto de carta dirigida pelo Padre Félix e pela Comissão Fabriqueira ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, em 2 de Dezembro de 1968.

2.1.2. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA SOCIEDADE PORTUGUESA

De acordo com António Barreto, na obra *Portugal, um retrato social* (2007: 10), apesar da pequenez e do sentido de periferia do nosso país, o prodigioso crescimento económico, do final dos anos 60 e do princípio da década de 70, superior ao dos restantes países europeus, “trouxe bem-estar, classes médias e a revolução política”. As transformações sociais, ocorridas neste período, foram desencadeadas por factores de ordem social, económica e cultural, nomeadamente a integração das mulheres na população activa, “a emigração, o turismo, o livre comércio iniciado com a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre, o investimento estrangeiro, a guerra colonial e a televisão” (Barreto, 1995: 847). Para este autor, estas transformações representaram mudanças qualitativas da sociedade portuguesa, sobretudo nas áreas da educação (no incremento da população estudantil, em particular do nível superior), da saúde (na prestação dos cuidados básicos, na vacinação e na assistência ao parto), da justiça (no aumento do número dos tribunais, dos magistrados judiciais e do Ministério Público, dos advogados, e proporcionalmente, do número de processos movimentados) e da protecção social (área na qual eram dados os primeiros passos do Estado Providência no nosso país, com a inclusão, neste sistema, dos trabalhadores rurais e das empregadas domésticas). Este cenário potenciou as rápidas mudanças sociais e económicas ocorridas no Litoral, região onde a densidade populacional crescia gradualmente, e na qual se verificava o surgimento de mais cidades e de dinâmicas económicas mais complexas.

2.1.2.1. Expansão da cidade de Aveiro

O contexto de mudança favoreceu a cidade de Aveiro que se afirmava como uma cidade média, dispondo de muitos e variados recursos e de um forte potencial social e económico. O crescente desenvolvimento económico do concelho de Aveiro, assente na implementação de fortes indústrias nacionais e internacionais, em fase de expansão e de modernização, foi facilitado pela construção de vias rodoviárias, necessárias à exportação e importação, que estabeleciam a ligação entre o Litoral de Portugal e o resto da Europa.

A importância da Ria de Aveiro⁵⁰, que liga a cidade à barra, através dos seus canais, pela sua localização (entre os Rios Douro e Mondego), pela sua extensão (desde Ovar a Mira) e pelos seus recursos, e do Porto de Mar⁵¹, entreposto de comunicação entre a terra e o mar,

⁵⁰ A Ria é representada, pela primeira vez no mapa de Portugal por Álvaro Seco, em 1561. Esta representação da Ria é um dado importante para auxiliar a navegação, uma vez que os canais da Ria de Aveiro eram usados para a “carga e descarga de mercadorias, provenientes da terra (como estava regulamentado por câmara, em 1769) e do mar” (Amorim, 2000: 614-618).

⁵¹ De acordo com Amorim (2000: 625), registos do século XVII permitem concluir que “a cidade de Aveiro desempenhava, um papel importante na redistribuição, para barras portuguesas, de produtos que lhe chegavam do interior”. Gaspar (1997: 137), na sequência desta afirmação, refere que, já no século XVI, “dada a situação favorável

favorecendo as transacções comerciais, constituem dois marcos determinantes na economia da região de Aveiro.

Em resposta a este dinamismo, registou-se um forte impulso da migração do meio rural para o contexto urbano, de muitas pessoas, que, vindas do Interior Centro e do Norte do País, em busca de melhores condições de vida, se fixaram no território onde actualmente se inscreve a cidade de Aveiro. Chegadas à cidade, estas pessoas juntavam-se a outras, suas conterrâneas, em comunidades que reproduziam, do modo possível, a vivência e os hábitos das diferentes terras de origem. A construção de redes de solidariedade, nestas comunidades, foi um factor essencial para a integração social e laboral desta população rural, com baixas qualificações escolares ou mesmo analfabeta.

Nos anos 50 e 60, existiam, em Aveiro, grandes fábricas que apostavam na responsabilidade social de prover bem-estar à população operária, através da instalação de escolas dentro das instalações da fábrica para a alfabetização dos seus operários, da promoção da saúde pública (cumprimento do plano de vacinação e do plano de erradicação da tuberculose⁵², por exemplo) e da criação de estruturas de cariz social e recreativo, como um corpo de bombeiros, um grupo coral ou de teatro. A educação, a formação, os cuidados de higiene e de saúde, e o incentivo ao convívio e à reprodução cultural das tradições portuguesas faziam, assim, parte da vida diária de algumas importantes fábricas do nosso país, que através da sua intervenção, desempenhavam um papel essencial na melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores e da comunidade. Neste contexto, a vivência familiar era reproduzida na fábrica, tanto através da hierarquização das relações, instituída pela escala de produção (vertical), como pelas estruturas horizontais, especialmente entre o operariado. As relações laborais, reproduzidas entre os operários, assemelhavam-se às relações de parentesco ou de vizinhança, enquanto a relação da entidade patronal com os operários era marcada pelo carácter paternal. Muitos foram aqueles que se iniciaram, precocemente, como “aprendizes”, tendo obtido, através da integração na fábrica, competências pessoais, sociais e profissionais⁵³.

do estado da barra”, o porto de Aveiro era considerado como “um dos melhores de Portugal”, tendo em conta o seu “elevado índice comercial e marítimo.”

⁵² As fábricas desempenharam um importante papel no campo da saúde, particularmente na luta contra a tuberculose, iniciada na década de 50, e que decorreu até 1975. Nessa altura, segundo João Marques, Técnico de Saúde, pertencente à equipa de saúde enquadrada neste plano de erradicação da tuberculose, eram as fábricas quem solicitava a intervenção desta equipa, para a vacinação e para a realização do rastreio aos seus trabalhadores.

⁵³ Estes são os casos das fábricas de cerâmica – do Vouga, Campos e Aleluia – e da fábrica Casal, que, inclusive, detinha uma escola de formação.

2.1.2.2. Crescimento económico e urbano

Após o 25 de Abril, de acordo com o Arquitecto Ventura da Cruz, “a cidade encheu-se de gente”. O franco desenvolvimento da Universidade de Aveiro e a implantação da Fábrica Renault constituíram componentes importantes deste fenómeno. Neste período, a génese da Universidade de Aveiro (1973) e o papel que passou a desempenhar no impulsionamento da indústria, particularmente no planeamento e no desenvolvimento de processos produtivos inovadores, fez, desta instituição de ensino, uma entidade-chave no progresso regional e nacional. A Universidade assumiu uma dupla função: como motor de arranque do desenvolvimento tecnológico, cultural, social e económico da cidade, fomentando a economia regional e nacional, e assumindo-se como uma entidade de referência em termos dos projectos de inovação e de investigação em parceria com o tecido empresarial, com a sociedade civil e com entidades parceiras de ensino e de investigação; e, como pólo de atracção e de fixação, na cidade, de uma população qualificada, através da sua integração na indústria e nos serviços locais.

Aveiro tornou-se o “centro de força” das vilas e cidades ao seu redor (tal como Estarreja e Ovar, cidades de forte componente industrial), favorecida pela existência do Porto Marítimo, Comercial e de Pesca, bem como pelo incremento das redes viárias, que estreitaram o contacto entre o interior e o litoral.

Ao invés do centro de comércio e de serviços, como até então era conhecida, Aveiro transformou-se numa cidade de investimento e de iniciativa industrial. Esta mudança teve um efeito multiplicador. Aveiro, uma cidade média, com cidades pequenas situadas ao seu redor, forma uma pequena área metropolitana, uma espécie de teia urbana. Esta rede de cidades, vilas e aldeias vizinhas, potenciam o alargamento de um espaço urbano, beneficiando e contribuindo para o crescimento da cidade e para a melhoria das condições de vida da população. Estes dois objectivos marcam a estratégia competitiva transversal a várias áreas, destacando-se: o planeamento urbanístico; a investigação, a inovação e o uso das novas tecnologias; a saúde e a acção social (um indicador positivo, desta aposta no bem-estar social, é a elevada implementação de equipamentos sociais existentes e a diversidade na oferta de serviços); a educação; a formação profissional e a criação de emprego; o desporto; a cultura; o associativismo e a participação social.

O processo de industrialização e de desenvolvimento dos serviços, a par com o aumento gradual da população, motivado pela migração de pessoas vindas das vilas e das aldeias do interior do país, que procuravam agarrar as oportunidades existentes na cidade, provocaram alterações sociais e económicas marcantes na sociedade aveirense, que se reflectiram nas freguesias em estado de desenvolvimento.

Dado que, “numa primeira fase, a cidade desenvolveu-se no sentido da Glória, Esgueira, São Bernardo, Aradas e Cacia”, a influência destas mudanças, económicas e sociais, fez-se

sentir predominantemente nestas freguesias (OPDS, 2001: 30). Com o alargamento das infra-estruturas urbanas, foi-se dissipando a diferenciação existente entre o centro e as periferias. Estas comunidades periféricas tornaram-se, gradualmente, mais próximas do espaço da cidade; da mesma maneira, a cidade ampliou a sua área de abrangência, “num espírito de municipalidade, gerando reciprocidades, com novos núcleos urbanos de vanguarda, e a melhoria de condições de vida da população. As periferias estão cada vez menos periféricas, mas geram outras periferias. Actualmente, S. Bernardo e Aradas têm parte do seu território enquadrado na cidade de Aveiro”⁵⁴.

2.1.3. REFLEXOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL EM S. BERNARDO

Assim, na viragem da década de 60 para a de 70, as alterações económicas e demográficas revelaram uma diferente composição social da comunidade de S. Bernardo. A gradual transição desta povoação rural e agrícola e a integração profissional da população no comércio, na indústria e nos serviços, evidenciavam novas necessidades (Mónica, 2005).

A passagem da força de trabalho do sector primário para os sectores secundários e terciários ocorreu devido ao facto de a agricultura ter deixado de ser rentável. De acordo com Isabel Mónica, a agricultura em S. Bernardo, de dimensão minifundiária (quintais e hortas), levou a que os agricultores, proprietários destas terras, contratassem muitos trabalhadores rurais para desempenharem um trabalho intensivo, durante um curto espaço de tempo. Devido à existência desta agricultura em minifúndio, havia a necessidade de deslocação dos trabalhadores, de uma terra para a outra, uma vez que cada proprietário detinha várias terras, distantes entre si. Isto significava custos de tempo e de dinheiro. Assim, quando a capacidade produtiva deixou de prover o rendimento suficiente, estes agricultores viram-se forçados a dispensar muitos trabalhadores, recorrendo à contratação, temporária, de mão-de-obra, predominantemente feminina, somente em épocas de colheita sazonal.

Poderá concluir-se que o abandono das terras se ficou a dever ao carácter intensivo dos modos de produção agrícola e à precariedade das condições laborais dos trabalhadores rurais (expondo-os às intempéries), em comparação com as dos sectores secundário e terciário; porém, Barreto (1995: 851) afirma que “a redução drástica da população do sector primário, quase um milhão de pessoas em vinte anos, fez-se, em grande parte, graças à segurança social, não à criação de emprego industrial e nos serviços”. Os desempregados e os idosos que compunham esta população, passaram a ser denominados como “socialmente protegidos”, uma vez que o seu rendimento principal passava a ser o subsídio de desemprego ou a pensão. Para os mais idosos, em particular, a agricultura tornara-se uma fonte de rendimento complementar à pensão, com uma função de subsistência.

⁵⁴ In Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro (2000). *Aveirana, Aveiro: o Espaço, o Tempo e as Gentes*. (http://aveirana.doc.ua.pt/car_frame.htm).

Apesar da existência de alguma protecção social, os hábitos de trabalho e a busca de uma vida digna, valores enraizados na cultura portuguesa da época, levaram muitos desempregados provenientes do sector agrícola a procurar trabalho, fora da freguesia de S. Bernardo, nomeadamente na indústria e nos serviços.

“A maioria dos casais já trabalhava simultaneamente fora de casa, pelo que a dificuldade da guarda dos filhos passou a ser premente”, segundo Isabel Mónica, Directora de Serviços do Centro Paroquial de S. Bernardo. Nessa altura, de acordo com a mesma fonte, o Padre Félix e a Comissão Fabriqueira aperceberam-se de que as mães já não podiam levar os seus filhos consigo para o trabalho, como anteriormente levavam para os campos, e não tinham quem tomasse conta deles. Assim nasceu a necessidade de se construir uma estrutura social que desse resposta a esta nova carência, um Centro de Bem-Estar Infantil. De acordo com Isabel Mónica, “a instituição surgiu para dar resposta às necessidades que se começavam a sentir nos fins da década de 60, com a entrada da mulher no mercado de trabalho”⁵⁵. Segundo Manuel Mónica, um dos *operários sociais* da Comissão Fabriqueira, quando esta “acabava de liderar a construção de uma nova igreja e se preparava para construir um salão paroquial para apoio à comunidade, constatou, com a ajuda do seu pároco, Padre José Félix, chegado há poucos anos à freguesia, mas atento à evolução da sua comunidade, que as pessoas não tinham somente necessidade de um local onde os jovens se reunissem e as crianças tivessem as aulas de catequese”. As novas necessidades, sentidas pela comunidade, levaram à alteração do projecto inicial, tendo-se apostado no apoio às crianças, com a construção deste Centro.

Para idealizar a estrutura e a organização deste tipo de valência, foram realizadas visitas a algumas organizações de apoio à criança. No final, decidiu-se avançar para a construção de uma estrutura polivalente, que desse resposta às diversas solicitações da pastoral da Igreja, em especial ao apoio às crianças durante o período laboral dos pais (Mónica, 2005).

A edificação desta estrutura e a aquisição dos equipamentos necessários acarretavam custos elevados. Para fazer face a este avultado investimento, foram, de novo, realizados os cortejos das oferendas.

O Centro de Bem-Estar Infantil iniciou a sua actividade em 4 de Outubro de 1971, com um grupo de 40 crianças em Jardim-de-Infância. Logo, na fase inicial, este equipamento social provou a sua pertinência e superou as suas expectativas, como afirma Mónica (2005: 99), pois, “como instituições deste cariz praticamente não existiam, o Centro Paroquial era procurado não só pelos pais das crianças da freguesia, mas também de outras freguesias vizinhas”. Mais tarde, em 3 de Novembro de 1999, foi a vez da construção do Centro de Apoio à Terceira Idade, que iniciou a prestação de cuidados a seis pessoas idosas. Actualmente, presta apoio a 90 pessoas. Ambas as estruturas estão enquadradas no Centro Paroquial de S. Bernardo, sendo geridas pela Direcção, actualmente, composta por pessoas da comunidade, pela

⁵⁵ Este facto é sublinhado por Barreto (1995: 845), quando afirma que “a presença das mulheres na população activa modificou-se radicalmente. Cerca de 15% da população empregada há três décadas, as mulheres são hoje metade do total ou ligeiramente mais”.

Directora de Serviços, pelas Técnicas de Serviço Social e de Infância (responsáveis pelas valências de gerontologia e de infância), e por uma representante dos Utentes da instituição.

O aumento das instalações e o alargamento dos serviços prestados, durante estes 39 anos de existência, segundo Isabel Mónica, a Directora de Serviços da instituição, tem surgido como resposta às solicitações da Comunidade, em consequência do aumento demográfico na freguesia e das alterações sociais desta.

A criação do Centro Paroquial de S. Bernardo teve, na sua base, a mobilização de muitas pessoas, de diferentes gerações, com interesses e vontades diversas, porém, unidas na materialização desse ideal comum. Erguidas as paredes desta obra, sustentadas pelos *alicerces* da comunidade, o Centro Paroquial foi crescendo, através da criação das valências gradualmente implementadas (creche, jardim-de-infância, centro de actividades de tempos livres, centro de dia, serviço de apoio domiciliário e mini-lar residencial para idosos) e do acolhimento de novos projectos e de iniciativas de animação sociocultural.

Logo, no início, formaram-se grupos compostos por diferentes cidadãos, responsáveis por dinamizar diferentes actividades culturais, desportivas e sociais. Surgiram novas secções culturais no CPSB, nomeadamente, de teatro, de cinema, uma escola de música e de canto coral, a Biblioteca Popular, o Centro de Animação Cultural, a Fanfarra do Centro Paroquial, um bar (que se tornou num espaço de encontro e de convívio da população), uma secção dedicada aos jogos tradicionais e de tabuleiro, e uma secção desportiva (que integrava a prática de andebol de sete).

Toda esta dinâmica e estes projectos constituem exemplos da capacidade de iniciativa e de abertura à inovação, bem como da existência de um espírito organizativo e participativo da população residente em S. Bernardo. Esta capacidade empreendedora qualifica a história desta freguesia e permanece na memória colectiva; reforça a identidade colectiva, consolidando uma imagem de persistência, de voluntariado e de inovação.

O CPSB é uma entidade socialmente reconhecida por toda a comunidade, pelo papel preponderante que sempre assumiu na dinâmica da Paróquia e da freguesia de S. Bernardo, e no desenvolvimento das diversas respostas sociais existentes, disponíveis para o usufruto de todos. Podemos afirmar que esta entidade-chave desempenhou a função de incubadora de movimentos associativos e de projectos que se autonomizaram, destacando-se o Centro Desportivo de S. Bernardo, a Associação Musical e Cultural de São Bernardo (vulgo “Fanfarra”) e a Fundação Padre Félix, criada, mais tarde, em 1989.

Para além destas preocupações sociais, a saúde como elemento essencial ao bem-estar da população foi alvo do projecto seguinte desta Comissão. Como afirma Mónica (2005: 151), “os utentes do Serviço de Saúde residentes em S. Bernardo estavam dispersos pelas diversas Unidades de Saúde existentes nas freguesias vizinhas”. De novo, os ecos das necessidades da população tiveram resposta. O Padre José Félix e a Comissão Fabriqueira iniciaram as diligências necessárias para concretizar esta etapa. A infra-estrutura, construída para albergar

esta unidade de saúde, foi custeada através do valor da venda de um terreno herdado pela família Canha e pela Igreja, tendo esta família cedido a sua parte para este fim.

A construção desta obra foi iniciada em 27 de Setembro de 1983. No momento da inauguração deste equipamento de saúde, ocorrido no dia 22 de Dezembro de 1984, foi assinado o protocolo, entre a Administração Regional de Saúde e a Comissão Fabriqueira, que formalizava a cedência gratuita das instalações para o funcionamento da Unidade de Saúde de S. Bernardo, garantindo, desta forma, a prestação atempada dos cuidados de saúde básicos à população de S. Bernardo.

Concluimos que este espírito de escuta da “voz” e da participação da comunidade, de persistência e de dinamismo foram essenciais para a promoção da qualidade de vida dos que residiram e dos que actualmente residem nesta freguesia. Com o estabelecimento de prioridades, o caminho e os objectivos, traçados ao longo do percurso desta jovem freguesia, foram seguidos, no sentido de a equipar com as respostas sociais e os serviços básicos para colmatar as necessidades expressas pela população, em diferentes níveis: da cidadania, da protecção social, da saúde, da cultura, do desporto e da informação aos cidadãos, partindo, sempre, de uma base de trabalho comum e colectiva, em que a participação social e a inspiração humanista revestiam cada novo projecto com uma missão singular e um ideal de prosperidade para toda a comunidade.

Nesta perspectiva, as instituições e as associações da freguesia emanam deste espírito, sendo reconhecidas como estruturas de promoção da união e da partilha da comunidade. Representam a memória e o esforço das gentes de S. Bernardo, o fruto do sentido de missão e de uma vontade muito forte em participar na construção de um ideal, em prol do bem comum.

2.1.4. INICIATIVA ECONÓMICA E MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS EM S. BERNARDO

Nas décadas de 70 e de 80, houve um desenvolvimento do sector secundário com a criação de pequenas e médias empresas familiares da área da metalurgia, que impulsionaram o movimento de industrialização nesta freguesia.

Acompanhando a tendência geral da economia global, em meados da década de 80, S. Bernardo conhecia um período de proliferação do sector terciário, com a implementação de serviços e de lojas de comércio⁵⁶. Surgem serviços de apoio às pequenas e médias empresas. A informática generaliza-se e torna-se numa necessidade no trabalho diário de gestão da informação e de negócios das empresas. A subcontratação de serviços de outras empresas alarga-se, com a especialização do trabalho.

⁵⁶ “O sector secundário empregava uma maior proporção de trabalhadores em Cacia, Eixo, São Jacinto e São Bernardo, dada a presença, nestas freguesias, de indústria ou a proximidade de pólos industriais de concelhos vizinhos. O sector terciário empregava ainda uma maior proporção de trabalhadores nas freguesias da Glória e da Vera Cruz, ambas freguesias claramente urbanas, e nas freguesias periurbanas de Esgueira e São Bernardo” (OPDS, 2001: 90).

No contexto económico mundial, após a crise dos anos 70 e 80, de acordo com Ferrão *et al.* (1994: 1129), emerge um novo cenário económico dominado pela introdução de novas directrizes, nomeadamente: o apelo à inovação; o reforço do terciário especializado no apoio à produção; a aposta no “desenvolvimento de novas formas de organização empresarial”; o investimento no “contacto com os grandes centros de inovação”, no conhecimento e na “participação nos mercados supra-regionais e internacionais”, para a melhoria das diferentes fases da produção, num contexto de globalização da economia; e a “crescente flexibilidade dos sistemas de produção” que garanta “às empresas uma adaptação rápida às alterações na procura”.

Esta mudança no sistema de produção capitalista reflecte-se na alteração da composição social, assistindo-se a uma bipolarização da sociedade: o proletariado industrial e os segmentos mais carenciados da população, que assistem à degradação das condições de trabalho e ao agravamento das situações de exclusão; e os “novos grupos sociais” que surgem associados aos quadros e aos profissionais altamente qualificados, detentores de poder de compra, que modificam o padrão de consumo. Assim, a escolha dos produtos é marcada por uma aposta em critérios que privilegiem a nova concepção de qualidade de vida. Esta mudança obriga à “reavaliação dos atributos dos lugares e a uma transformação das estratégias e da prática do planeamento” (Ferrão *et al.*, 1994: 1130).

O planeamento e a urbanização tornaram-se dois componentes determinantes para o desenvolvimento económico e social dos municípios, atraindo potencial económico e humano. A proliferação do sector secundário e do terciário impulsionou a criação de emprego, o que, por sua vez, estimulou o crescente fluxo populacional nas áreas residenciais situadas próximo dos locais de trabalho. As diversas iniciativas económicas criadas rentabilizavam os recursos locais, introduzindo novos produtos e materiais, e, também, novas necessidades, de consumo e de produção. A criação de serviços constitui “um factor favorável à dinamização das várias áreas, quer pelo emprego que criam quer pela diversificação e modernização que proporcionam aos tecidos produtivos locais” (Ferrão, 1991: 837).

Em S. Bernardo, de acordo com os Censos de 1991, 77,5% da população trabalhava por conta de outrem, 10,9% trabalhava por conta própria, 8,4% correspondia à categoria de “patrão”, e 1,6% à categoria de “trabalhador familiar não remunerado”. Através destes dados, constatamos que a categoria “trabalhador por conta de outrem” prevalece, estando a sua elevada percentagem associada ao aumento do sector secundário, com o desenvolvimento de unidades industriais importantes no concelho de Aveiro, a criação de pequenas e médias empresas locais e “a proximidade de pólos industriais de concelhos vizinhos, como Águeda e Oliveira do Bairro” (OPDS, 2001: 90).

A evolução entre 1981 e 1991 regista a “redução da população empregada no sector primário, um crescimento contido da população empregada no sector secundário e a expansão clara do emprego no sector terciário” (OPDS, 2001: 89). No sector primário verifica-se uma

quebra da mão-de-obra feminina, enquanto se torna cada vez mais visível “o aumento nos sectores secundário e terciário, sectores que se tornaram particularmente feminizados neste período” (*ibidem*).

Nos anos 90, acompanhado o crescimento económico, registou-se um *boom* em termos de construção civil e de densidade populacional em S. Bernardo, bem como em outras freguesias do concelho de Aveiro. Nessa altura, foi criada a farmácia, fruto, mais uma vez, da mobilização das instituições locais e da população, através da realização de um abaixo-assinado, que contou com todos quantos se interessavam pelo progresso desta freguesia, residentes ou não em S. Bernardo.

As boas acessibilidades da cidade aveirense (a EN 109, a A1, a IP5 (actual A25), a Variante em direcção às EN 235 e à EN 335 e a linha-férrea) beneficiam, também, o crescimento da freguesia de S. Bernardo, atraindo cada vez mais pessoas que escolhem viver nesta comunidade. De acordo com os Censos de 1991, “a freguesia de São Bernardo, a par com as freguesias de Aradas e de Santa Joana, é uma das que apresenta maior densidade populacional. As restantes freguesias apresentavam, ora uma estagnação, ora uma diminuição, das suas intensidades de povoamento” (OPDS, 2001: 20). Em 1998, constatou-se uma dinâmica demográfica bastante positiva, uma vez que a intensidade de povoamento subiu.

Comparando os resultados dos Censos de 1991 e 2001, o concelho de Aveiro apresenta um crescimento de 10,4% da sua população, sendo este superior ao de outros níveis territoriais e à média da região centro. S. Bernardo é uma das sete freguesias⁵⁷ que registam “um crescimento demográfico acima da média concelhia” (OPDS, 2002: 14). Esta dinâmica positiva poderá ser associada a factores de atracção, como a existência de uma oferta imobiliária com preços mais moderados, combinada com a fácil acessibilidade ao centro da cidade.

A radicação de pessoas ligadas aos sectores secundário e terciário é orientada para os concelhos mais progressivos do ponto de vista económico, fixando-se na periferia das cidades ou nas zonas industriais (OPDS, 2002: 15). Depoimentos recolhidos⁵⁸, pela equipa de investigação do extinto Observatório Permanente de Desenvolvimento Social (OPDS), junto de quatro presidentes de junta de freguesia (incluindo de S. Bernardo), sublinham o papel do surgimento e do desenvolvimento de áreas habitacionais na origem do crescimento populacional, destacando-se este como um factor de incentivo à atracção populacional. Na mesma linha de pensamento, “estes autarcas referem que as transformações operadas ao nível urbano potenciaram o desenvolvimento da rede viária, constituíram incentivos à construção habitacional, favoreceram a implantação e a consequente expansão de zonas industriais, de serviços e de lazer”, tendo concluindo, os mesmos, que todos estes factores contribuíram decisivamente para a “transformação das freguesias e para a melhoria da sua imagem urbana” (OPDS, 2002: 16). Estes autarcas referiram, igualmente, a existência, a implementação ou a

⁵⁷ As freguesias restantes são: Eixo, Eirol, Nariz, Oliveirinha e Vera Cruz.

⁵⁸ Estes depoimentos foram recolhidos em Fevereiro de 2001, pela referida equipa de investigação.

ampliação de serviços e de instituições, nomeadamente nas áreas da educação e do apoio social, em função do aumento da população.

De acordo com os números apurados pelos Censos de 2001, relativamente às famílias e aos alojamentos, assistiu-se, em S. Bernardo, a um “processo de nuclearização das famílias”, em grande parte pela “procura de autonomia por parte dos casais jovens” e pelo consequente “declínio das práticas de co-residência, características da sociedade rural”. S. Bernardo regista um aumento populacional de 23,1%, e um aumento do número de famílias de 36,6%.

Relativamente ao nível de escolaridade, em 2001, o concelho de Aveiro apresentava 42,8% da população com escolaridade inferior ou igual ao 1.º ciclo do ensino básico e 16,3% da população com cursos médios ou superiores. São Bernardo apresenta valores favoráveis, relativamente à média concelhia: entre 0% a 20, 5% de população sem grau de escolaridade ou com o 1.º ciclo do ensino básico, e entre 0 a 5, 5% referente à população com curso médio ou superior (OPDS, 2002: 25-27).

Em termos dos alojamentos, em S. Bernardo, entre 21,6% a 26,9% dos edifícios destinados à habitação foram construídos entre 1991 e 2001.

2.1.5. URBANIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO DOS LAÇOS SOCIAIS

Ao longo da via principal, composta pela Estrada de S. Bernardo e pelas Ruas Cónego Maio e Cega, corre fluidamente a freguesia de S. Bernardo, como o veio de uma folha de palmeira⁵⁹, com as suas ramificações para cada rua. Ao centro, o largo da Igreja, local de encontro e de actividades sociais, evidencia o início da construção social que foi proliferando ao redor da Igreja, pela mão das “gentes” de S. Bernardo. A crescente urbanização vertical veio modificar a imagem tradicional da freguesia, feita de casas térreas, em que a visibilidade e a comunicação eram facilitadas. A crescente oferta de serviços (farmácia, entidades bancárias, clínicas, pastelarias, instituições de ensino, etc.) e as alterações urbanísticas trouxeram muitas famílias que se fixaram nesta terra, iniciando a sua vida familiar; outras, recomeçando-a.

Muitas casas e prédios têm sido construídos e muitos mais serão construídos. Assim indicam os sinais de degradação que apresentam alguns fogos habitacionais, sem vislumbre de possível recuperação, e as redes colocadas para delimitar alguns campos verdejantes ainda existentes na freguesia, que, em breve, serão divididos por alicerces. S. Bernardo tem verificado a chegada de famílias que, enquadradas numa vivência própria das construções verticais, deixam de conhecer os seus vizinhos, passando a dormir em S. Bernardo, a trabalhar na cidade e a conviver, ao fim-de-semana, com a família alargada, na sua terra de origem. Existem poucos encontros entre esta “nova gente” que chega e as “antigas gentes de S. Bernardo”.

⁵⁹ A palmeira secular, existente em S. Bernardo, constitui um dos símbolos desta freguesia, estando presente no seu brasão, juntamente com a Cruz da Ordem do Cadaval (da qual S. Bernardo é patriarca e fundador), a torre da igreja e o lema *ora et labora* (reza e trabalha).

Apesar de integrarem os seus filhos no Centro Paroquial e nas escolas locais, estas famílias não se envolvem na comunidade por desconhecerem onde esta se encontra. A falta de espaços de encontro poderá, deste modo, “esfriar” um sentimento de solidariedade que sustenta a dinamização de algumas actividades (como o voluntariado de proximidade), asseguradas por uma camada da população que ainda detém a memória das tradições. A falta deste entrosamento poderá transformar a freguesia de S. Bernardo numa zona de dormitório, ou seja, numa “zona de sombra”.

Neste contexto, a ausência de espaços de convívio e de encontro da comunidade e a quebra de laços de solidariedade constituem factores de risco que poderão contribuir para uma degradação social. A vida revitalizar-se-á em S. Bernardo se existir uma dinâmica que conecte os membros desta comunidade. A participação é, assim, um motor de mudança e um compromisso de sustentabilidade dos recursos, dos valores e da vida comunitária face às futuras gerações.

2.1.6. REDES DE ENTREAJUDA E REDES DE APOIO INSTITUCIONAL

Com a deslocação de pessoas para a cidade, a transição do trabalho da agricultura para a indústria e para os serviços, e a integração das mulheres no mercado de trabalho, o cenário familiar altera-se. O desmembramento das famílias alargadas e a atomização do núcleo familiar levaram à quebra de hábitos e de laços de solidariedade diários. Geraram-se distâncias. “A dispersão geográfica e social, baseada no desenvolvimento do urbanismo e nos fenómenos de mobilidade social, criou cisões nas possibilidades de as famílias se constituírem como redes de apoio, dada a passagem de famílias alargadas a núcleos familiares isolados e dispersos” (Marques & Sarmiento, 2007: 87). A família alargada, fonte de recursos de vária ordem, deixaria, assim, de estar presente no apoio ao dia-a-dia das novas famílias nucleares, que passaram a residir na cidade. Esta ausência reflecte-se na busca, por parte da família nuclear, dos recursos de que necessita nos equipamentos locais, através da contratação de serviços, antes prestados, gratuitamente, pela família alargada, ou através de pedidos de apoio nas instituições sociais. A falta de suporte familiar representa, em muitos casos, um empobrecimento da vida social e económica da família, considerando que “as solidariedades familiares (particularmente as intergeracionais) têm uma importância relevante não só na economia das famílias, como também nas vidas quotidianas e trajectórias sociais”⁶⁰ (Vasconcelos, 2002: 508). Este afastamento cria isolamentos e calados murmúrios. Agravando-se, muitas vezes, originam situações de pobreza e de miséria, geram exclusões sociais cuja trama se complexifica e emaranha, encurralando a pessoa nesta condição.

⁶⁰ Estas conclusões são concordantes com os resultados da investigação levada a cabo pela equipa de investigação do extinto OPDS, que, entre 2001 e 2002, desenvolveu um estudo contando com um painel de 100 famílias. De acordo com os resultados publicados, a principal fonte de apoio nas *famílias carenciadas* e nas *remediadas*, é a família (cf. OPDS, 2003: 43).

No caso da classe operária, que convive com a carência, a ausência de uma rede de ajuda primária, composta pela família e pela vizinhança, representa um empobrecimento dos seus recursos. De acordo com Vasconcelos (2002: 537)⁶¹, a contracção das redes de entreajuda familiar verifica-se na condição social operária, que desenvolve, entre si, “estratégias de pequeno apoio quotidiano”; no caso dos assalariados agrícolas e agrícolas e industriais, a exclusão e o isolamento relativamente a estas redes é ainda mais vincada, “não só pelo baixo número médio de grandes ajudas, mas particularmente pelo menor número de ajudas quotidianas” disponíveis, consubstanciando uma “estratégia de dependência para a sobrevivência quotidiana”. As parcas dádivas que recebem não são suficientes para contrariar a situação de sobrevivência que vivenciam diariamente.

Tendo em conta as condicionantes da realidade destas famílias, o papel que cabe às instituições sociais é o de cerzir o tecido social, para que o combate contra a exclusão e a pobreza seja feito por todos.

Como foi abordado anteriormente, as mudanças sentidas ao nível social e económico, levaram a que uma actividade agrícola forte passasse a uma agricultura de subsistência, com a maior parte da população a trabalhar no sector do comércio e dos serviços. Muitos agricultores mantêm esta agricultura de subsistência, uma vez que lhes permite equilibrar a frágil gestão doméstica. Alguns vendem os seus produtos agrícolas no mercado. Esta população é marcadamente idosa. Os seus filhos foram criados com os valores do trabalho, da ajuda mútua (que tornou famosas algumas famílias da terra que “matavam” a fome a muitos “parceiros”), da solidariedade, do respeito e da participação social. Estas práticas de solidariedade estiveram na base da criação da Fundação Padre Félix.

“A Fundação Padre Félix, criada por iniciativa da Comunidade Católica de São Bernardo, em 1989, na comemoração dos vinte e cinco anos da actividade pastoral do Padre José Félix de Almeida, nesta Paróquia, é uma Fundação de Solidariedade Social que, como indica o seu nome, pretende homenagear aquele sacerdote pela obra sócio-religiosa que ele tem impulsionado e realizado”⁶². De acordo com o artigo 2.º dos Estatutos, a Fundação Padre Félix “tem por objectivo apoiar as pessoas com reconhecidas carências económicas, procurando proporcionar-lhes as condições indispensáveis às necessidades no que se refere à alimentação, saúde, habitação, higiene, educação e cultura. A sua acção será exercida, principalmente, na Freguesia de São Bernardo”.

⁶¹ Os dados apresentados constam do artigo *Redes de Apoio familiar e Desigualdade Social: Estratégias de Classe*, da autoria de Pedro Vasconcelos, e é resultante de uma investigação realizada, em 2001, no âmbito da dissertação de mestrado *Redes de Entreajuda Familiar no Portugal Contemporâneo*, e do projecto conjunto do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), *Famílias no Portugal contemporâneo: estruturas, dinâmicas e solidariedades*, coordenado por Karin Wall, com a colaboração do Instituto Nacional de Estatística.

⁶² In Estatutos da Fundação Padre Félix, artigo 1.º do capítulo I “denominação, natureza e fins”. pp. 4.

A génese da Fundação Padre Félix deu, assim, corpo ao desejo de um grupo de cidadãos organizados. Considerando o espírito do Padre Félix e da sua obra, a Fundação tinha como objectivo primordial a continuação desta obra, através da construção de uma resposta baseada na solidariedade organizada de combate à miséria e à pobreza sentidas⁶³. No início das suas funções, a Fundação cumpria a sua missão de satisfazer as necessidades mais básicas da população em situação de carência, através das *mãos* dos voluntários que asseguravam, suportavam e se multiplicavam em esforços e em pedidos, a outros cidadãos e entidades, no sentido de serem providos os recursos necessários à manutenção deste serviço caritativo e de extrema importância social.

Tendo em conta as mudanças sociais que provocaram alterações nos laços familiares e sociais, a Fundação Padre Félix adoptou novas estratégias. Com a complexificação das carências e o reconhecimento da existência de outras necessidades do foro pessoal e social, o desafio seguinte foi o da implementação de uma estrutura de acção social local, que optimizasse os recursos disponíveis de apoio à família e à comunidade, e dotasse o serviço, desenvolvido pela instituição, de condições técnicas que, em parceria com a comunidade e com a rede institucional, permitisse a construção de estratégias de intervenção social. A aposta da Fundação Padre Félix num trabalho de intervenção comunitária, baseado no desenvolvimento de redes de parceria com a comunidade e com as diferentes entidades, representa um elemento essencial na acção que desenvolve, procurando mobilizar todos no combate ao ciclo geracional da pobreza e na promoção do bem-estar das famílias. A autonomização das famílias, a participação social e a progressão dos seus elementos, bem como a partilha de recursos disponíveis na comunidade, através do voluntariado, são alguns dos principais objectivos que norteiam a intervenção social com as famílias.

Para além do acompanhamento social, actualmente, a aposta em iniciativas/actividades de animação sociocultural desenvolvidas pela Fundação, em parceria com as demais entidades de S. Bernardo, com outras pertencentes a freguesias vizinhas, e com a colaboração de voluntários, reflecte a preocupação com a integração e a dinâmica social, potenciando a participação social e cultural e a construção de espaços de encontro comunitários, que promovam a igualdade e o entrosamento das diferentes culturas existentes na comunidade. Com esta linha de intervenção, pretende-se unir pontos de fragmentação e estimular o sentido de pertença dos que, vindo de fora da comunidade, detêm um património cultural valioso para partilhar.

A realização de actividades de animação sociocultural com a população infantil e juvenil tem proporcionado a criação de espaços de educação não-formal, a construção de boas memórias, e tem, também, consolidado o trabalho social com as famílias. O projecto de apoio

⁶³ O trabalho de assistência social, nesta freguesia, havia já sido iniciado pelo Centro Paroquial de S. Bernardo, que se debatia com as carências manifestadas pelas crianças que frequentavam as suas valências. O apoio desta instituição às famílias destas crianças compreendia a doação de alimentos, de roupas e de outros géneros ou recursos disponibilizados pela comunidade. Ainda hoje, o Centro Paroquial é o principal ponto de recepção de bens doados pela população.

pedagógico, destinado a ajudar as crianças e os jovens com dificuldades de aprendizagem, tem auxiliado vários alunos a obterem melhores resultados escolares e a consolidarem o seu percurso escolar, prevenindo a desmotivação, que muitas vezes resulta em abandono escolar. O voluntariado, que sustenta muitas das actividades e projectos desenvolvidos por esta instituição, constitui uma componente forte, representa a força da comunidade, sendo, cada voluntário, um importante agente promotor da solidariedade e da integração social da comunidade.

A educação constitui um elemento fulcral na intervenção comunitária, assim, tanto a acção da Escola Básica do 1.º ciclo de S. Bernardo (que completou o seu 51.º aniversário), como da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de S. Bernardo vai, frequentemente, para além das suas competências, englobando os cuidados com a higiene, com a saúde e com a alimentação às crianças e aos jovens que destes necessitam. Podemos afirmar que estes dois estabelecimentos de ensino promovem uma educação das crianças, dos jovens e das famílias, marcada pela inclusão social e pela promoção da responsabilidade e da autonomia.

A CERCIAV desenvolve um trabalho de articulação com as escolas, dando apoio aos alunos com necessidades especiais, e com a Fundação Padre Félix, integrando a população portadora de deficiência nos equipamentos sociais do Centro de Actividades Ocupacionais, bem como em cursos de formação profissional, com vista à integração profissional, rumo a uma desejada autonomia. Esta instituição desenvolve, igualmente, actividades de animação sociocultural, embora mais direccionadas para a sua população-alvo, como acampamentos, entre outras actividades, que promovem a aquisição de aprendizagens, de competências e de experiências valiosas para a reconstrução da auto-imagem da pessoa portadora de deficiência e para a requalificação da imagem desta perante a sociedade.

A responsabilidade social assumida pelas entidades locais, o trabalho cooperativo e a partilha/participação são, assim, elementos essenciais para desenvolvimento de uma comunidade.

2.1.7. VIVÊNCIA COMUNITÁRIA: A EXCLUSÃO SOCIAL E O PAPEL DO *EMPOWERMENT*

Salientamos, neste ponto, que, uma vez que várias famílias se mantiveram, por gerações, em S. Bernardo, é frequente a existência de laços de parentesco. Estes laços são elementos importantes na intervenção social, uma vez que comprometem os que detêm mais recursos na ajuda aos seus familiares e vizinhos em dificuldades, participando, em alguns casos, activamente nas estratégias de intervenção social, numa perspectiva complementar ao trabalho desenvolvido *no terreno* pelas instituições sociais e pelos voluntários que apoiam estas famílias.

Apesar de nesta pequena comunidade existir esta rica vivência comunitária, há que referir, também, alguns aspectos menos favoráveis, nomeadamente a existência de um

controlo social que tende a cristalizar as imagens de alguns elementos mais problemáticos, contrariando o espírito de mudança e de solidariedade que se deseja concretizar. A imagem da pessoa aos olhos da comunidade, por vezes, é um factor que provoca dissociação. O reconhecimento social torna-se num elemento determinante para o equilíbrio mental e afectivo da pessoa, revelado no contacto social e na gestão das rotinas quotidianas.

Neste ponto, a exclusão exige o estabelecimento de relações de cooperação, que constituam uma base para a construção de percursos estruturantes e que permitam ultrapassar os obstáculos à reconversão da auto-imagem da pessoa e da situação de desigualdade em que se encontra.

O *empowerment* desempenha aqui um papel essencial. Considerando que a carência de meios de subsistência constitui um factor de exclusão e de desigualdade social, a satisfação das necessidades é uma acção fundamental no sentido de prover as condições básicas à sobrevivência da pessoa ou da família. No entanto, este é um ponto de partida na intervenção social, que procura restituir as condições mínimas para a acção humana. Para além deste, no campo pessoal, o desenvolvimento de acções nas áreas da educação, da formação, da saúde e dos cuidados básicos são pressupostos de uma estratégia que pretende promover o bem-estar, especialmente dos grupos mais vulneráveis, ou seja, das crianças, dos jovens e dos idosos, bem como o desenvolvimento das competências e das capacidades de cada cidadão e a reconstrução de uma auto-imagem positiva. Querer bem a si próprio é um sentimento estruturante que influi no nível de auto-estima, tão importante para o planeamento e para o desenvolvimento do projecto de vida de cada pessoa.

No campo do exercício da cidadania, a expressão da opinião e a formação de uma consciência crítica são essenciais para que, segundo Paulo Freire, se reconheça o poder e a importância do contributo de cada cidadão, com vista a processos de libertação e de emancipação.

O exercício do direito de participação é um elemento essencial para a definição do projecto individual e comunitário, no qual a pessoa se encontra inserida. Assim, questionamo-nos sobre as formas de participação e de diálogo de uma comunidade que nem sempre inclui os elementos mais desfavorecidos ou com menos poder. Ser-se um elemento de mudança no contexto social, requer um duplo esforço para quem não beneficiou de uma igualdade de oportunidades, pois necessitará de reconstruir a sua auto-imagem e a imagem projectada pelos outros. Nesta perspectiva, o *empowerment* permite restituir a dignidade da pessoa enquanto cidadão, reconhecer a singularidade de cada um, reposicionando-o dentro da comunidade, que escuta a sua “voz”.

2.2. ASSOCIATIVISMO EM S. BERNARDO

O movimento associativo em S. Bernardo materializa-se numa vontade de construir uma estrutura social sólida que albergue todas as pessoas com diferentes tipos de necessidades (sociais, culturais, educacionais, entre outras). Este é o património que as “gentes de S. Bernardo” construíram e que procuram transmitir às gerações que hoje têm a capacidade e o poder de avançar com esta obra comunitária. A Comissão Fabriqueira (composta por autênticos operários sociais), a Sociedade Musical de Santa Cecília, o Centro Paroquial, a Junta de Freguesia e a Fundação Padre Félix constituem os sólidos tijolos desta construção social, assumindo-se como pólos criadores e aglutinadores de novas iniciativas marcantes para a Comunidade de S. Bernardo e para a Sociedade Aveirense.

A centenária Sociedade Musical de Santa Cecília, criada por toda uma Comunidade e para esta, é um dos exemplos da continuação desta dinâmica cultural e social, integrando alunos de todas as idades (dos 4 aos 80 anos), porém com um enfoque na infância e juventude. De acordo com, António Maio, Presidente desta Sociedade Musical, actualmente “2/3 dos nossos alunos são de outras freguesias, e de outros concelhos” e encontram-se integrados nas três Escolas existentes nesta associação: música, dança e teatro. A Orquestra-Tuna e o Coro Infantil e Juvenil constituem a materialização da identidade desta Sociedade, levando esta forma de viver a cultura por todo o país e para além das nossas fronteiras. António Maio refere ainda que a concretização dos objectivos da Sociedade Musical depende do contributo dos 575 sócios e do apoio de mecenas e do protocolo com a Câmara Municipal de Aveiro⁶⁴.

Os frutos destas associações são essenciais para que esta árvore comunitária continue o seu crescimento e permita o desenvolvimento dos seus diferentes ramos. Para tal, a comunidade, terra fértil onde assenta esta árvore, terá de continuar a gerar iniciativas e sinergias para que esta árvore cresça, segura e cheia de vida.

A criação do Centro Paroquial de S. Bernardo, construído pela Comissão Fabriqueira, em 1971, veio, por sua vez, a gerar o Centro Desportivo de S. Bernardo, a Associação Musical e Cultural de São Bernardo (vulgo “A Fanfarra de S. Bernardo”), a Biblioteca Popular e a Fundação Padre Félix; tendo albergado, nas suas instalações, a Extensão de Saúde de S. Bernardo, a “Fanfarra de S. Bernardo”, a Obra de Nossa Senhora das Candeias (que acolhe crianças e jovens em situação de perigo), o Agrupamento de Escuteiros de S. Bernardo e a Fundação Padre Félix (até 2003).

A Junta de Freguesia de S. Bernardo, constituída em 1969, resultante de uma reivindicação das “gentes de S. Bernardo” e da sua capacidade de organização, esteve na base da criação e acolheu inúmeros projectos e associações que se autonomizaram, como por exemplo: a Associação APELO (apoio ao luto), a Associação Social e Cultural da Terceira Idade e

⁶⁴ In Boletim Informativo Municipal, n.º 3, de 28 de Novembro de 2008, pp. 19.

do Autodidacta de Aveiro (ASCTIAA) que organiza cursos de formação e colabora no Boletim Informativo mensal da JFSB), a empresa de inserção “Multiserviços” (extinta actualmente, esta empresa, enquadrada no mercado social de trabalho, foi criada para inserir, na vida activa, a população que se encontrava em situação de exclusão social), a Associação PROEDUCARE (ministra cursos de formação profissional e de competências sociais e organiza ateliers de diversas artes), a Comissão de Freguesia de S. Bernardo (neste momento, inactiva, tal como as restantes do concelho de Aveiro), o Centro de Animação Comunitária (trabalha com a população idosa, dinamizando um grupo de teatro e diversas actividades desportivas e culturais dedicadas a esta população), o Núcleo de Arte de S. Bernardo (que organiza ateliers de pintura, modelação, entre outras), a Universidade da Terceira Idade e a Associação de Apoio ao Imigrante (uma das primeiras associações de apoio à população imigrante, ao nível nacional).

O espírito de partilha na disponibilização dos espaços e dos recursos, ao serviço da comunidade, um princípio emanado pela Junta de Freguesia de S. Bernardo e pelo Centro Paroquial de S. Bernardo, tem permitido a realização de actividades com pessoas de todas as gerações e o acolhimento de iniciativas de várias entidades e a sustentabilidade de diversos projectos das quais estas entidades são promotoras ou parceiras.

O Dia da Comunidade, comemorado anualmente no início do Verão, impõe-se como um dia de encontro de toda a comunidade, e promove a animação sociocultural, o conhecimento mútuo e o convívio. A organização desta actividade é resultante de uma parceria entre a Junta de Freguesia de S. Bernardo, a Paróquia e o Grupo de Escuteiros, que convidam todas as outras associações e colectividades locais, a participar.

O papel da divulgação das actividades junto da população não é descurado, existindo as seguintes publicações: Boletim Informativo da JFSB, que tem o apoio da ASCTIAA e da Caixa de Crédito Agrícola, e que dispõe de um espaço de informação dedicado à divulgação das actividades das associações presentes na freguesia; Boletim Informativo “O Bernardinho”, elaborado pelo corpo profissional do CPSB, pelas crianças/jovens e pelos pais; e o Boletim Informativo “Ajudar a Vencer” da FPF, realizado pela Direcção, a Técnica de Serviço Social e pelo Grupo de Voluntários da Instituição “Cidadãos de Boa Vontade”.

2.2.1. ASSOCIATIVISMO EM RISCO

“Pequena em termos territoriais, mas enorme no que respeita ao envolvimento da sua população, bem evidenciado pelo forte movimento associativo que caracteriza e movimenta a Freguesia. São Bernardo tem 31 associações, que defendem a cultura, o ensino, o desporto, as artes...”⁶⁵. Em 2005, contabilizavam-se, em S. Bernardo, 31 associações. Actualmente, apesar da existência de um dinamismo associativo elevado, o entrosamento entre as pessoas e as

⁶⁵ Excerto da mensagem de José António Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo, *In* Guia de S. Bernardo (2008).

entidades sofreu uma mudança. Vários foram os factores que contribuíram para este “arrefecimento” do movimento associativo:

- Embora existam 34 associações registadas, algumas não estão activas, outras, autonomizaram-se e encontram-se localizadas na freguesia da Glória, mais próxima do centro da cidade, como é o caso da Associação APELO, da PROEDUCARE e da Universidade da Terceira Idade, que deram os *primeiros passos* na Junta de Freguesia de S. Bernardo. A maior parte destas associações estão activas e continuam a sua missão, contando, no entanto, com um número limitado de pessoas. Neste campo, a renovação dos corpos sociais das associações tem registado algumas dificuldades, tendo em conta a pouca participação das camadas mais juvenis.
- A adopção de uma cultura juvenil mais virada para o imediatismo e interessada em experiências que aconteçam fora do seu contexto local. Neste domínio, a existência de uma comunicação mais imediata, fugaz e centrada no presente, assente no uso das novas tecnologias, o ingresso em cursos de formação profissional e do ensino superior, e a aposta na mobilidade geográfica (quer em termos escolares ou profissionais), são factores que contribuem para a dispersão da juventude actual.
- O desencontro dos mundos da antiga geração e das novas gerações dificulta a passagem do testemunho, da memória e do conhecimento sobre o contexto local.
- A chegada de novas e diferentes famílias (de quem não se conhece o sobrenome, nem nenhum familiar que a ligue com a comunidade local) e a edificação da construção vertical introduziram alterações na vida desta comunidade.
- A inexistência de espaços de encontro e de convívio, que permitam o entrosamento entre as pessoas de diferentes idades. Os cafés existentes, de pequena dimensão, são frequentados, na sua maioria, por alguns elementos da população local, com mais idade.
- A autonomização das diferentes associações, a prossecução dos seus próprios projectos e objectivos e o, consequente, espartilhamento dos corpos sociais centralizadores das iniciativas locais provocaram uma certa diluição da força associativa, que antes se focalizara na construção do bem comum.
- O desaparecimento de pessoas que constituíram *pedras vivas* desta construção social e o envelhecimento de uma geração que construiu a freguesia de S. Bernardo.

Estas mudanças do tecido social e o crescente urbanismo (construção vertical) mudaram as relações de convivência desta comunidade. No entanto, as principais organizações e instituições da freguesia continuam a desempenhar um papel estruturante na participação social e civil, procurando alcançar as famílias que habitam em S. Bernardo. Neste sentido, de acordo com Bernard Brunet (*s.d., cit. in* Monteiro, 2004a: 149), o sector associativo desempenha um importante papel enquanto “actor de coesão social e do desenvolvimento local”, pela sua

“capacidade de responder simultaneamente em termos de laço, de sentido e de actividade, e, por consequência, à questão da exclusão”.

2.3. PARTICIPAÇÃO CIVIL

Em S. Bernardo, em termos da participação civil ao nível eleitoral, analisando os resultados eleitorais desde 1976, podemos observar que a população eleitoral, nesse ano, contava com 1857 eleitores; em 1989, era composta por 2523 eleitores; em 1993, registou-se um significativo aumento para os 4031 eleitores, resultante da aposta no crescimento urbano e, consequentemente, da chegada de novas famílias a S. Bernardo.

Os dados referentes aos Censos de 2001 evidenciam a existência de 4079 de pessoas residentes nesta freguesia e de 3955 de pessoas presentes nesta. Contudo, considerando os valores relativos ao número de pessoas recenseadas, no momento das eleições autárquicas, que decorreram no dia 16 de Dezembro de 2001, existe o registo de 3585 pessoas. Nesse acto eleitoral, 1975 (55,10%) eleitores votaram, tendo-se registado uma abstenção de 1610 eleitores (44,90%).

Em termos do exercício do direito de voto, tem-se verificado que “a abstenção tem crescido sobretudo entre os mais jovens, o que parece indicar uma crescente desconfiança na vida política e nos seus dirigentes”. Esta perspectiva poderá dever-se ao conhecimento da “excessiva influência dos grupos económicos na política” e ao “elevado número de casos de corrupção não investigados e não punidos na administração pública” (Barreto, 2007: 7). Este cenário desacredita a crença no sistema político e nas convicções apresentadas durante os períodos eleitorais, nos quais encontramos políticos muito interessados, subitamente, no dia-a-dia dos cidadãos.

Nas eleições autárquicas de 2001, dos 1.975 eleitores que participaram neste acto eleitoral, 1.573 (89%) votaram no movimento “Força S. Bernardo”. Este movimento pretendia, segundo José António Tavares Vieira, actual presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo e membro desse movimento, afirmar o poder das forças locais perante os partidos políticos. De acordo com a mesma fonte, o movimento “Força S. Bernardo” quis afirmar a independência que existe em S. Bernardo em relação aos partidos: “foi a garantia de que o cunho político/partidário não tem significado” e de que “as pessoas prevalecem sobre os partidos”. Esta coligação entre PS, CDS e PSD trabalhou durante 4 anos. Todos eram independentes.

O corpo executivo actual conta com diversas pessoas da comunidade que pertencem a diferentes partidos. Todos se conhecem e ao seu percurso associativo. Assim, podemos concluir que existem agentes sociais na comunidade que são reconhecidos pelo percurso que têm ao nível da vida associativa e que por tal, têm a confiança da população; a política domi-

nante nesta freguesia é de tendência centrista⁶⁶, pois defende os valores ligados à família e à religião católica; as pessoas partilham valores, actividades/hábitos e motivações, objectivos e vivências; existe uma rede de relações de conhecimento e de entreaajuda, independente das opções políticas de cada um.

Este consenso sobre os ideais e os valores preconizados poderá resultar da vivência comunitária, focalizada na família e na comunidade, e da existência de um percurso comum a muitas pessoas que participaram no movimento associativo que criou esta freguesia. Magalhães (2008: 499) sublinha a importância dos círculos sociais nas interações sociais e nas opções políticas: “na medida em que os círculos sociais, em que nos movemos não são compostos aleatoriamente, sendo aqueles com quem interagimos produto de um processo de selecção social que os torna semelhantes a nós, em termos de recursos e de atitudes políticas, a sua propensão para votar seria também semelhante à nossa”. Assim, a intenção de voto será “interdependente das decisões dos membros das suas redes sociais” (Magalhães, 2008: 501). Desta forma, tendo em conta que em S. Bernardo, os membros de várias famílias sempre participaram na vida associativa desta comunidade, existindo, por isso, um estreito relacionamento entre estes, haverá, assim, também, uma partilha de leituras sobre a relação sociedade/Estado e de valores sociais. Desta forma, podemos aferir que, embora existam opções políticas diversas entre os elementos activos do movimento associativo de S. Bernardo, a maioria destes tem posições políticas convergentes, o que propicia um bom entendimento e funcionamento das estruturas existentes.

O paraíso não mora na freguesia de S. Bernardo, contudo os agentes locais desta recente comunidade, da autarquia, da Igreja, das instituições e das associações, revelam partilhar vivências e interesses comuns, o que proporciona uma visão de complementaridade e uma dinâmica assente na identidade colectiva e nos valores preconizados por esta comunidade.

Nas décadas de 60/70, a existência de um núcleo dinamizador da comunidade (Comissão Fabriqueira, da qual fazia parte o Padre Félix), que se empenhou em edificar a freguesia, por objectivos concretos, atendendo às necessidades constatadas na comunidade, em divulgar, junto da mesma, o decurso da sua acção, e em potenciar acções de animação sociocultural, foi determinante para a mobilização da população e para a difusão de práticas comunitárias. O intenso processo de constituição da freguesia e da sua autonomização, através da criação de uma rede de serviços de suporte à comunidade (associações, instituições e comércio) e do impulso dado ao desenvolvimento económico, assente em iniciativas de cariz familiar, mobilizou a população juvenil desta comunidade, que, juntamente com uma camada da população mais experiente e com maior conhecimento, deu corpo a um movimento associativo singular que marcou a história de S. Bernardo. Este envolvimento comunitário e as

⁶⁶ Dado constatado pela consulta dos resultados eleitorais desde 1976 a 2009, referentes à freguesia de S. Bernardo.

aprendizagens adquiridas ao longo do percurso associativo, no trabalho de dinamização da comunidade, potenciam a memória colectiva e as práticas de cooperação, entre todos os que participaram nesta época dourada do associativismo em S. Bernardo e que actualmente coordenam as instituições e associações desta freguesia. É este dinamismo que procuramos evidenciar e revitalizar com este projecto de investigação.

3. METODOLOGIA

O Homem não pode ser compreendido fora das suas relações com o mundo, visto que é um ser em situação, e também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da praxis, da acção e da reflexão (Paulo Freire, 1983: 9)

3.1. CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO

A freguesia de S. Bernardo, uma das 14 freguesias do concelho de Aveiro, apesar de ser conhecida pelo seu dinamismo, não dispõe de um grupo de trabalho que congregue as contribuições dos cidadãos e das entidades, que planeie e coordene uma intervenção cooperativa, orientada por objectivos comuns.

A criação da Comissão Social de Freguesia de S. Bernardo, organismo executivo local, enquadrado na estrutura da Rede Social de Aveiro (Programa Rede Social), ficou aquém dos resultados esperados, em termos da geração de uma dinâmica local consistente. A falta de adesão e a constatação da distância existente entre as instituições locais era visível no carácter pontual que marcava o encontro destas e na construção de actividades que, embora interessantes e com qualidade, não tinham, no entanto, continuidade. A inexistência de uma planificação e de uma orientação, com objectivos, resultava na falta de enquadramento do sentido da acção e na ausência de uma visão de continuidade.

Os problemas sociais sentidos exigem uma acção concertada, que envolva a comunidade através da concretização de projectos pertinentes. Logo, a falta de vinculação verificada entre as entidades locais representa um factor de fragmentação, que espartilha as potencialidades das forças existentes na comunidade, e constitui um elemento que imprime um carácter precário nas acções desenvolvidas. Este cenário conflui para a imutabilidade e para a estagnação dos problemas vivenciados pela comunidade.

O fortalecimento das relações entre as entidades locais e a comunidade depende da aproximação e do envolvimento existente, contribuindo para o crescimento do nível de confiança e de bem-estar. A criação de um grupo de intervenção local, que promova o debate e a participação das instituições e da comunidade na definição de um plano de acção estratégico, que congregue os recursos existentes, poderá gerar uma resposta mais sólida às necessidades locais. Desta forma, será possível garantir a participação social e a sustentabilidade de iniciativas e de projectos pertinentes para o progresso da comunidade.

Nesta perspectiva, consideramos pertinente o conceito de desenvolvimento comunitário, apresentado por Nogueiras Mascareñas (1996), que o define como um processo de auto-ajuda, de transformação da própria comunidade através da identificação e da expressão das suas necessidades, com o objectivo de ter uma maior responsabilidade e controlo do seu próprio desenvolvimento. Neste processo, a criação de sinergias locais reveste-se de uma importância primordial. A intensidade destas depende de vários factores, tais como o grau de compromisso, de empenho, de participação e de interesse na relação e na cooperação existente entre os diferentes agentes locais e a comunidade. Os efeitos das sinergias produzidas irão revelar-se na qualidade das acções desenvolvidas, na maximização das potencialidades, na geração de respostas e de recursos, e na capacidade de aprendizagem que, localmente, os actores sociais deverão ter. A capacidade de visão e de aprendizagem demarcam muitas comunidades que agem localmente, pensando globalmente (Amaro, 2002).

O reconhecimento, o envolvimento e a participação dos actores sociais locais constituem uma parte essencial dos processos de desenvolvimento comunitário, incentivando a mobilização dos cidadãos na construção da utopia sonhada. Por tal, do Fórum de S. Bernardo procurou ser um ponto de partida desta dinâmica.

O conceito de Fórum pressupõe a criação de um espaço privilegiado para o encontro e para o debate de ideias; para a partilha de memórias, de diferentes perspectivas e práticas; para a renegociação de posições; para a aquisição de aprendizagens; e, igualmente, para a construção de novos saberes.

Nesta linha de pensamento, pretendemos, através do Fórum de S. Bernardo, estimular as energias e potenciar os recursos existentes na freguesia, ou seja, aglutinar as forças vivas desta comunidade, propondo a formação de um núcleo de trabalho cooperativo local. Este núcleo visa aprofundar as relações entre os parceiros locais, a construção de um diagnóstico participativo, o planeamento de uma estratégia conjunta e a definição de uma intervenção social concertada, que considere as causas e os efeitos das desigualdades existentes no seio da comunidade. O desenvolvimento das respostas cooperativas e potenciadoras das capacidades dos cidadãos, resultantes desta intervenção, deverá ter em conta a existência de condições para o exercício da cidadania e a reivindicação da dignidade para todos, em particular dos que se encontram em desvantagem social.

O Fórum de S. Bernardo foi concebido como uma estrutura informal de intervenção local, visando um conhecimento mais profundo sobre os projectos e as competências das instituições locais, o aprofundamento das relações existentes entre os actores sociais e o desenvolvimento de parcerias activas. Este Fórum quis ser um impulso para a criação de laços e para a constituição de redes de cooperação, tendo em vista a coesão social.

A estratégia passou por convidar, inicialmente, os representantes das cinco entidades/associações locais principais e dois conselheiros (uma conselheira e um conselheiro) para o grupo de trabalho. Os conselheiros convidados, elementos da comunidade, repre-

sentam a memória e a visão de futuro de várias gerações que construíram a comunidade de S. Bernardo. O facto de se relacionarem com pessoas de várias idades e diferentes modos de vida, de dialogarem com os diversos sectores, e de serem reconhecidos socialmente pelo trabalho importante que tiveram e ainda desenvolvem na vida comunitária faz, destes conselheiros, agentes/interlocutores privilegiados da comunidade e elementos-chave neste grupo. O papel dos conselheiros passou por trazerem as manifestações dos diferentes quadrantes, as vozes e as invisibilidades do quotidiano, numa perspectiva de inclusão social, sustentada por um pensamento pragmático.

Deste modo, ao longo do período de implementação deste Fórum local, a cada participante deste grupo de trabalho, enquanto membro da comunidade e representante de uma entidade local, com uma determinada missão, coube um papel fundamental na consolidação deste núcleo, bem como no planeamento da dinâmica social local, tendo como objectivo primordial a reactivação da tradição associativa/movimento associativo de S. Bernardo na resolução dos problemas locais.

- Olhando para um passado recente, tão dinâmico e feito de imagens de uma comunidade unida e coesa, que trabalhou, em conjunto, em prol do bem-estar de todos, o presente demonstra uma comunidade mais dispersa e menos interventiva, menos reivindicativa. Tendo em conta o cenário presente, a questão coloca-se em relação ao futuro e à preparação para este: que tipo de comunidade e valores deverão prevalecer e ser preconizados pelas instituições? Que actores sociais poderão influenciar a dinâmica social desta freguesia no sentido do desenvolvimento comunitário de S. Bernardo?
- Manuel Mónica, um dos *operários sociais* mais interventivos desta freguesia, atento a esta situação, alertava as instituições para a importância de não se deixar apagar o “rastilho” da participação social em S. Bernardo, insistindo na utilidade, para esta comunidade que já não se conhece, da existência de uma iniciativa que “navegasse contra esta maré”, que contrariasse esta tendência e procurasse reavivar a dinâmica que tornou esta terra tão atractiva para as famílias que ali escolheram construir as suas vidas.

Este projecto tem por base a existência de um movimento associativo forte, que, num passado recente, deu provas da sua determinação, através da participação, da partilha de recursos e da capacidade de mobilização desta comunidade, na criação de respostas sociais e culturais, que constituem, hoje em dia, ícones na freguesia e na cidade de Aveiro. Estas respostas materializam a cultura e a identidade colectiva, passada por gerações, sendo reconhecidas pela comunidade como uma herança que deve ser preservada, enaltecida e amplificada.

Em síntese, o Fórum de S. Bernardo apresenta-se como um projecto de activação das forças vivas da comunidade; de potenciação dos recursos existentes; de criação de um espaço

de experimentação social; de definição de linhas orientadoras da acção interventora e de estratégias promotoras da participação da comunidade.

3.1.1. OBJECTIVOS

Com o projecto Fórum de S. Bernardo, pretendemos criar uma plataforma de intervenção social local, que estimule a participação dos cidadãos no planeamento, na concepção e na concretização de uma dinâmica construtiva de uma comunidade mais aberta, criativa, inclusiva e coesa.

Assim, o Fórum de S. Bernardo procurará estimular o envolvimento dos actores e dos parceiros sociais, que fazem parte da comunidade, na construção de canais de comunicação comuns, que impulsionem a mobilização das forças vivas da comunidade para pensar, em conjunto, o presente e o futuro desta freguesia; adoptar uma forma de trabalho cooperativo, em efectiva articulação entre as instituições e em prol dos objectivos definidos em conjunto para a melhoria da qualidade de vida; estimular a formação de uma consciência crítica sobre as dificuldades e os problemas do contexto local; congregar reflexões, iniciativas e projectos a desenvolver em parceria; potenciar a intervenção individual e colectiva, de uma forma complementar, adaptada ao contexto local; envolver a comunidade no planeamento e na tomada de decisões numa perspectiva de *empowerment*; mobilizar e capacitar os actores sociais, através duma acção colectiva cooperativa; otimizar os recursos disponíveis em prol do bem-estar pessoal e social; e maximizar a participação social e cultural da e para a comunidade.

3.2. TIPO DE ESTUDO/INVESTIGAÇÃO

A metodologia de investigação-acção participativa foi a metodologia adoptada, uma vez que esta se apresentava como a mais adequada aos objectivos do Fórum de S. Bernardo. Os pressupostos básicos da investigação-acção fundamentam a aplicação a este projecto de investigação, tendo em conta que esta metodologia concebe a acção como fonte de conhecimento, aliada à reflexão; compreende o desencadeamento de uma acção assente numa aliança efectiva entre a teoria e a prática, de forma participada na resolução das necessidades locais; considera a centralidade dos actores sociais, que participam activamente com o investigador, através dos processos de investigação, desde a definição inicial até à apresentação final dos resultados e discussão das suas implicações na acção; proporciona as condições para a reconfiguração do contexto local e das relações de poder; e enquadra a “interacção, a interdependência, a fertilização e os questionamentos mútuos” (Cortesão, 1998: 147), como contributos significativos para o processo de investigação e de mudança social. Pretende-se, deste modo, induzir a mudança através da reflexão e da intervenção, com o sentido da trans-

formação do actual contexto e da melhoria da realidade social, “através de processos colaborativos consubstanciados por vários intervenientes na investigação”.

A estrutura da investigação-acção “configura-se como uma espiral introspectiva contínua de ciclos de planificação, acção, observação sistemática e reflexão”, que se sucedem sempre enriquecidos pelos anteriores. Cada ciclo espiral compreende “um conjunto de fases ou etapas de trabalho que, em espiral, se projecta para novos ciclos” (Marques & Sarmiento, 2007: 91). O trabalho desenvolve-se, desta forma, com um sentido estratégico, através da acção consciente dos participantes, organizados em grupos de reflexão autocríticos, num processo sistemático e contínuo de aprendizagem, enquadrando, democraticamente, todos os que nela possam participar e assumir responsabilidades no processo investigativo.

Metodologicamente, a investigação-acção caracteriza-se por uma concepção ampla e flexível, uma vez que utiliza diversos métodos e técnicas, combinando diferentes fontes de informação; proporciona, também, a triangulação de métodos e o seu desenho não se concebe como um modelo estabelecido *a priori*, mas em construção e resultante de processos de negociação que decorrem à medida do seu desenvolvimento (Serrano, 1990).

Trata-se, assim, “de uma análise sociológica que se debruça reflexivamente sobre as relações sociais de intervenção, observação e produção de conhecimentos teóricos e operatórios, relações que, no decurso da investigação-acção, se vão estabelecendo e modificando” (Benavente, Costa & Machado, 1990).

A investigação-acção promove a emergência de um novo tipo de investigador, que contribui para a resolução de problemas, para a mudança e para a melhoria das práticas, a partir da realidade. O investigador provoca a ruptura através da sua intervenção activa, desde o primeiro momento da constituição do grupo, sendo um apoiante dos sujeitos implicados na acção, e considerando-os não como “objectos de estudo”, mas como “sujeitos do conhecimento” (Guerra, 2000; Monteiro, 1995), promovendo, assim, uma relação horizontal/de paridade.

Ainda que a génese do processo se situe nas práticas dos sujeitos implicados, construindo-se a partir da realidade vivida por estes, esta metodologia de investigação encontra-se aberta a contributos teóricos e a outras práticas importantes para o enriquecimento da compreensão da dinâmica do contexto, adequando, assim, o planeamento e o desenho da acção à transformação social desejada.

Embora esta metodologia se foque na forma como é vivenciado o problema e a realidade presente, a investigação-acção procura, também, compreender o passado e promover a concepção colectiva de um futuro desejável.

Em suma, a aplicação desta metodologia proporciona a análise das condições, das potencialidades, dos obstáculos, dos mecanismos, dos procedimentos e dos agentes de mudança; permite uma intervenção em situações e processos reais, desencadeada com os

actores envolvidos nestes; e pretende analisar e sistematizar a informação sobre essas experiências de intervenção e de transformação.

O processo de investigação-acção resulta, assim, num trabalho simultâneo, que interliga diferentes níveis, na estruturação das relações sociais, na definição de planos de intervenção e na leitura da análise social (Benavente, Costa & Machado, 1990).

A investigação-acção contempla a construção de planos de intervenção que viabilizem a prossecução dos objectivos a serem alcançados, a definição de conjecturas e a criação de situações favoráveis para a aprendizagem e para a mudança de comportamentos. A realidade é entendida como múltipla, holística, divergente e em processo de construção (Marques & Sarmento, 2007).

Tendo por base esta metodologia, o Fórum de S. Bernardo pretendeu constituir o ponto de partida para a criação de iniciativas comunitárias e de espaços de auscultação e de participação da população, partindo da activação de uma rede social local capacitada para mobilizar as forças locais, as vontades e os recursos existentes, e para construir estratégias de acção, através da cooperação e da partilha, em prol de um projecto comunitário mais inclusivo e coeso.

3.3. GRUPO PARTICIPANTE

A selecção dos elementos do grupo participante foi realizada tendo em conta a capacidade de geração de uma sinergia local num reduzido espaço de tempo e a existência de um único investigador.

Assim, no sentido de se favorecer a coesão do grupo e de se assegurar uma efectiva participação dos parceiros envolvidos, optámos, no desenho da constituição do grupo de trabalho, por ter em conta a existência das cinco principais entidades que participam na intervenção social directamente com esta comunidade, designadamente, o Agrupamento de Escolas de S. Bernardo, a CERCIAV, o Centro Paroquial de S. Bernardo, a Junta de Freguesia de S. Bernardo e a Fundação Padre Félix. A acção destas entidades entrecruza-se diariamente, materializando-se nas diferentes, mas complementares, abordagens no trabalho com as famílias.

No momento de concepção do grupo de trabalho foi considerado o papel essencial que as cinco entidades participantes desempenham no apoio às famílias, na qualificação da vida comunitária, na vanguarda e na inovação social, o facto de cada uma se encontrar envolvida em parcerias ou englobar outras redes de trabalho (ao nível externo e interno), bem como o desejo expresso pelos representantes de algumas destas instituições no sentido de existir uma intervenção local mais sólida. Após uma primeira abordagem sobre a pertinência e exequibilidade deste projecto com cada parceiro, realizámos um convite aos parceiros para se sen-

tarem à mesma mesa, com o propósito de aprofundarem o seu conhecimento mútuo sobre o que cada um fazia e de estreitarem relações e modos de intervenção. Numa perspectiva de desenvolvimento social local, era imperativo aproximar estas entidades e consolidar as relações existentes, para, assim, se construir um grupo de trabalho local. A participação dos seus representantes, com poder decisório, era determinante para serem alcançados os resultados esperados e, também, para consolidar a acção deste grupo de trabalho.

O Fórum de S. Bernardo foi crescendo, ao longo do decurso da investigação, contando com nove participantes⁶⁷, sendo quatro do género masculino e cinco do género feminino. As idades dos participantes estão compreendidas entre os 47 e os 79 anos, sendo a sua média de 57 anos. Em termos de escolaridade, cinco participantes são detentores de diploma de curso de ensino superior (um de doutoramento e quatro de licenciatura), dois de cursos médios, um tem, como habilitação escolar, o 12.º ano e um outro tem o 9.º ano. Relativamente à função/profissão exercida, os participantes distribuem-se da seguinte forma: dois presidentes de direcção (uma professora e um psicólogo), uma directora de serviços (contabilista), um presidente de um organismo da administração local (autarca), um pároco, uma secretária da direcção (administrativa aposentada), uma adjunta da direcção (professora), uma técnica de animação sociocultural, e um voluntário (aposentado da Força Aérea Portuguesa), membro da Comissão Fabriqueira, que integrou e continua a integrar os órgãos sociais de diversas instituições locais.

3.4. TÉCNICAS, MÉTODOS, INSTRUMENTOS DE RECOLHA E GERAÇÃO DE DADOS

Em relação às técnicas, tendo em conta os pressupostos do Fórum de S. Bernardo, optámos pelo *focus group* ou grupo de discussão focalizada. Ao longo do processo de investigação, recorremos à utilização da análise *SWOT*, da observação participante e da análise documental. No que diz respeito aos instrumentos, consideramos que o uso de notas de campo, a construção do diário do investigador ou diário de pesquisa, a elaboração de guiões das sessões e a realização de inquéritos por questionário constituíram procedimentos importantes para a recolha e a geração de dados, bem como para a triangulação obtida através do uso de técnicas qualitativas e quantitativas e o recurso a diferentes fontes.

Através das metodologias seleccionadas, foi possível estimular a reflexão e o debate conjunto, a partilha de informações importantes relativas aos problemas identificados na comunidade, a construção partilhada do diagnóstico social e do planeamento, e a definição de estratégias de intervenção cooperativa de reparação do tecido social e, principalmente, de

⁶⁷ Estivill (1997: 54) refere que a experiência parece evidenciar que um número estável de parceiros constitui um sinal positivo; o autor assinala que a acumulação paulatina de actores demonstra que, “em certos casos, o seu aumento é o resultado do convencimento da eficácia do projecto”.

prevenção de problemas sociais e de promoção de uma comunidade mais justa, solidária e inclusiva.

3.4.1. *FOCUS GROUP* OU GRUPO DE DISCUSSÃO FOCALIZADA

No âmbito dos objectivos do Fórum de S. Bernardo, recorremos à técnica de *focus group* ou grupo de discussão focalizada, uma vez que se tratava de um grupo composto por nove parceiros implicados na intervenção social local, dinamizado por uma facilitadora enquadrada numa instituição local. Este grupo desenvolveu, durante as cinco sessões compreendidas nesta investigação, um trabalho de diagnóstico, de planeamento, de intervenção/acção e de reflexão/avaliação dos resultados deste processo. A interacção entre os parceiros e a participação contínua destes, ao longo do processo, constituíram dois pontos fulcrais para a qualidade do trabalho produzido pelo grupo de discussão focalizada.

A aceitação de diferentes pontos de vista/posições, um dos princípios básicos desta técnica, constituiu um dos pilares na criação deste espaço de debate livre. O acolhimento, a validação e a valorização das perspectivas apresentadas pelos diversos parceiros proporcionaram um ambiente informal entre os parceiros, a adopção de uma comunicação mais fluida e um gradual desenvolvimento das relações de confiança e de cooperação.

3.4.2. ANÁLISE *SWOT*

A análise *SWOT* é uma técnica que se enquadra numa metodologia participativa de planeamento estratégico e de avaliação, constituindo uma ferramenta de incremento dos níveis de qualidade dos projectos e de adequabilidade às necessidades. A matriz da análise *SWOT* compreende dois eixos: a análise interna, que se centra sobre os constrangimentos e as potencialidades, e a análise externa, que compreende as ameaças e as oportunidades.

Esta técnica de análise estratégica foi utilizada para dar suporte ao trabalho desenvolvido pelo grupo de discussão focalizada (*focus group*), de modo a envolver e a estimular a participação de todos os parceiros na construção de um diagnóstico participativo. O diagnóstico, produzido através da matriz da análise *SWOT*, reflecte como se tem actuado em relação aos problemas identificados localmente, permite compreender a magnitude, as causalidades e a prioridade atribuída a estes, e, ainda, identificar as questões a considerar no desenho da intervenção.

O recurso à análise *SWOT* permitiu criar linhas orientadoras na reflexão sobre os factores que compõem as “tramas” dos problemas identificados, tendo proporcionado, desta forma: a partilha de conhecimentos, de experiências e da visão crítica dos actores sociais; a tomada de consciência sobre os interesses, os conflitos e os aspectos invisíveis das dinâmicas dos actores envolvidos nas acções de mudança; e o reequacionamento sobre o papel que cada

parceiro, como actor social, desempenha na concretização de um projecto social que aspira a uma maior qualificação do potencial humano da comunidade de S. Bernardo.

3.4.3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação participante foi a técnica de observação adoptada neste projecto de investigação, para a recolha dos dados gerados durante o processo de investigação. O duplo papel da facilitadora do grupo, enquanto investigadora e participante, constituiu um benefício e, ao mesmo tempo, um risco, uma vez que desempenha funções numa instituição representada no Fórum, no âmbito da valência de atendimento/acompanhamento social desta comunidade.

O carácter natural da observação participante pressupõe a existência de benefícios e, simultaneamente, de riscos decorrentes da proximidade com o meio e da implicação da investigadora neste processo de intervenção social. Considerando este pressuposto, procurámos aproveitar os benefícios resultantes desse posicionamento, bem como ter a consciência sobre os possíveis enviesamentos desta posição.

Assim, no trabalho de intervenção sociocomunitária, a investigadora tem a oportunidade de conhecer as dinâmicas locais, os actores sociais e os problemas que afectam as famílias socialmente vulneráveis. Esta posição facilita a compreensão das dinâmicas locais, da dimensão das necessidades sentidas pelas famílias e a adopção de uma visão crítica sobre o contexto social desta comunidade. Constatamos, desta forma, que o papel de investigadora e de facilitadora deste grupo de trabalho proporcionou a oportunidade de introdução de temáticas pertinentes, relativas à dimensão e à complexidade dos problemas identificados, a abordar com os parceiros, ao longo do debate e da construção do diagnóstico social da freguesia.

A prática diária do trabalho social com as famílias constituiu um elemento importante na aquisição de grelhas de leitura e de análise do meio, proporcionando um conhecimento mais profundo sobre a dimensão e a complexidade das situações que carecem duma intervenção cooperativa, de modo a romper com os ciclos de pobreza e de exclusão social que atingem as famílias desta comunidade.

A adopção deste duplo papel facilitou a introdução de problemáticas sociais, cuja discussão habitualmente se confina às instituições que se dedicam ao apoio social.

3.4.4. ANÁLISE DOCUMENTAL

Na prossecução dos trabalhos do Fórum de S. Bernardo, recorremos à utilização de alguns documentos que nos permitiram tomar consciência das dinâmicas existentes na comunidade, dentro das instituições e entre as parcerias estabelecidas. Estes propiciaram-nos, igualmente, um melhor conhecimento sobre o contexto social, o percurso e a missão de cada

instituição, bem como sobre os projectos que cada parceiro desenvolve. Os documentos usados foram os seguintes: o Projecto do Centro Paroquial de S. Bernardo, o Plano de Acção para 2010 e o Relatório de Avaliação do Acordo de Cooperação referente ao ano de 2010 da Fundação Padre Félix, a lista das instituições e das associações existentes na freguesia de S. Bernardo, as actas de constituição desta freguesia e os relatórios das sessões.

3.4.5. GUIÕES DAS SESSÕES

No planeamento das sessões, foram adoptados guiões de suporte, contendo as fases de desenvolvimento do trabalho ao longo de cada sessão, de modo a orientar o caminho metodológico previamente escolhido. Cada guião era composto por quatro partes: as boas-vindas (espaço para acolher os parceiros e estimular a convivência estreita entre estes); a apresentação das observações contidas nos questionários de avaliação da sessão anterior; a informação e o debate sobre as propostas realizadas pelos parceiros; e a discussão focalizada nos temas, orientada através das técnicas seleccionadas. Os trabalhos naturalmente evoluíram para uma transferência dos temas apresentados para a realidade da comunidade, através do debate sobre a prioridade das necessidades sentidas no contexto de S. Bernardo e sobre os recursos a serem activados para a resolução das situações problemáticas identificadas pelos parceiros.

A partir da terceira sessão, a troca de ideias sobre as estratégias a adoptar passou a ser mais profícua e foi possível estabelecer compromissos de co-responsabilização de cada parceiro, de acordo com a sua área de acção, na passagem à prática de intervenções específicas sobre alguns dos problemas identificados. A informação sobre o decurso destas parcerias era fornecida aos elementos do grupo de trabalho, no início da sessão seguinte, para que todos pudessem acompanhar o decurso das intervenções.

Os guiões incluíam, também, algumas anotações práticas para o investigador, como a marcação da sessão seguinte, de acordo com a agenda dos parceiros e a enumeração dos recursos, dos equipamentos e dos documentos necessários para a realização de cada sessão.

3.4.6. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

No sentido de aferir os dados relativos à avaliação de cada sessão, junto de cada parceiro, foi elaborado um questionário misto, contendo perguntas fechadas e abertas. Este questionário, concebido pela investigadora, tendo, como base, modelos similares de avaliação formativa⁶⁸, constituiu uma ferramenta preciosa durante todo o processo de construção do Fórum, uma vez que visava a auscultação dos participantes sobre a adequação de parâmetros

⁶⁸ Estes modelos foram gentilmente fornecidos pela Dr.ª Cristina Mamede, Socióloga do Núcleo Distrital de Aveiro da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, em Setembro de 2009.

importantes para o desenvolvimento dos trabalhos, como o tempo de duração de cada sessão, o controlo das variáveis relativas à participação, assegurando-nos a não-existência de obstáculos à participação/comunicação de cada um, e a avaliação da pertinência dos temas debatidos e das técnicas utilizadas na geração de dados.

As avaliações permitiram-nos corrigir alguns desequilíbrios, de modo a obter uma maior qualidade no decurso dos trabalhos do Fórum de S. Bernardo. A título de exemplo, o tempo de duração de cada sessão constituiu um compromisso negociado pelos elementos do grupo, tendo-se obtido, a partir desse momento, intervenções mais pertinentes e sintéticas, de modo a permitir a participação de todos os parceiros. O tempo da duração de cada sessão é, assim, um elemento essencial, que importa saber gerir para que exista um bom equilíbrio entre as intervenções relativas aos temas apresentados para debate e para que existam condições para a utilização dos instrumentos de trabalho seleccionados.

Este questionário encontra-se dividido em duas partes: a primeira parte compreende um inquérito com base na Escala de *Likert*, na qual são aferidas as questões relativas às comunicações (interesse, aquisição de conhecimentos, utilidade para a prática profissional e a correspondência às expectativas), à participação (existência de condições para a participação, troca de experiências, desenvolvimento de grupos de trabalho, definição de orientações para a adequação da actuação às realidades locais e a correspondência às expectativas) e à organização da sessão (local de realização da sessão, espaço e condições logísticas, dinamização e duração); e a segunda parte é composta por duas perguntas abertas: numa, os participantes eram convidados a sugerirem propostas para a continuidade do trabalho desenvolvido pelo Fórum, nomeadamente de temas que gostassem de ver abordados, e noutra era dado espaço para que expressassem livremente a sua opinião.

3.4.6.1. Registo das observações dos participantes

As observações dos participantes, contidas nas respostas às duas perguntas finais de cada questionário de avaliação (cujo preenchimento era solicitado no final de cada sessão), eram compiladas e debatidas no início da sessão seguinte, no sentido de se indagar a opinião do grupo de trabalho sobre tais observações. As propostas efectuadas pelos parceiros eram alvo de debate sobre o fundamento ou interesse de se avançar na concretização do que era proposto. No caso de existir um parecer positivo por parte do grupo de trabalho, as diligências eram atribuídas aos parceiros mais próximos dessa área temática. Se fosse considerado necessário um contacto, com alguma entidade, para se obter um esclarecimento sobre o assunto em questão, com vista a uma tomada de decisão sobre a participação na construção de candidatura a projectos de índole social (por exemplo, na candidatura realizada pela Rede Social de Aveiro e o Núcleo de Aveiro da EAPN/Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza, no âmbito da iniciativa 2010, ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social), essa dili-

gência era realizada pela facilitadora do grupo/investigadora. A informação obtida era incluída no relatório referente à sessão na qual o tema havia sido debatido ou exposto e enviado, posteriormente, a cada parceiro, ou apresentada no início da sessão seguinte.

3.4.7. NOTAS DE CAMPO

Ao longo do processo de investigação foram sendo tomadas notas sobre o decurso das sessões, das intervenções e interações dos participantes, entre si e com a investigadora, e, igualmente, do *setting* na disposição dos parceiros em cada sessão, no sentido de se perceber as dinâmicas de aproximação e o posicionamento de uns perante os outros.

3.4.8. DIÁRIO DE BORDO

Desde o início do processo de construção deste projecto de investigação, foi sendo elaborado um diário de bordo pela investigadora. Neste diário de bordo eram registados, cronologicamente, os vários procedimentos da investigação, nomeadamente, todos os contactos efectuados, resultados das observações, das interações/comunicações e das reuniões, e os contributos dos que participaram e orientaram o percurso do Fórum de S. Bernardo. Todos os avanços, obstáculos e concretizações encontram-se registados nesse documento. Através do Diário de Bordo, poder-se-á verificar a evolução do projecto e do sentido da avaliação dos processos, uma constante na metodologia investigação-acção. A avaliação era continuamente realizada, sendo os resultados considerados na melhoria da performance deste Fórum, procurando-se, desta forma, adequar a sua dinâmica às necessidades apresentadas pelos parceiros, durante todo o processo.

3.5. PROCEDIMENTOS UTILIZADOS: TÉCNICOS E ÉTICOS

3.5.1. PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

A génese deste projecto de investigação, denominado Fórum de S. Bernardo, foi iniciada a partir da necessidade, expressa por alguns actores sociais e representantes de entidades e instituições de S. Bernardo, sobre a existência de um espaço de encontro, na freguesia, no qual fossem abordados os problemas e as necessidades sentidas na comunidade e fossem desenhadas as respostas a estes. O ponto principal era o de que este espaço teria de ser activo e dinâmico e teria de demonstrar resultados práticos, para além da construção dos indicadores e das aferições resultantes das fases de diagnóstico e de planeamento da acção.

As memórias, os sonhos das antigas gerações – as mesmas que construíram o que herdámos –, a dinâmica social, o entrosamento entre as pessoas, a “voz” da comunidade seriam pontos fortes a ter em conta no desenho deste projecto social local. Deste modo, nasceu a ideia de unir novamente os actores sociais (muitos com um percurso de longos anos de associativismo, contando com a participação em diferentes corpos sociais das principais instituições locais) e as principais entidades da actual comunidade de S. Bernardo, cruzando vontades e anseios, que rumassem a uma coesão social mais forte.

Assim, durante o mês Junho de 2009, reunimo-nos, individualmente, com cada direcção das entidades convidadas a participar, no sentido de auscultar a sua opinião sobre a exequibilidade deste projecto e sobre a real necessidade da criação do referido espaço de encontro e de debate.

A primeira direcção a ser auscultada foi a da Fundação Padre Félix, tendo em conta o envolvimento da sua técnica na construção e na dinamização deste projecto de intervenção social local. A reacção foi muito positiva, e todo o apoio foi dado, pelos elementos da direcção, para que este espaço funcionasse de acordo com os objectivos traçados. Este espaço constituiria uma mais-valia para o trabalho levado a cabo pela Fundação Padre Félix, permitindo a intensificação da cooperação e da colaboração das instituições e da comunidade na resolução dos problemas identificados no trabalho social com as famílias, sendo, a maior parte destes, comuns às restantes entidades.

O contacto seguinte foi realizado com a direcção do Agrupamento de Escolas de S. Bernardo. A directora e a coordenadora afirmaram a pertinência desse espaço e o interesse em se reunirem com as restantes entidades que intervêm socialmente na freguesia, “à mesma mesa” para debaterem as necessidades da comunidade de S. Bernardo. Este apoio constituiu, igualmente, um dos alicerces para a construção deste espaço, dando uma garantia inicial da exequibilidade do projecto, tendo em conta a importância da área da educação no trabalho com as famílias e o lugar que a escola ocupa na comunidade.

O Centro Paroquial de S. Bernardo foi a instituição contactada de seguida. A directora de serviços desta instituição, Isabel Mónica, relembrando o seu percurso na dinâmica da construção desta freguesia, e tendo em conta a sua percepção enquanto representante desta instituição e participante em vários grupos de trabalho da área social e pastoral, afirmou também a sua vontade em participar na construção deste espaço. Partilhando os seus anseios sobre a importância da activação de uma estrutura que representasse, formalmente, a comunidade de S. Bernardo perante outros organismos (como a Câmara Municipal de Aveiro e a Rede Social), comprometeu-se a participar neste projecto, com a esperança de que todos os restantes parceiros se comprometessem, também, e contribuíssem para a existência e consolidação deste grupo de trabalho. Mais uma vez, o Centro Paroquial se lançava em mais um projecto de parceria em prol do desenvolvimento social da comunidade de S. Bernardo.

A CERCIAV foi contactada através do seu presidente. Durante o nosso encontro com este, foi realizado o convite para a participação desta instituição neste projecto, tendo-se descrito qual a origem do projecto, os objectivos e a dinâmica que se pretendia implementar com a criação deste grupo de trabalho. A participação desta instituição, cuja sede se encontra actualmente localizada na freguesia de S. Bernardo, seria muito importante para esta se contextualizar e se inserir na dinâmica local e, também, para toda a comunidade, que ganharia com o seu valioso contributo. O presidente demonstrou o seu interesse, adiantando, a seguir, que tal projecto deveria continuar após a fase de investigação. Este foi um dos incentivos mais significativos para a génese deste Fórum e para ser pensada a sua sustentabilidade.

Dado que a autarquia local, entidade da administração local e congregadora de toda a comunidade, desempenha um papel fundamental em projectos desta natureza, o seu contacto e apoio eram determinantes. Num contacto inicial, o presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo expressou o seu interesse na existência deste espaço, no entanto, o seu mandato estaria a finalizar, pelo que não se poderia comprometer acerca da sua participação neste grupo de trabalho. Contudo, referiu que somente no final de Outubro se poderia avançar com a primeira sessão do, assim, denominado Fórum de S. Bernardo. Assim, em Setembro de 2009, com a reeleição do então presidente, retomámos os nossos contactos para confirmar a continuação do interesse na criação do Fórum e solicitar a marcação de uma data para a primeira reunião. No entanto, estes contactos foram dificultados pelo calendário eleitoral. A persistência, uma característica essencial a muitos projectos sociais, e a vontade expressa por todos os que havíamos contactado, fizeram-nos encetar um novo contacto com a autarquia local. Assim, apresentámos a estrutura e os objectivos deste Fórum, assegurando que este constituiria um grupo de trabalho activo, ou seja, com resultados práticos para a comunidade. O próprio presidente iria participar neste grupo de trabalho; no entanto, a sua contribuição dependeria do efectivo contributo deste espaço na promoção de sinergias, parcerias ou projectos locais. A construção de uma “ponte” entre as instituições existentes e a mais recente instituição instalada em S. Bernardo era outro dos objectivos estabelecidos para este Fórum. Com o avançar do projecto, a participação da Junta de Freguesia viria a destacar-se, em termos das contribuições do grupo de trabalho, no contexto de debate e na participação na intervenção social local, garantindo a prossecução dos objectivos da criação deste Fórum. O apoio assumido por esta entidade, dada a sua influência e o importante papel que desempenha, constituiu um elemento basilar na consolidação desta estrutura. A participação constitui, assim, o combustível de toda a dinâmica social, e, também, o motor desta nova estrutura.

A estrutura deste Fórum compreendia também a inclusão de dois conselheiros, respeitando a lei da paridade. Estes conselheiros representariam a memória e a visão de futuro de S. Bernardo. Tendo em conta o percurso de associativismo dos conselheiros e a sua visão pertinente sobre o presente e o futuro da comunidade de S. Bernardo, consideramos que os conselheiros convidados deram o *tom certo* a este grupo de trabalho e que se encaixaram per-

feitamente neste perfil. O grande interesse demonstrado na reunião de apresentação deste projecto e o nível de compromisso assumido foram indicadores da boa escolha feita e da preciosidade dos seus contributos nos trabalhos do Fórum.

No dia 23 de Outubro, foram entregues, pessoalmente, os ofícios aos parceiros, formalizando o convite para a primeira sessão do Fórum de S. Bernardo, que decorreu na sede da Fundação Padre Félix, no dia 28 de Outubro de 2009, com início às 21horas.

Nos dias anteriores à realização desta primeira sessão, os parceiros foram lembrados sobre esta reunião. Assim, na primeira sessão foi apresentado, formalmente, a todos os parceiros, o projecto de investigação, o contexto da sua génese, o enquadramento teórico (problema central e objectivos) do projecto, tendo em conta as especificidades locais, nomeadamente as potencialidades e as fragilidades, e uma síntese das necessidades identificadas pelos vários parceiros durante o período de auscultação e de concepção deste projecto. Nesse momento, foi também expresso o desejo de continuação e de consolidação deste Fórum para além da sua fase de investigação. A proposta consistia na criação de uma estrutura significativa para o planeamento e para a melhoria da qualidade da intervenção social na freguesia de S. Bernardo. A proposta de se formar um grupo reduzido de participantes vinha no sentido de intensificar o relacionamento entre os parceiros, favorecendo a comunicação entre si, e proporcionando uma maior implicação na escuta activa da realidade de cada um, enquanto “leitores” do contexto local, e a desejável construção de sinergias locais.

Nesta primeira sessão, foi entregue, a todos os presentes, uma pasta com uma etiqueta contendo o ícone do Fórum de S. Bernardo, e identificando cada parceiro, a sua função ou a instituição que representava. Dentro desta, constava o cronograma do projecto de investigação, algumas folhas em branco para as anotações pessoais, o questionário de avaliação da sessão e uma caneta. O cronograma entregue informava sobre as datas propostas para a realização das cinco sessões, enquadradas no projecto de investigação, os locais das reuniões, as entidades envolvidas, a metodologia e os objectivos propostos para cada sessão, tendo em conta os fundamentos deste projecto.

Na pasta do representante da CERCIIV, foi, também, incluído um exemplar do *Guia de S. Bernardo*, um exemplar do Boletim Informativo *Ajudar a Vencer*, referente ao 20.º Aniversário da Fundação Padre Félix, um folheto informativo desta instituição e outro do Centro Paroquial de S. Bernardo, para que, assim, tivesse a oportunidade de conhecer melhor o contexto da freguesia de S. Bernardo.

As cinco reuniões, previstas no desenho deste projecto, decorreram, rotativamente, nas sedes das diferentes instituições presentes, de modo a permitir, a todos, dar a conhecer o seu espaço e o seu contexto de trabalho. Neste ponto, o acolhimento e as condições de trabalho, proporcionadas pelos vários parceiros para as sessões do Fórum, mereceram uma grande atenção por parte de cada anfitrião.

Durante a sessão inicial, os parceiros foram apresentando as instituições que representavam: os fundamentos da génese, o percurso, as reivindicações, os projectos presentes e os sonhos ainda por concretizar⁶⁹. Este ponto seria um aspecto fundamental no percurso iniciado. Considerando que o desconhecimento distancia e o conhecimento aproxima-nos e conduz-nos à compreensão do Outro, era essencial que existisse um conhecimento mútuo sobre os objectivos e a missão das várias instituições, as valências que desenvolvem, a população-alvo abrangida, as redes de trabalho em que se encontram envolvidas e os projectos que desenvolvem actualmente, no âmbito de parcerias com outras entidades e com a comunidade. No final, a surpresa, decorrente deste conhecimento, foi expressa pela maioria dos parceiros, tendo a avaliação, desta sessão, expressado a satisfação.

Preparando os trabalhos para a sessão seguinte, foi distribuída uma ficha de análise *SWOT*, no final da sessão, tendo-se solicitado, a cada parceiro, uma reflexão sobre os constrangimentos e as potencialidades da sua instituição.

A avaliação constituiu um processo contínuo e essencial para a aferição dos diferentes parâmetros a ter em conta durante a implementação deste Fórum. Assim, no final de cada sessão, era solicitado aos parceiros que avaliassem a sessão, através do preenchimento de um questionário, no qual eram apresentados três parâmetros de avaliação: a comunicação, a participação e a organização. Cada parceiro poderia, também, expressar livremente a sua opinião e sugerir propostas ou temas, que considerasse serem pertinentes para o Fórum, nas duas perguntas abertas finais.

Após este primeiro momento, a transcrição das intervenções foi enviada, através de *e-mail*, aos parceiros, solicitando-se a sua colaboração na análise do documento, tendo em conta a fidelidade da transcrição realizada. No caso de ser verificada alguma distorção do que fora afirmado, pedia-se que esta fosse assinalada a fim de ser alterada. Alguns parceiros tiveram o cuidado de fazer as alterações necessárias no próprio documento, adicionando um esclarecimento sobre estas. No final, as transcrições foram compiladas num único documento, enviado a todos os parceiros. Esta prática foi mantida nas sessões seguintes, sendo enviado, a estes, um relatório sobre o decurso das sessões, os conteúdos abordados e as intervenções de cada parceiro.

Tendo em conta que, devido a compromissos familiares, os dois conselheiros não puderam estar presentes nesta primeira sessão, reunimo-nos, posteriormente, com cada um, informando-os sobre o que fora debatido e apresentado por cada parceiro. Em ambas as reuniões, os conselheiros manifestaram-se sobre a importância de se construírem parcerias localmente e sobre a continuação deste tipo de projectos, que, na opinião de ambos, deverá ser assegurada após o *terminus* do projecto de investigação. Esclarecemos os dois conselheiros

⁶⁹ Para facilitar o acompanhamento das informações apresentadas sobre o projecto de investigação e as apresentações, trazidas por algumas instituições, elaboradas através do programa informático *powerpoint*, foi instalado um projector e uma tela, cedidos gentilmente pelo Centro Paroquial de S. Bernardo.

sobre a nossa intenção de dar continuidade ao projecto, para além da fase de investigação, assim fosse também o desejo e a vontade expressos pelos parceiros envolvidos.

A segunda sessão decorreu, no dia 18 de Novembro de 2009, na Biblioteca Popular, instalada no Centro Paroquial de S. Bernardo. Nesta sessão, apresentámos os conselheiros aos parceiros, partindo duma síntese do percurso de ambos e das funções desempenhadas por estes na comunidade. Após este momento inicial, demos a conhecer as observações e as propostas efectuadas pelos parceiros nas duas perguntas abertas contidas nas fichas de avaliação. De seguida, iniciámos a construção do diagnóstico social através do recurso à ficha de análise *SWOT*. Partindo dos contributos de cada parceiro, foi sendo preenchida, em conjunto, a parte referente à análise interna, considerando os constrangimentos e as potencialidades de cada instituição. Algumas respostas para os constrangimentos, sentidos por umas instituições, foram sendo encontradas através do cruzamento com as potencialidades de outras instituições, que se iam disponibilizando a colmatar as necessidades sentidas, num espírito de parceria e de subsidiariedade.

Esta foi uma sessão longa e trabalhosa, uma vez que significava o início de um trabalho metodológico de construção conjunta do diagnóstico, exigindo, de cada parceiro, a capacidade de reflexão e de sistematização da informação, e a disponibilização de dados sobre a sua própria instituição. No momento da avaliação e da marcação da sessão seguinte, foi acordado um horário fixo para o início e para o final de cada sessão. Assim, o início seria às 21 horas e o *terminus* às 23 horas. Igualmente, relativamente ao dia, decidiu-se, de acordo com as disponibilidades de todos, que as sessões realizar-se-iam à quarta-feira.

No final, foi solicitado a cada parceiro, desta vez, uma reflexão sobre as ameaças e as oportunidades do meio externo, a ser trabalhada na sessão seguinte.

Durante esta segunda sessão, à medida que se ia preenchendo esta primeira parte da ficha de análise *SWOT*, referente à vida interna de cada instituição, era sentido um certo desconforto por parte de um dos parceiros, pela sua auto-exclusão em participar nesta fase, referindo que teria de consultar o corpo directivo da sua instituição sobre o fornecimento deste tipo de informações. Este parceiro acabou por desistir, após esta sessão, tendo apresentado motivos profissionais como fundamento da sua decisão.

Na terceira sessão, realizada, no dia 27 de Janeiro, na sede do Agrupamento de Escolas de S. Bernardo, localizada na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de S. Bernardo, o grupo de trabalho apresentava uma dinâmica diferente, mais coesa e aberta. No início da sessão, abordámos as observações e debatemos as propostas apresentadas pelos parceiros. De seguida, partiu-se, então, para a construção da segunda fase da ficha de análise *SWOT*, focalizando-nos na reflexão sobre as ameaças e as oportunidades, matrizes da análise externa (relativa nomeadamente ao meio, às parcerias, às metodologias e aos projectos/boas práticas/programas existentes). No final, foram identificados alguns problemas com os quais nos debatemos diariamente, tendo em conta as oportunidades enumeradas, com o objectivo de

traçar uma correspondência entre necessidades e recursos existentes. A comunicação e a interacção foram mais fluidas nesta terceira sessão, verificando-se uma dinâmica mais coesa no grupo de trabalho.

No intervalo entre a terceira e a quarta sessões, dois acontecimentos fortaleceram o percurso deste Fórum: recebemos a solicitação de inclusão no grupo de trabalho de um agente social muito importante, o pároco da freguesia; e fomos solicitados para colaborar com o projecto de investigação de uma mestranda de Ciências de Educação, especialização em Pedagogia Social, da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica do Porto. A referida mestranda encontrava-se a desenvolver uma investigação sobre a relação entre a escola e a comunidade e as dinâmicas inter-actores. Para tal, entrevistou alguns representantes das principais entidades locais, e participantes neste Fórum, que lhe descreveram a dinâmica e o trabalho desenvolvido pelo Fórum de S. Bernardo. Esta, tendo-se mostrado interessada em conhecer este projecto, contactou-nos para conhecer os fundamentos que estiveram na sua génese e, também, para nos solicitar a autorização a fim de participar como investigadora-observadora na sessão seguinte do Fórum. Os parceiros foram contactados, através de e-mail, para se pronunciarem sobre a inclusão do proposto novo membro no grupo de trabalho, a partir da quarta sessão, e sobre a colaboração do Fórum de S. Bernardo com o referido projecto de investigação e participação desta investigadora na sessão seguinte. Com a concordância de todos, o novo membro foi bem acolhido e esta aluna participou, então, como observadora na quarta sessão.

A quarta sessão decorreu, no dia 29 de Março, no salão nobre da Junta de Freguesia de S. Bernardo⁷⁰. Nesta sessão, após a apresentação formal da referida investigadora e do seu projecto, passámos à auscultação dos parceiros sobre as observações e as propostas contidas nas fichas de avaliação da sessão anterior. Depois, partimos para a identificação dos problemas e das necessidades sentidas no contexto de S. Bernardo, sua priorização e propostas de resolução ou de colmatação do impacto desses problemas, tendo como base os dados da valência de atendimento social do Gabinete de Acção Social da Fundação Padre Félix, relativos ao acompanhamento social das famílias enquadradas na medida de Acção Social, referentes ao ano de 2009, e, também, o conhecimento que cada parceiro tem, resultante do seu trabalho e contacto diário com a comunidade. Este momento constituiu uma etapa fulcral na intervenção concertada que se pretendia colocar em prática, com o objectivo de se construir um plano de acção, com sentido, envolvendo todos os parceiros na construção de respostas aos problemas/necessidades identificados, co-responsabilizando-os, através da definição e da concretização de acções articuladas, com objectivos previamente definidos. Esta intervenção social concertada, com um sentido de *continuum*, um dos principais pilares deste projecto, signi-

⁷⁰ O local de realização desta quarta sessão foi alterado, uma vez que a mesma estaria prevista para decorrer nas instalações da instituição representada pelo parceiro que se afastou deste projecto, no final da segunda sessão. Assim, a Junta de Freguesia propôs-se a acolher os parceiros na quarta sessão do Fórum de S. Bernardo, tendo existido a concordância de todo o grupo de trabalho.

ficaria um impulso para a dinâmica local, qualificando ainda mais o trabalho já desenvolvido pelas instituições e pelos agentes sociais. Esta metodologia proporcionaria a partilha de anseios e dificuldades e a adopção de uma política de complementaridade, face ao papel que cada parceiro desempenha na intervenção social local, através da co-responsabilização de todos os parceiros na intervenção social local. Nesta sessão, foi possível discutir e acertar estratégias de intervenção conjunta entre vários parceiros, que resultaram num desempenho sólido e articulado na resolução de casos extremos de pobreza e de risco social existentes na freguesia. A co-responsabilização e a disponibilidade de cooperação dos parceiros surgiram naturalmente, durante esta sessão.

Foi ainda possível recolher os contributos da parte de alguns parceiros sobre recursos e oportunidades, por vezes esquecidos, mas significativos no combate de alguns problemas identificados.

A quinta sessão, decorreu no dia 5 de Julho, no salão nobre da Junta de Freguesia de S. Bernardo, tal como o previsto no cronograma, tendo-se registado alguma dificuldade na marcação desta reunião, devido ao desencontro entre as agendas dos parceiros. A realização desta última sessão, do ciclo de cinco sessões planificadas para o projecto Fórum de S. Bernardo, num local que representa o poder da participação e de decisão da comunidade de S. Bernardo, onde as pessoas são ouvidas, são iniciados projectos e desenvolvidas actividades de animação sociocultural, significou o culminar deste projecto de investigação. Nesta sessão, após a partilha das observações e das propostas contidas nas fichas de avaliação referentes à quarta sessão, alguns parceiros que, em colaboração, intervieram junto de casos problemáticos, marcados por um percurso de exclusão social, deram conta do decurso das acções desenvolvidas com a cooperação de entidades públicas com competência de actuação, nomeadamente a autarquia, a escola e a equipa de saúde pública.

De seguida, foi apresentada uma síntese sobre as fases do projecto, contendo os principais assuntos debatidos, as propostas/observações realizadas e os objectivos alcançados ao longo das sessões, lembrando o percurso do grupo de trabalho, no âmbito do Fórum de S. Bernardo, para se proceder à avaliação final do projecto.

A decisão sobre a estrutura da avaliação final, realizada colectivamente, teve em conta a benéfica e enriquecedora troca de ideias entre os parceiros, o que proporcionou um desenvolvimento mais fluído deste processo. Esta avaliação teve como base uma reflexão orientada por um guião contendo os seguintes tópicos: o funcionamento e a estrutura do Fórum – pontos positivos e pontos a melhorar; sugestões de alteração do presente formato; a forma como seria vista a continuidade deste espaço; o desejo de cada parceiro em continuar a participar neste grupo de trabalho; os impactos do Fórum nas relações e no trabalho em rede entre as instituições representadas e na comunidade; quais os obstáculos existentes à participação; e a saída do grupo de trabalho de um membro, no final da segunda sessão.

Esta sessão, embora se destinasse à avaliação, atingiu os objectivos deste projecto, pois fomentou, também, nesta fase, o diálogo, a partilha de ideias, de pontos de vista e as iniciativas de todos os parceiros.

De seguida, coube, aos parceiros, a tomada de decisão sobre a continuidade do Fórum de S. Bernardo, a realização e o debate de propostas de mudança na estrutura do Fórum, com vista a um desempenho mais eficiente e eficaz perante as necessidades verificadas no contexto de S. Bernardo, e a adopção de medidas de sustentabilidade do Fórum de S. Bernardo.

O Fórum recebeu o apoio de todos os parceiros para a sua continuação e para se assumir como uma estrutura de reflexão, planeamento e de decisão sobre as estratégias e acções a desenvolver para qualificar ainda mais a comunidade de S. Bernardo. A pertinência deste projecto foi confirmada por todos os parceiros envolvidos, tendo demonstrado resultados práticos na melhoria das condições de vida da freguesia, através da construção de actividades e de estratégias de intervenção social concertada. O Fórum de S. Bernardo termina, assim, a sua fase de experimentação, recomeçando uma nova etapa no *empowerment* desta comunidade.

A Fundação Padre Félix foi indicada como a entidade agregadora deste grupo. Todos os parceiros acordaram em trazer, na próxima reunião, um tema/preocupação para debater. Nessa reunião, procurar-se-á definir a missão do grupo, reforçando o sentido de comunhão de objectivos entre todos os parceiros e o encaixe de cada um na intervenção concertada que se deseja para esta comunidade. A sessão seguinte foi marcada para o dia 22 de Setembro de 2010. No final, foi realizada a avaliação desta sessão.

3.5.2. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Em termos de procedimentos éticos, houve uma clara informação sobre o projecto, nas reuniões que decorreram com as direcções de cada instituição, para auscultação sobre a pertinência da concretização deste Fórum, tendo o convite sido formalizado através de ofício. Cada participante foi devidamente informado sobre todos os aspectos da investigação, os seus objectivos e o papel do investigador e dos participantes. As reflexões e as opiniões pessoais de cada participante foram respeitadas.

Ao longo do processo, os parceiros foram consultados sobre a fidelidade na recolha de informação, relativa aos dados partilhados e às intervenções proferidas por estes, durante as sessões do Fórum, compilada no relatório elaborado no final de cada sessão e, posteriormente, enviado aos parceiros, de modo a permitir a correcção da transcrição, a sistematização e uniformização da informação e, também, a dar conhecimento sobre o decurso da sessão no caso de ausência de algum parceiro.

A confidencialidade dos dados relativos aos participantes foi garantida, tendo estes sido trabalhados enquanto número estatístico.

3.6. INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados dos questionários de avaliação e as informações relativas à caracterização sociométrica (idade, género, escolaridade e função/profissão) foram analisados através do programa informático *Microsoft Excel*.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1. RESULTADOS DO *FOCUS GROUP*

Consideramos que um dos resultados do uso desta técnica foi o de se ter conseguido reunir à mesma mesa as principais entidades e elementos da comunidade de S. Bernardo, num espírito de participação, de horizontalidade e de abertura ao debate e à apresentação de diferentes perspectivas de leitura e de intervenção social. A contínua adesão, o empenho e a participação demonstradas pelos parceiros, tanto no acolhimento das várias sessões do Fórum de S. Bernardo, como na alimentação do processo (designadamente, no debate de ideias, na apresentação de propostas e de informações sobre recursos existentes, e na participação no processo de planeamento da intervenção) permitiram criar um ambiente de informalidade e de coesão, tendo-se aprofundado as relações profissionais existentes.

De seguida, analisaremos os resultados do *focus group*, partindo das contribuições dos diferentes parceiros, contidas na ficha de análise *SWOT*, para a construção do diagnóstico participativo.

4.1.1. ANÁLISE *SWOT*

Ao longo do processo de reflexão, de sistematização e de construção conjunta do diagnóstico social, tendo por base a matriz da análise *SWOT*, procurámos continuamente pontos de ligação entre as necessidades demonstradas por alguns parceiros e os recursos disponibilizados por outros. Estes pontos de conexão encontram-se na coluna “Respostas”.

Este processo foi muito importante em termos da partilha de cada parceiro, uma vez que implicou um desvendar das fragilidades e dos recursos de cada um. Este nível implica a existência de uma atitude de abertura e de espírito de partilha entre as instituições parceiras, com vista à construção de um bem comum. Por tal, a primeira sessão, de conhecimento mútuo sobre o presente, o passado e os sonhos futuros de cada entidade, constituiu uma parte essencial neste processo, que tanto depende da qualidade da participação e da partilha de

cada parceiro. Sabemos que quanto mais partilha existir num grupo, mais barreiras se esbatem, aumentando o nível de confiança entre os elementos que o compõem.

O aprofundar das relações sociais entre os parceiros é também um factor essencial para a formação da ideia de grupo e de pertença a este, tornando os laços existentes mais coesos, aumentando, desta forma, o nível de confiança e, logo, da partilha. O grupo ganhará com esta dinâmica, pois o trabalho tornar-se-á, de acordo com os resultados desta experiência, mais profícuo. Este é um ciclo que importa ressaltar, uma vez que, sem este nível de comprometimento e sem esta vontade em se alicerçar relações sociais mais coesas dentro do grupo, o ambiente de trabalho poderá tornar-se pobre e silencioso (significado de demissão de participação), o que inviabilizará a continuação do grupo de trabalho.

O acolhimento é também um elemento bastante importante, para que as pessoas se sintam confortáveis. Ao longo deste processo, para além da participação dos parceiros, medida através da apresentação de propostas, das interações e do nível de comprometimento na intervenção social, a forma como cada um acolheu o Fórum na sua “casa” foi, sem dúvida, um sinal de afirmação do interesse em contribuir para a dinâmica do grupo de trabalho.

Trazer um conjunto de valores para o grupo, como o respeito pela individualidade de cada elemento, estimulando a aceitação e a consideração de todas as opiniões, procurando enquadrá-las nos temas debatidos, não foi uma tarefa difícil, uma vez que existem relações institucionais entre a maior parte dos parceiros. A perspectiva de cada participante, resultante das grelhas de leitura e de interpretação da realidade e dos valores preconizados, é fundada na história e na experiência pessoal e profissional, sendo dependente da posição que cada um ocupa na hierarquia institucional. Logo, as intervenções e os comportamentos de cada parceiro deverão ser compreendidos à luz destas variáveis. Porém, as diferenças entre os parceiros não eram muito marcantes nas intervenções, havendo uma preocupação generalizada sobre a forma como a comunidade vive e o que deverá ser feito para que esta seja melhorada.

4.1.2. ANÁLISE INTERNA: INSTITUIÇÕES

Numa primeira fase, as instituições partilharam os seus constrangimentos internos, ou seja, o que constitui um entrave ao alcance de um melhor desempenho ou à concretização de projectos idealizados, bem como as potencialidades que mantêm o dia-a-dia e a vitalidade das instituições.

Ao longo da construção desta matriz de análise *SWOT*, foram também consideradas as respostas encontradas pelos parceiros, através da reflexão conjunta e da partilha de ideias, de informações e de recursos.

4.1.2.1. CONSTRANGIMENTOS/RESPOSTAS

As entidades participantes no Fórum identificaram os seguintes constrangimentos: a falta de recursos humanos; a dificuldade na reconversão de recursos humanos e na adaptação às mudanças (ex. a introdução de programas informáticos), na transmissão da histórica e actual missão e dos valores preconizados pela instituição aos novos funcionários; a existência de baixas habilitações combinada com a proveniência de outros sectores económicos; a limitação espacial (um obstáculo ao desenvolvimento de actividades); uma atitude marcada pelo cepticismo face à criação de respostas criativas e inovadoras e pela resistência à mudança; a omissão ou falta de veracidade de alguns utentes do serviço (o que poderá comprometer a comunicação e o trabalho da instituição com a comunidade); e a falta de formação dos voluntários. Neste campo, considerando a diversidade de voluntários que se disponibiliza a ajudar solidariamente, foi expressa a necessidade de formação destes, no sentido de se potenciar as capacidades de cada um, e de se serem transmitidos conhecimentos sobre o enquadramento da intervenção desenvolvida, preparando o voluntário para a relação que estabelece com a pessoa que é ajudada, particularmente, do ponto de vista ético, tão importante no trabalho com as pessoas que se encontram fragilizadas.

Em termos de respostas, através do debate e do cruzamento de necessidades e de recursos, conseguiu-se rentabilizar um espaço para o desenvolvimento de uma actividade que se encontra limitada devido à condicionante física, estabelecer um compromisso entre três instituições para a realização de actividades de animação sociocultural com as crianças e os jovens, e disponibilizar a colaboração de um voluntário para auxiliar nas tarefas administrativas de uma entidade, cujos poucos recursos económicos impedem a contratação de um técnico a tempo parcial.

4.1.2.2. POTENCIALIDADES/RESPOSTAS

Em termos de potencialidades, os representantes das instituições referiram a existência de um bom nível de associativismo na freguesia, considerando o profícuo movimento associativo que criou as estruturas sociais e os equipamentos actualmente presentes na comunidade de S. Bernardo. A atitude de abertura para a construção de parcerias, demonstrada pelos participantes, expressa o interesse das instituições em reforçar o associativismo e o trabalho em rede e, também, em qualificar, ainda mais, as respostas sociais existentes.

O crescente voluntariado, que sustenta a concretização e a manutenção de projectos dinamizados pelas instituições sociais locais, revela a existência de um espírito de solidariedade e de um sentido de cumprimento de um dever cívico por parte dos voluntários, mas, também, constitui um sinal de abertura das instituições à participação da comunidade e à rentabilização dos recursos nela existentes.

Outras relevantes potencialidades foram também expostas, tais como, a existência de reconhecimento social perante o trabalho desenvolvido pelas instituições locais, de uma boa interação com as famílias, de um bom nível de satisfação dos utentes e dos colaboradores, e de equipas coesas, com espírito de cooperação; a disponibilidade de um espaço multifuncional bem localizado (no caso de uma instituição), de recursos materiais e humanos (técnicos e voluntários) para o apoio às valências sociais existentes; a divulgação das actividades desenvolvidas; a atenção e a abertura da parte das instituições, às necessidades demonstradas pela população e ao acolhimento de projectos de voluntariado de jovens, bem como ao desenvolvimento de projectos inovadores e de actividades de animação sociocultural e de educação não-formal.

No sentido de se construir um projecto de contadores de histórias, alguns parceiros partilharam as suas ideias sobre esta iniciativa, tendo-se formado um grupo que irá colaborar na criação deste projecto.

4.1.3. ANÁLISE EXTERNA: PARCERIAS/MEIO

Nesta segunda fase, relativa à análise externa, os parceiros reflectiram sobre o meio envolvente, tendo identificado as ameaças existentes e as oportunidades.

4.1.3.1. AMEAÇAS/RESPOSTAS

As ameaças indicadas pelos parceiros foram as seguintes: a escassez de recursos humanos e de meios financeiros para uma resposta adequada às necessidades emergentes; a abertura de novos serviços (públicos e privados) de apoio social à população; a redução das participações sociais às instituições sociais e a situação de dependência das instituições face ao Estado; o aumento do desemprego e a consequente insuficiência dos rendimentos da população; a complexificação da legislação e o excesso de burocracia exigida pelas entidades reguladoras.

Os parceiros identificaram, ainda, outras ameaças relativas à população local, como a expressão de juízos de valor inadequados (que não procuram a compreensão da situação em causa, prejudicam a intervenção social e agudizam situações de exclusão); o desconhecimento sobre as competências/intervenção das instituições; a ausência de iniciativa própria na procura de ajuda (a denominada “pobreza envergonhada”); o isolamento em que algumas pessoas vivem; a existência de baixas habilitações, de um baixo nível cultural e de participação nas actividades de animação sociocultural e de uma atitude de resistência à novidade.

Durante o debate, foram reveladas algumas respostas encetadas pelos parceiros, no sentido de contrariar os efeitos das ameaças identificadas, tais como:

- A competitividade levou a que as instituições apostassem ainda mais na qualidade na prestação dos seus serviços.
- A percepção da existência de um desconhecimento sobre as competências e o papel desempenhado pelas instituições no desenvolvimento local conduziu à divulgação das suas actividades no boletim informativo da freguesia.
- O maior envolvimento da população na dinamização de actividades de animação sociocultural, através do voluntariado e da participação das famílias acompanhadas
- A procura e a disseminação de boas práticas.

4.1.3.2. OPORTUNIDADES/RESPOSTAS

Este item remete-nos para a análise da situação presente e para uma visão de futuro, de planeamento e de antevisão das mudanças sociais e económicas que poderão ocorrer e alterar as actuais grelhas de leitura sobre as necessidades e as dinâmicas sociais.

Assim, neste item, os parceiros indicaram as seguintes oportunidades: o emprego, como uma oportunidade do meio, tendo em conta o desenvolvimento económico e a posição geográfica da região de Aveiro; o aumento da esperança de vida, que tem vindo a criar uma consequente necessidade de alargamento dos serviços de apoio ao idoso; a forte adesão por parte dos pais e encarregados de educação à resposta de ATL para os alunos do 2.º ciclo do ensino básico; uma maior oferta e diversidade de recursos humanos candidatos a recrutamento; a criação do Centro de Novas Oportunidades (CNO) em S. Bernardo e as aulas de língua portuguesa para estrangeiros permitiram o acolhimento e a formação de diferentes públicos na escola; a existência de várias parcerias activas com diferentes entidades da administração local, instituições de ensino, de formação e de solidariedade social, e projectos de intervenção social, num espírito de cooperação e de partilha de informações e de recursos; a existência de um ambiente propício e de abertura à criação de parcerias, e de convites para novas parcerias; a recepção de donativos de particulares, empresas e de lojas de comércio (por ex. das áreas da saúde, da alimentação e do vestuário); a oportunidade de divulgação das actividades desenvolvidas pela instituição e de apelos para a colaboração da comunidade em campanhas específicas (exemplo na campanha de recolha de cobertores e de estantes para as crianças e os jovens estudarem) através do Boletim Informativo da Junta de Freguesia de S. Bernardo; o convite para a participação em diferentes grupos de trabalho de planeamento da intervenção social, ao nível concelhio, e para a realização de actividades de animação sócio-cultural; o voto de confiança das entidades da comunidade, em geral; a oferta de voluntários; e os desafios da crise económica actual, que impelem à procura de respostas inovadoras, à adopção de uma visão sistémica da realidade e à promoção da participação, da solidariedade e da recriação de laços sociais dentro da comunidade.

As respostas identificadas como recursos potenciadores de mais oportunidades, foram as seguintes:

- Um melhor aproveitamento do importante espaço no Boletim Informativo destinado à divulgação das actividades realizadas pelas entidades e associações da freguesia.
- A mobilização da Associação de Pais para a realização de actividades de enriquecimento curricular para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, durante as férias da Páscoa, e o trabalho de articulação entre a Associação de Pais, o Agrupamento de Escolas de S. Bernardo e a Fundação Padre Félix para que todas as crianças tenham condições para frequentar este espaço.
- A oferta formativa disponibilizada pelo Agrupamento de Escolas de S. Bernardo (cursos de formação profissional de animador/a sociocultural e de auxiliar de acção directa).
- A existência de actividades de educação não-formal em instituições com reconhecido mérito social, como a centenária Sociedade Musical de Santa Cecília, a Associação Musical e Cultural de S. Bernardo (vulgo, Fanfarra de S. Bernardo), o Centro de Animação Comunitária, o Centro Desportivo de S. Bernardo e a Fundação Padre Félix.
- A divulgação e utilização dos recursos recentemente criados pela Câmara Municipal de Aveiro, como Aveiro Amigo (reparações domésticas para idosos em situação de carência económica, portadores do Cartão Social Sénior, e para o parque escolar), o Cartão Social Sénior (dá direito a descontos ou à gratuitidade no acesso a serviços pertinentes para a população idosa), o RAF – Recurso de Apoio às Famílias (serviço de reutilização de recursos materiais para as famílias em situação de carência) e o CASE, Consulta de Aconselhamento ao sobre-endividamento.
- A possibilidade da criação de parcerias na realização das iniciativas previstas na candidatura do Núcleo de Aveiro da Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN) ao programa 2010, ano europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Em termos do impacto deste projecto, de seguida, apresentamos os comentários dos parceiros a uma das questões abertas, enquadrada no questionário, relativa às propostas para dar continuidade ao trabalho realizado no Fórum de S. Bernardo:

- Criação de projectos de intercâmbios para jovens.
- Construção de projectos para enriquecimento cultural dos jovens: debates, tertúlias, entre outros.
- Criação de um Guia de Recursos da Freguesia: documento que contenha a identificação dos estabelecimentos que contribuem para a área social.
- Criação da Bolsa de Voluntariado Local “São Bernardo Solidário”.
- “Apostar na formação das pessoas, motivando-as para o trabalho e para a inserção.”
- Realizar cursos de gestão económica, de cozinha, de trabalhos manuais e de costura.

4.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Em termos dos resultados da avaliação, podemos destacar o impacto produzido pelo Fórum de S. Bernardo nos seguintes patamares: na legitimidade e na aceitação que o projecto colheu junto dos actores sociais/parceiros envolvidos, na difusão da missão e actividades do Fórum de S. Bernardo junto de outros elementos da comunidade; na implicação dos parceiros na afectação dos recursos humanos e logísticos ao projecto; na circulação de informação útil, na troca de experiências e na divulgação das actividades do Fórum junto da comunidade na reflexão sobre as dinâmicas da comunidade; na intervenção social resultante, na participação social alcançada e na activação de uma rede comunitária de intervenção local.

5. LEITURA E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

*O conhecimento é um acto público, é uma acção colectiva
(Isabel Guerra, 2000: 45)*

5.1. FOCUS GROUP

A importância dos resultados não poderá ofuscar a dos processos, uma vez que estes constituem “o veículo da «consciencialização» necessária para accionar «sinergias» para a mudança” (Guerra, 2000: 49).

Assim, à medida que o processo foi avançando, verificámos que cada parceiro evidenciava uma maior consciência e um melhor enquadramento neste grupo de trabalho e na intervenção. As contribuições e o nível de participação foram ganhando uma maior expressão na segunda sessão (início da reflexão e sistematização). Na terceira sessão, a informalidade do ambiente criado e a previsibilidade do passo seguinte (item oportunidades da matriz de análise *SWOT*) desencadearam um movimento de participação e de vinculação maior. Na quarta sessão, o debate sobre os problemas e as estratégias de intervenção permitiu aprofundar mais o diagnóstico e o planeamento da acção, tendo-se passado à prática e à co-responsabilidade de cada parceiro na mudança social.

A quinta sessão significou o culminar de todo este processo. As contribuições e a informação sobre os resultados das intervenções levadas a cabo, foram úteis para que o grupo tomasse consciência dos passos dados desde o início dos trabalhos e da mudança sentida.

A avaliação final revelou melhorias significativas ao nível da interacção dos parceiros e dos benefícios produzidos no contexto de S. Bernardo. Os parceiros manifestaram a vontade em dar continuidade a este grupo de trabalho e de desenvolver outros projectos/intervenções.

5.2. QUESTIONÁRIOS

Na primeira sessão, que decorreu na Fundação Padre Félix, o conhecimento mútuo dos parceiros foi o primeiro passo a ser dado. Nesta sessão, verificámos uma avaliação que demarcou o interesse das comunicações, a aquisição de conhecimentos (item comunicação) e a existência de condições para a participação e de troca de experiências (item participação).

Em termos das contribuições dos parceiros, foi valorizado o intercâmbio entre as instituições da comunidade.

A segunda sessão, realizada na Biblioteca Popular do CPSB, significou o início da reflexão e do diagnóstico participativo a partir da análise *SWOT*. Esta foi a sessão mais longa e mais difícil, pois constituiu o ponto de partida para um trabalho mais reflexivo, metodológico e de passagem da prática à conceptualização. Apesar disso, a avaliação indicou que esta sessão permitiu a aquisição de conhecimentos, teve utilidade para a prática profissional, permitiu o desenvolvimento de grupos de trabalho, produziu a definição de orientações relativamente à adequação da actuação à realidade local e correspondeu às expectativas, em termos da comunicação e da participação. Porém, esta sessão coincidiu com a saída de um elemento do grupo.

A terceira sessão decorreu na Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de S. Bernardo. Nesta sessão, partimos para o último e caro ponto da grelha de análise *SWOT*, as oportunidades. Nesta sessão, os participantes evidenciaram uma satisfação visível sobre os itens: comunicação, ao nível do interesse e da utilidade para a prática profissional; participação, designadamente a existência de condições para a participação e a troca de experiências; e organização, particularmente em relação ao local, ao espaço e às condições logísticas, à dinamização e à duração.

Os contributos dos parceiros foram os seguintes: a valorização da troca de experiências e da partilha de recursos: “já um dado conseguido com estes encontros”; coordenação das Festas de Natal das instituições da freguesia, para evitar sobreposições; e uma orientação para evitar uma duração longa das reuniões: “esta reunião (3.ª sessão), quanto a mim, foi demasiadamente longa devido ao excesso da matéria apresentada, limitando o diálogo, um pouco”.

A quarta sessão realizou-se no Salão Nobre da Junta de Freguesia. Nesta, foram abordados os problemas e as necessidades identificados e traçadas estratégias de intervenção concertada em quatro situações de exclusão social na freguesia. Esta sessão acolheu apreciações favoráveis do item comunicação (interesse e correspondência às expectativas), do item participação (definição de orientações relativamente à adequação da actuação à realidade local) e do item organização (espaço e condições logísticas, e duração).

Nesta sessão os parceiros proferiram as seguintes afirmações: “gostei desta reunião, participativa e valorizada pelos temas apresentados”; e “tem sido muito gratificante para o desenvolvimento da nossa freguesia”.

A quinta sessão decorreu, também, no Salão Nobre da Junta de Freguesia. Esta foi uma sessão de balanço, de avaliação e de tomada de decisão sobre a continuação do grupo de trabalho. A votação dos parceiros recaiu com mais expressão sobre a aquisição de conhecimentos, a utilidade para a prática profissional e a correspondência às expectativas, do item comunicação; todos os itens dos parâmetros referentes à participação (a existência de condições para a participação, a troca de experiências, desenvolvimento de grupos de trabalho, a definição de orientações relativamente à adequação da actuação à realidade local e a corres-

pondência às expectativas) e à organização (local, espaço e condições logísticas, dinamização e duração) revelaram uma avaliação muito positiva.

Nesta última sessão do projecto, as apreciações dos parceiros focalizaram-se na valorização e continuação das acções do Fórum e na dinamização da acção social, contando, para isso, com o trabalho já iniciado, “continuando-o e melhorando-o”.

Sugeriram, ainda, dar continuidade ao trabalho na área social e ao combate ao alcoolismo, realizar um levantamento de situações de necessidade de apoio/rentabilidade de espaços sociais, a criação de cursos de formação profissional, virados para o mercado de trabalho (sapateiro, electricista, canalizador, jardinagem e carpinteiro).

Realçamos que todas as avaliações foram positivas. As médias totais da avaliação, para cada item, são apresentadas no Quadro 2.

QUADRO 2. MÉDIAS TOTAIS DA AVALIAÇÃO POR ITEM

Item	Comunicação	Participação	Organização
Média	4,2	4,2	4,3

5.3. PERCEPÇÕES DO INVESTIGADOR

Embora existisse o prévio conhecimento pessoal entre os parceiros e a concretização de algumas parcerias pontuais, a necessidade de um grupo de trabalho que congregasse os contributos e coordenasse a acção local era expressa por alguns parceiros e elementos da comunidade. A vontade de participar estava latente, era, no entanto, necessário que alguém avançasse e assumisse a posição de facilitador e de dinamizador deste grupo e que potenciase o encontro e o diálogo.

A constância da participação da maioria dos parceiros, o alargamento do grupo de trabalho e a decisão unânime de continuação deste grupo de trabalho constituíram sinais inequívocos da solidez do compromisso com este Fórum.

5.3.1. LIMITAÇÕES DE ESTUDO

O tempo de duração do projecto constituiu um obstáculo, uma vez que foi escasso para a maturação das dinâmicas deste grupo de trabalho.

5.3.2.1. Investigações Futuras

Agendas. Considerando que os parceiros convidados desempenham as funções máximas de coordenação nas instituições às quais pertencem/que representam e têm a responsabilidade de decisão, podemos aferir que, no caso da remarcação da data de duas sessões, não foi uma tarefa fácil conciliar nove agendas. Apesar disso, os benefícios da participação destes parceiros são inequívocos. Complexidade das responsabilidades de cada parceiro. Cada parceiro estava envolvido em muitas actividades que requeriam um poder de decisão e em várias redes de trabalho.

A construção de um Fórum comunitário mais alargado, abrangendo outros elementos da comunidade, constituiria um significativo patamar para o *empowerment* desejado e para a activação do espírito associativo da comunidade de S. Bernardo. Deste modo, seria possível potenciar a participação social e a inclusão de novas abordagens no campo do planeamento de estratégias de desenvolvimento comunitário, fortalecendo a coesão da rede social local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, o associativismo desempenha um papel essencial na organização da sociedade, pois gera novas formas de sociabilidade, liberta o indivíduo das restrições do grupo de origem e concilia dois valores fundamentais: a liberdade e a igualdade.

A participação nas associações voluntárias proporciona, deste modo, a partilha do poder e a união entre os cidadãos, promovendo os direitos e os deveres de cidadania e contribuindo para a protecção contra os excessos de controlo do Estado.

O associativismo significa o reforço da solidariedade social na produção de uma forte consciência colectiva e promove a ascensão social das classes sociais mais baixas, considerando a dinâmica impressa na difusão cultural, na prestação de apoio social e na repartição de recursos. Este é o caso da Associação de Socorros Mútuos, criada através do movimento associativo popular de carácter operário, que instituiu práticas de entreajuda mútua e de responsabilidade social entre os seus associados e as suas famílias. Neste âmbito, também, as associações culturais ou colectividades, surgidas no século XIX, procuraram reflectir a identidade local e cultural, bem como proporcionar espaços de convívio e de vinculação social. O associativismo regionalista potenciava o sentimento de pertença e a construção de redes de entreajuda, favoráveis à constituição de redes de influência e de poder.

O aparecimento de movimentos sociais, durante a Primeira República (1910-1926), que tomaram várias formas (o movimento associativo, as sociedades de cultura e de recreio, o cooperativismo e o sindicalismo), gerou práticas educativas e culturais e estimulou a reivindicação de direitos sociais.

Durante a ditadura portuguesa, o movimento associativo popular promoveu espaços de democracia e de resistência face à ideologia difundida pelo Estado Novo. A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, como representante de uma plataforma de colectividades independentes e autónomas que constituíam “espaços genuínos de sociabilidade local” (Melo, 1999: 95) manteve uma estratégia de afirmação da vivência democrática da sociedade civil, reforçando o papel do associativismo na libertação das consciências. Porém, as marcas do analfabetismo – usado pelo regime ditatorial como forma de controlo da sociedade portuguesa –, perduram ainda hoje.

A Revolução de Abril imprimiu um novo dinamismo ao movimento associativo cultural e suscitou novas demandas sociais. Neste período, o apelo ao associativismo deu lugar à criação de diversas formas de organização, de diferentes quadrantes da sociedade portuguesa, que

procuravam, assim, responder às necessidades sentidas. A produção de regulamentação legal de enquadramento das várias facetas associativas emergentes foi determinante para o reconhecimento do direito de associação e, também, para que cada cidadão se sentisse como parte integrante na construção colectiva de um novo projecto de sociedade. O combate ao analfabetismo e à falta de informação constituíram duas importantes componentes do movimento associativo. As acções promovidas pela animação sociocultural proporcionaram a implementação de processos de autonomização e de *empowerment* das populações (na promoção de campanhas de alfabetização, de dinâmicas culturais e da intervenção sociocomunitária), procurando, desta forma, “tornar o Povo de objecto em sujeito da sua história, através da sua participação no processo de transformação da sociedade”⁷¹.

A cidadania, como uma construção teórica em evolução, tem constituído a base para o questionamento e para a reivindicação por parte de diferentes movimentos sociais (desde o movimento operário aos novos movimentos sociais). Na sociedade pós-industrial, em que o conhecimento e a informação passaram a constituir os elementos-chave na produção, o movimento estudantil, das décadas de 60 e 70, mostrou a sua oposição a uma lógica de produção e de consumo que alienava a sociedade, tendo funcionado como um rastilho para a criação de novos movimentos sociais (NMS), que reivindicavam um reposicionamento do cidadão enquanto sujeito e produtor da sua própria história. Este enquadramento propicia a génese de novas formas de conflito e a formação de novos actores. A solidariedade e a identidade constituem dois princípios fundamentais na concepção da acção pelos actores para produzir a mobilização e a consolidação dos movimentos. A mobilização de uma nova cultura de protesto agrega pessoas com semelhantes valores culturais, embora de diferentes classes sociais, “transformando a cultura de protesto numa cultura de grupo mais abrangente” (Eder, 2001: 11). A totalidade, a identidade e a oposição (Touraine, 1984, *cit. in* Fernandes, 1998) marcam o aparecimento e o desenvolvimento dos novos movimentos sociais, como uma posição de ruptura face a uma sociedade fragilizada e oprimida. Os NMS reivindicam mudanças ao nível global e ao nível local, nos processos de socialização e de transmissão cultural, nos modelos de desenvolvimento e na execução de “transformações concretas, imediatas e locais” (Santos, 1994: 225).

Em Portugal, observa-se o enfraquecimento dos NMS e o défice de movimento social da sociedade portuguesa, devendo-se, principalmente, à prevalência do modelo de democracia representativa, à excessiva politização no momento de emergência dos movimentos e à ausência de “agentes externos”, que se “dediquem aos movimentos e invistam neles o capital profissional, ideológico, cultural ou político de que dispõem” (Santos, 1994: 230).

Apesar do aumento exponencial do número de organizações sem fins lucrativos registado desde a entrada de Portugal na, então, Comunidade Económica Europeia (CEE), em

⁷¹ Acta da reunião de 21 de Fevereiro de 1975 da Comissão Interministerial para a Animação Sociocultural. Documento disponível no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. (<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Homepage>).

1986, assiste-se ainda ao predomínio dos “velhos movimentos sociais”. Porém, observa-se, recentemente, a emergência de um movimento associativo ligado ao património ambiental e histórico-cultural, às questões cívicas e identitárias, à defesa dos direitos dos animais, ao consumo e ao lazer. Este movimento revela a introdução e a difusão de novas práticas, bem como de estilos de vida alternativos e de identidades assentes na diversidade cultural e no desenvolvimento sustentável. Consta-se, entre os dirigentes das associações, que se inscrevem nos NMS, a existência de qualificações e de práticas culturais.

No enquadramento dos NMS, a oportunidade social e cultural da nova classe média confere-lhe a centralidade na reestruturação das relações de classe nas sociedades modernas e na produção de uma dinâmica de modernização da sociedade (Eder, 2001). Os NMS afirmam o direito à diferença e produzem novas práticas e códigos culturais; promovem a difusão da informação, através dos *media*, como forma de mobilizar, de organizar e de dar visibilidade a temáticas relativas às novas opressões, vividas pelos cidadãos, introduzindo-as nas agendas políticas, de modo a exigir a redefinição da situação social; e colocam um foco sobre a desagregação e a incongruência entre os valores modernos, como o progresso técnico e a satisfação das necessidades humanas, a pobreza e a autonomia, e o rendimento e a identidade (Offe, 1985). “Os movimentos produzem a modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma” (Melucci, 1989: 62).

O processo de «conscientização», postulado por Paulo Freire (1970: 54), resultante da acção libertadora, atribui um carácter pedagógico à revolução. A reflexão e a acção tomam forma através do diálogo crítico e libertador, proporcionando a emancipação dos indivíduos, enquanto sujeitos da sua própria vida, e a adopção da acção cultural “dialógica”, assente na “co-laboração” (Freire, 1970: 91-96).

Neste sentido, a criação do Fórum Social Mundial (2001) instituiu a congregação das contribuições de diferentes organizações e movimentos, o debate e a construção conjunta de vias alternativas de globalização, promovendo a horizontalidade, a parceria, a coordenação e o reconhecimento do importante contributo que cabe aos diferentes agentes na concepção de um novo modelo de emancipação social.

A reivindicação da cidadania social implica a emancipação e a redefinição da relação vertical entre cidadão e Estado e da relação horizontal entre os cidadãos, considerando o sentido de igualdade, de autonomia e de solidariedade, consubstanciado no princípio de comunidade. No campo da reinvenção da cidadania, os NMS desempenham um papel preponderante na transformação social, como “produto-produtor de uma nova cultura”, que propõe novas formas de “pedagogia da emancipação” nos campos pessoal, social e cultural (Santos, 1994: 239).

O associativismo representa um garante da cidadania, como tal, é produtor de movimentos sociais e, assim, gerador de capital social, fortalecendo a complementaridade e o enraizamento. Como uma escola de valores, o associativismo constitui um campo que favorece

a formação da consciência social, a confiança interpessoal e institucional e o envolvimento das pessoas em projectos que promovem o bem comum. As associações representam importantes engrenagens que fomentam o desenvolvimento comunitário e local, através da dinamização de redes de intervenção social, em prol da inclusão e da coesão social. Neste campo, o desempenho do trabalhador social de comunidade na construção de redes de conexão na comunidade é essencial, pois este constitui um elemento facilitador das dinâmicas sociais e um agente social de mudança, potenciando o encontro entre pessoas e recursos e a construção de fluxos de comunicação.

A dinâmica da génese da comunidade de S. Bernardo, criada por um activo associativismo, resultou na criação de respostas sociais, que vieram a colmatar a quebra dos laços sociais, antes proporcionados pelas relações de entreajuda, e, também, de memórias que fizeram a história desta comunidade. Um dos membros da Comissão Fabriqueira e Conselheiro deste Fórum, Manuel Mónica, considera que se perdeu um pouco do sentido comunitário, devido ao baixo nível de relacionamento entre as pessoas, ao afirmar que “estamos perante um certo isolamento pessoal que leva ao egoísmo”. Esta perspectiva é reforçada por Fernandes (2000), ao advogar que o crescente individualismo tem sido um factor de desagregação da família e de desestruturação dos laços sociais, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade e da incerteza perante o futuro. O combate desta imagem de desagregação social, segundo Mónica, implicaria a criação de iniciativas que comprometam as várias instituições, num trabalho conjunto e integrado, que poderá ter um resultado significativo no sentido de contrariar esta tendência. A existência de uma estrutura que agregue a participação das associações, das entidades locais e da comunidade, na perspectiva deste *operário social*, potenciará a construção de projectos, em parceria, que respondam às necessidades da população e que promovam o seu bem-estar, através da criação de actividades de animação socio-cultural e de espaços de convívio e de encontro, que estimulem a participação social de cada cidadão, envolvendo-o na dinâmica local.

O Fórum de S. Bernardo, projecto criado através da cooperação entre os parceiros participantes, sustentou a formação de uma rede de intervenção local com o objectivo de revitalizar o associativismo, de criar respostas concertadas de intervenção social e de activar o tecido social desta comunidade: através do encontro, do envolvimento, da animação socio-cultural, do combate à pobreza e à exclusão social, da promoção da cidadania e do *empowerment*, do diagnóstico participativo (da análise de recursos/potencialidades/oportunidades/vulnerabilidades), do planeamento estratégico e da complementaridade na intervenção.

A vontade expressa pelos parceiros sobre a existência de um grupo de trabalho local, que pensasse o contexto, as necessidades sentidas e as potencialidades, foi o ponto de partida para este projecto que quis responder a este mote.

A experiência dos parceiros, pessoal e profissional, nos caminhos do associativismo foi uma mais-valia muito significativa que se reflectiu tanto na qualidade da participação, como na vinculação.

Desde o início, os participantes foram envolvidos na concepção e na construção do diagnóstico participativo, que resultou na criação de respostas alternativas e complementares, baseadas numa visão sistémica.

A atitude de abertura face a este projecto que pretendia cruzar reflexões e estimular a partilha e a co-responsabilização das entidades e dos actores sociais locais, constituiu um ali-cerce deste processo. A realização das sessões nas instalações das diferentes entidades, ao longo deste projecto, teve como principais objectivos a mobilização dos parceiros, o conhecimento da realidade de cada instituição e a implicação de cada parceiro no acolhimento do grupo.

No sentido de se evitar a duplicação de esforços/a sobreposição de actuações, procurámos impulsionar o trabalho em rede, a partilha de informação e de recursos materiais e humanos, ou seja, aproximar os recursos às necessidades, de modo complementar, através do espírito de partilha e de uma relação de parceria activa.

A mudança reflectiu-se na relação, através do conhecimento mútuo e da interacção estabelecida ao longo do processo. O aprofundamento do conhecimento das competências, da missão, das redes de trabalho, dos projectos e dos sonhos de cada parceiro aumentou a compreensão mútua sobre a realidade com que cada um se debate e, que no final, trabalha com a mesma comunidade. A visão de complementaridade das abordagens era um dos objectivos deste Fórum, tendo em vista a criação de respostas mais sistémicas e adequadas às necessidades expressas por esta comunidade.

As reflexões e as intervenções resultaram em acções concretas no *terreno*, designadamente, na reabilitação de situações habitacionais caracterizadas pela degradação e pela exclusão social, e na resolução de casos de crianças e jovens que estavam impedidos de usufruir de alimentação na escola, devido a dificuldades económicas. O cruzamento de necessidades e a partilha de recursos, materiais e humanos, proporcionou, deste modo, a concretização de intervenções concertadas ao nível da reparação do tecido social e, no campo da prevenção, promoveu o desenvolvimento de actividades de educação formal e não-formal com crianças e jovens, nomeadamente, as aulas de apoio pedagógico, o campo de férias da Páscoa e as aulas de dança.

A cooperação na reparação do tecido social e na prevenção de problemas constitui um dos pressupostos deste grupo de trabalho, que reflecte o pulsar desta freguesia.

A revitalização de sinergias constituía outro dos pressupostos deste projecto, o qual, consideramos ter sido alcançado, tendo em conta a aproximação dos parceiros, a partilha de recursos, a construção colectiva do diagnóstico, o planeamento e a acção desenvolvida, em

suma, a criação de um grupo de trabalho participativo e cooperante, que demonstra vontade em consolidar uma estratégia inclusiva de desenvolvimento local.

A memória dos parceiros sobre a lamentável falta de participação de muitos representantes das associações locais e o desfasamento entre os temas discutidos e a realidade local constatada nas sessões da Comissão Social de Freguesia, criada no âmbito do Programa Rede Social, havia deixado um rasto de cepticismo na criação de uma dinâmica local com resultados práticos e adequados ao contexto. Na avaliação final do Fórum de S. Bernardo, enquanto projecto de investigação, os parceiros expressaram que este Fórum favoreceu uma maior e mais efectiva colaboração entre as instituições, e afirmaram a necessidade da continuação deste grupo de debate/reflexão/planeamento da intervenção.

A continuação do Fórum de S. Bernardo revela que a semente foi lançada e produziu os frutos desejados.

Em síntese, este Fórum, idealizado como uma estrutura geradora de ideias e de projectos, promoveu a reflexão, o planeamento estratégico, a acção concertada sobre problemas concretos desta comunidade, proporcionou o alargamento do grupo de trabalho e o aprofundamento das relações entre os parceiros, tendo resultado na formação de sinergias e na concretização de acções de animação comunitária, que ambicionam revitalizar o associativismo e potenciar o encontro desta comunidade.



APÊNDICES

APÊNDICE I: CRONOGRAMA DAS SESSÕES

CRONOGRAMA

Fórum de S. Bernardo	Data	Entidades Envolvidas	Objectivos
1.ª Sessão	28.10.2009	FPF + Entidades e Conselheiros do Fórum	1. Apresentação das entidades e dos projectos a decorrer. 2. Preparação para a reunião seguinte: análise Swot 3. Avaliação da sessão.
2.ª Sessão	18.11.2009	CPSB+ Entidades e Conselheiros do Fórum	1. Diagnóstico participativo : identificação e debate das necessidades e dos recursos existentes (Análise SWOT). 2. Dar espaço para surgirem pequenas parcerias resultantes das necessidades expressas (por ex. acções de Nutrição e de Economia Doméstica, partilha de recursos nas Festas de Natal; programação das férias de Natal dos jovens: voluntariado e actividades de dança, de bricolage, pintura, etc.) 3. Preparação para a reunião seguinte: o que desejo para a freguesia e para a população com quem trabalho no próximo ano. 4. Avaliação da sessão.

Fórum de S. Bernardo	Data	Entidades Envolvidas	Objectivos
3.ª Sessão	01.2010	Agrupamento de Escolas de S. Bernardo + Entidades e Conselheiros do Fórum	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação das parcerias desenvolvidas durante o mês de Dezembro de 2009. 2. Partilha dos desejos para uma comunidade melhor e mais inclusiva (“calçar os sapatos dos outros”). 3. Construção de grelhas de intervenção concertadas. 4. Avaliação da sessão.
4.ª Sessão	02.2010	CERCIIV+ Entidades do Fórum	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intervenção concertada: planeamento de actividades em parceria (ex. carnaval em conjunto: CERCIIV, CPSB e Agrupamento de Escolas. Oficinas de máscaras.) 2. Avaliação da sessão.
5.ª Sessão	03.2010	Junta de Freguesia de S. Bernardo+ Entidades e Conselheiros do Fórum	<p>Finalização do ciclo de cinco sessões planificadas num local que representa o poder da participação e de decisão da comunidade de S. Bernardo, onde as pessoas são ouvidas e desenvolvem actividades de animação sócio cultural.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação do Projecto e da sua sustentabilidade. 2. Decisão sobre a continuação do Fórum: realização de propostas de alteração. 3. Avaliação da sessão.
Avaliação do Projecto	04.2010	Entidades e Conselheiros do Fórum	<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise dos dados recolhidos/gerados.

APÊNDICE II

QUADRO 3. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO DE PARTICIPANTES

ID	Idade	Género	Escolaridade	Profissão	Função
1	62	M	3.º ano Escola Comercial	Autarca	Presidente JFSB
2	63	F	Doutoramento	Professora	Presidente FPF
3	51	F	12.º ano	Voluntária	Secretária da Direcção
4	58	M	Licenciatura	Psicólogo	Director Técnico e Presidente de Direcção
5	52	F	Licenciatura	Contabilista	Directora de Serviços
6	49	M	Licenciatura	Pároco	Pároco
7	47	F	Licenciatura	Docente	Adjunta da Directora
8	50	F	9.º ano	Téc. Animação Sociocultural	Téc. Animação Sociocultural/Conselheira
9	79	M	Curso Médio	Aposentado Força Aérea Portuguesa	Fundador/Voluntário Fundação Padre Félix/Conselheiro

APÊNDICE III: QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO



(FÓRUM DE S. BERNARDO)

Este questionário visa recolher a sua opinião acerca desta acção, numa perspectiva de orientação das futuras sessões de acordo com o interesse dos destinatários. Agradecemos a resposta a todas as questões de forma a garantir a fiabilidade deste instrumento. Nas questões de opinião graduada, assinale com um círculo a opção que considera mais correcta, na **escala de 1 (mínimo) a 5 (máximo)**.

Identificação

Idade: _____

Sexo: F ____ M ____

Grau de escolaridade _____

Profissão _____ Função _____

1. Comunicações

- Tiveram interesse	1	2	3	4	5
- Permitiram a aquisição de conhecimentos	1	2	3	4	5
- Foram úteis para a prática profissional	1	2	3	4	5
- Corresponderam às expectativas	1	2	3	4	5

2. Participação

- Existiram condições para a participação	1	2	3	4	5
- Permitiu a troca de experiências	1	2	3	4	5
- Contribuiu para o desenvolvimento dos grupos de trabalho	1	2	3	4	5
- Facilitou para a definição de orientações para a adequação da actuação às realidades locais	1	2	3	4	5
- Correspondeu às expectativas	1	2	3	4	5

3. Organização

- Local de realização	1	2	3	4	5
- Espaço e condições logísticas	1	2	3	4	5
- Dinamização	1	2	3	4	5
- Duração	1	2	3	4	5

4. Sugira as suas propostas para dar continuidade ao trabalho realizado no Fórum de S. Bernardo (por exemplo, tema(s) que gostaria de abordar)

5. Utilize o espaço seguinte para expressar a sua opinião relativamente a algum aspecto que não tenha tido oportunidade de referir anteriormente

Obrigada pela sua colaboração!

Apêndice IV: Resultados (por itens) dos Questionários de Avaliação realizados aos Participantes

Gráfico 1. Item Comunicação



Gráfico 2. Item Participação

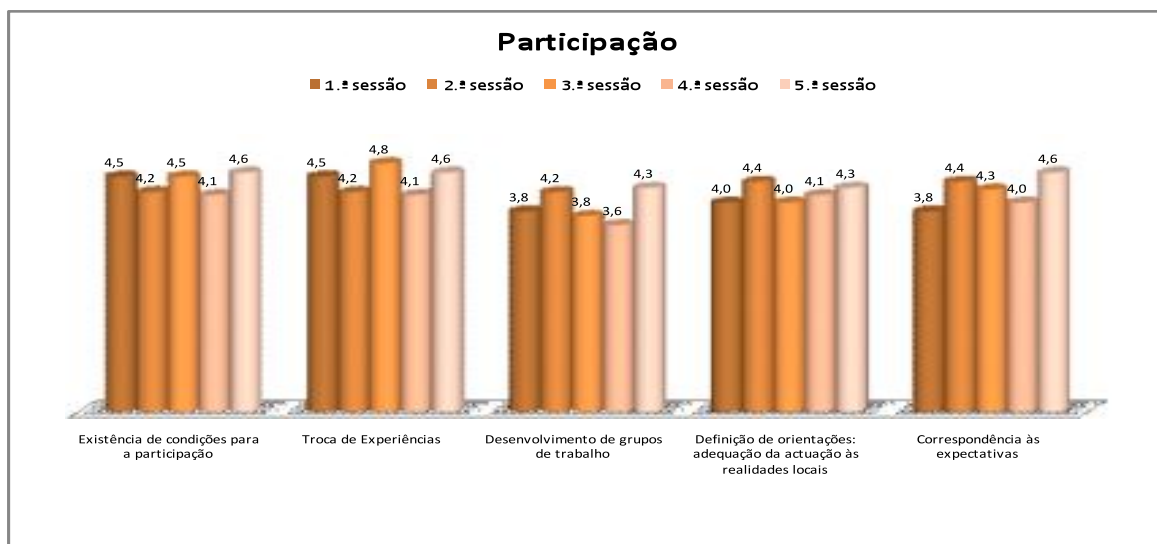


Gráfico 3. Item Organização



BIBLIOGRAFIA E FONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBINO, José Carlos (2004). Contributo para a história do desenvolvimento local em Portugal: as estórias da Animar nas comemorações do 10.º aniversário. Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento local.
- ALMEIDA, Ana Margarida (2008). *A rede social na primeira pessoa: experiências no terreno e seus resultados – o caso da Guarda*. In Monteiro, Alcides A. e Ribeiro, Fernando B. (2008). *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Ribeirão: Edições Húmus. pp. 21-31.
- AMARO, Rogério Roque (2008). *O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro* (Disponível em <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=96>, acedido em Dezembro de 2010).
- AMARO, Rogério Roque (2007). “Pobreza e exclusão: radiografia sociográfica do problema em Portugal”. Associação Cais, *Economia para todos – que não nacionalize o sucesso e privatize o sofrimento*. Almagem do Bispo: Padrões Culturais Editora. pp. 82-92.
- AMARO, Rogério Roque (1999). “Desafios e interrogações que a evolução das sociedades contemporâneas coloca à acção social”. In *A Acção Social em Debate*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação da Direcção-Geral de Acção Social – Ministério do Trabalho e da Solidariedade. pp. 23-27.
- AMARO, Rogério Roque (1991). “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10. pp. 161-182.
- AMARO, Rogério Roque, coord. (2002). *O voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza*. Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- AMORIM, Inês (2000). “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”. In *Análise Social*, vol. XXXV (156). pp. 605-650.
- ASPALTER, Christian (2008). “Towards a more people-centered paradigm in social development”. In Aspalter, Christian e Singh, Surendra, *Debating social development: strategies for social development*. Taiwan: Casa Verde Publishing. pp. 41-70.
- ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MATOSINHOS, CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS, CENTRO DISTRITAL DE SEGURANÇA SOCIAL DO PORTO [elab.] (2005). *A metodologia de atendimento integrado no Concelho de Matosinhos/Projecto IRVA – Inserção Real na Vida Activa*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos.
- AZEVEDO, Cristina (2007). “Desenvolvimento regional”. In *N Rede, Desenvolvimento local e redes sociais*, n.º 4 (Setembro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 9-11.
- BARRETO, António (1996). *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARRETO, António (1995). “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”. In *Análise Social*, vol. XXX (134). pp. 841-855.
- BARRETO, Jacqueline (2006). “3.º Encontro nacional da Rede Social: consolidar, participar e desenvolver”. In *Pretextos (Pobreza, Género e Direitos Fundamentais)*, n.º 23. pp. 8-11.

- BELL, Judith (2004). Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação. 3.ª ed. Lisboa: Gradiva.
- BENAVENTE, Ana, COSTA, António Firmino e MACHADO, Fernando Luís (1990). “Práticas de mudança e de investigação — conhecimento e intervenção na escola primária”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, de 29 de Fevereiro. pp. 55-80.
- BERNARDO, Isabel (2007). “Programa das redes sociais”. In *N Rede*, Desenvolvimento local e redes sociais, n.º 4 (Setembro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 15.
- BEVORT, Antoine (2003). “A propos des théories du capital social: du lien social à l’ institution politique”. In *Sociologie du Travail*, n.º 3, vol. 45 (Julho/Setembro). pp. 1-2.
- BOURDIEU, Pierre (2000). “The politics of protest”. Entrevista realizada por Kevin Ovenden. In *Socialist Review*, n.º 242. pp.18-20.
- BRUNET, Bernard (1998). *Le développement local: un concept mais aussi une pratique*. (Disponível em <http://www.globenet.org/archives/web/2006/www.globenet.org/horizonlocal/perso/ledevocal.html>, acedido em Dezembro de 2010).
- CABRAL, Manuel Villaverde (2003). “O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº. 51 (Fevereiro). pp. 31-60.
- CAEIRO, Rita, CARDOSO, Paulo e LOPES, Miguel Pereira (2010). “«Pontes Invisíveis» – Estratégias de actuação de redes sociais no combate à pobreza e exclusão social: um estudo com redes sociais portuguesas”. In *Actas do VII simpósio nacional de investigação em psicologia*. Universidade do Minho (4 a 6 Fevereiro). pp. 3703-3718.
- CAMPICHE *et al.* (1992). *A comunidade como centro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CAPUCHA, Luís (1998). “Pobreza, exclusão social e marginalidades”. In Viegas, José M. Leite e Costa, António Firmino da (1998) (orgs.), *Portugal, que modernidade?* Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Oeiras: Celta Editora. pp. 209-242.
- CAPUCHA, Luís (1990). “Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social”. In *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 8. pp. 29-41.
- CARIDE GÓMEZ, José, FREITAS, Orlando e VARGAS CALLEJAS, Germán (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições.
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (2008). *Metodologia da investigação: guia para a auto-aprendizagem*. 2.ª ed. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARMO, Hermano (1999). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARMO, Renato (2008). “Capital social e policentrismo: para uma análise reflexiva das políticas públicas”. In VII.º Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: cultura, inovação e território, Coimbra, 23-25 de Outubro de 2008.
- CARVALHO, Paulo (2003). “Património cultural e iniciativas de desenvolvimento no espaço rural”. In Caetano, Lucília (coord.). *Território, do global ao local e trajectórias de desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos. pp. 199-227.
- CASTEL, Robert (2008). *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- CASTEL, Robert (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis, RJ: Vozes.
- CATARINO, Acácio (2009). “Voluntariado em Reflexão: Potencial de Desenvolvimento”. In *Boletim Voluntariado, Hoje*, n.º 28 (Julho, Agosto e Setembro). Lisboa: Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado. pp. 6-8.
- CATARINO, Acácio (2007a). “«Novos» horizontes do voluntariado – uma abordagem reflexiva”. In *Revista Sociedade e Trabalho*, n.º 31 (Janeiro a Abril). Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. pp. 7–16.

- CATARINO, Acácio (2007b). "Do voluntariado na acção social". In Revista Sociedade e Trabalho, nº 32 (Outubro). Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. pp. 7-17.
- CATURNA, Salomé (2008). "A rede social na primeira pessoa: experiências no terreno e seus resultados: o caso de Macedo de Cavaleiros". In Monteiro, Alcides A. e Ribeiro, Fernando B. (2008). *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Ribeirão: Edições Húmus. pp. 33-39.
- COLEMAN, James S. (1988). "Social capital in the creation of human capital". In The American Journal of Sociology, vol. 94, suplemento organizations and institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure. Chicago: University of Chicago Press. pp. 95-120. (Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=00029602%281988%2994%3C95%3ASCITCO%3E2.0.CO%3B2-P>, acedido em Dezembro de 2010).
- COMMUNITY WORKERS CO-OPERATIVE (2000). *Desenvolver metodologias e estratégias para combater a exclusão social*. Galway: Community Workers' Co-operative.
- CONDE, Idalina (1998). "Contextos, culturas, identidades". In Viegas, José M. Leite e Costa, António Firmino da (1998) (orgs.), *Portugal, que modernidade?* Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Oeiras: Celta Editora. pp. 79-118.
- CORTESÃO, Luiza (1998). "Práticas educativas face à diversidade e investigação-acção". In Relatório da disciplina práticas educativas face à diversidade e investigação-acção. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. [Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/40129/2/35662.pdf>, acedido em Março de 2010].
- COSTA, Alfredo Bruto (coord.) (2008). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- COSTA, Alfredo Bruto (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- CRUZ, Paula (2007). "Isto inclui-me: da participação à inclusão...". In Revista Rediteia (presidência portuguesa da União Europeia), n.º 40 (Janeiro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza. pp. 10-12.
- DIAS, Mário Caldeira (2007). "Economia pela diferença". In Associação Cais, *Economia para todos – que não nacionalize o sucesso e privatize o sofrimento*. Almargem do Bispo: Padrões Culturais Editora, pp. 74-80.
- DURKHEIM, Émile (1977). *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- EDER, Klaus (2003). "Identidades colectivas e mobilização de identidades". In Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n.º 53. (Outubro). pp. 5-18.
- EDER, Klaus (2001). "A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média". [Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n46/a01v1646.pdf>, acedido em Dezembro de 2010].
- EDER, Klaus (1993). *The new politics of class: social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Londres: Sage Publications.
- ESTEVES, Maria José (1989). "As associações no processo de transformação social na sociedade moderna". In Actas do I Congresso Português de Sociologia, vol. II.
- ESTIVILL, Jordi e CALEIRAS, Jorge (2008). *Bridges for inclusion: a articulação das estratégias de emprego e inclusão social*. Cadernos REAPN 14. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- ESTIVILL, Jordi (1997). "O partenariado e a luta contra a exclusão: uma avaliação do programa europeu Pobreza 3". In O partenariado social na Europa – uma estratégia participativa para a inserção. Cadernos REAPN. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 29-75.

- EVANS, Peter (1996). "Government action, social capital, and development: reviewing the evidence on synergy". In *World Development*, vol. 24, n.º 6. pp. 1119-1132.
- FARRELL, Fintan (2003). "Modernizar a protecção social e promover a inclusão". In *Revista Rediteia (o combate à pobreza ao nível local)*, n.º 30 (Janeiro/Março). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 17-19.
- FERNANDES, António Teixeira (2000). "O Estado na construção da cidadania em sociedades de exclusão". In Viegas, José M. Leite e Dias, Eduardo Costa (orgs.), *Cidadania, Integração e Globalização*. Oeiras: Celta Editora. pp. 161-185.
- FERNANDES, António Teixeira (1998). *O Estado democrático e a cidadania*. Porto: Afrontamento.
- FERNANDES, João (2007). "Poder político e sociedade civil: por uma relação de cooperação". Associação Cais, *Economia para todos – que não nacionalize o sucesso e privatize o sofrimento*. Almargem do Bispo: Padrões Culturais Editora, pp. 48-55.
- FERRÃO, João, HENRIQUES, Eduardo e NEVES, António (1994). "Repensar as cidades de média dimensão". In *Análise Social*, vol. XXIX (129). pp. 1123-1147.
- FERRÃO, João (1991). "Terciarização e território: emergência de novas configurações espaciais?" In *Análise Social*, vol. XXVI (114). pp. 829-845.
- FERREIRA, Fernando Ilídio (2004). "Uma análise crítica das políticas de parceria: a metáfora da rede". In *Actas do V congresso português de sociologia*. Braga (12 a 15 de Maio).
- FERREIRA, Pedro Moura (2008), "Associativismo e democracia: faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?" In *Revista Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 57. pp. 109-130.
- FERREIRA, Sílvia (2004). "O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal". In *Actas do V congresso português de sociologia*. Braga (12 a 15 de Maio).
- FERREIRA, Sílvia (2000). "As organizações do terceiro sector na reforma da segurança social". In *Actas do IV congresso português de sociologia*. Coimbra (17 a 19 de Abril). (Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/cec/comunicacaosfaps.pdf>, acedido em Novembro de 2010).
- FIGUEIREDO, Elisabete e FIDÉLIS, Teresa (2003). "«No meu quintal, não!» Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 65. pp. 151-173.
- FIGUEIRÔA, David (2008). "Inovação social e o modelo de intervenção «EQUAL»". In *Revista Sociedade e Trabalho*, n.º 34 (Janeiro/Fevereiro). pp. 23-49.
- FRAGOSO, António (2004). "Investigando em rede no desenvolvimento local: um estudo de casos". In *Actas dos ateliers do V congresso português de sociologia*. Braga (12 a 15 de Maio).
- FREIRE, Paulo (1983). *Extensão ou Comunicação?* 7.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRIEDMANN, John (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- FUNG, Archon (2003). "Associations and democracy: between theories, hopes, and realities". In *Annual Review of Sociology*, n.º 29. pp. 515-539.
- GARCIA, María Jesús Morata (1998). "Animação sociocultural e desenvolvimento comunitário". In Trilla, Jaume (1998). *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget. pp. 293-299.
- GASPAR, João Gonçalves (2009). *Aveiro 2009: recordando efemérides*. Aveiro: Ed. Diocese de Aveiro
- GASPAR, João Gonçalves (1997). *Aveiro na História*. Ed. Câmara Municipal de Aveiro.
- GASPAR, João Gonçalves (1983). *Aveiro: notas históricas*. Aveiro: Ed. Câmara Municipal de Aveiro.

- GAULEJAC, Vincent e TABOADA-LÉONETTI, Isabel (1994). *La lutte des places: insertion et désinsertion*. Paris: Desclée de Brouwer.
- GEDDES, Michael (1997). "O papel do partenariado na promoção da coesão social". In Estivill, Jordi (1997), *O partenariado social na Europa – uma estratégia participativa para a inserção*. Cadernos REAPN. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 89-120.
- GILCHRIST, Alison (2009). *The well-connected community: a networking approach to community development*. 2.ª ed. Bristol: The Policy Press.
- GONÇALVES, Hermínia (2007). "Redes sociais no combate à pobreza: significados e debates metodológicos". In N Rede, Desenvolvimento local e redes sociais, n.º 4 (Setembro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 11-14.
- GOODOLPHIM, Costa (1876). *A associação – história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Typographia Universal. (Disponível no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo <http://antt.dgarq.gov.pt/noticias/documento-do-mes-fevereiro/>, acedido em 10 de Fevereiro de 2010).
- GUADALUPE, Sónia (2010). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- GUADALUPE ABREU, Sónia (2003). "Programa Rede Social: questões de intervenção em rede secundária". In Revista Interações, nº 5. pp. 67-90.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2006). *Participação e acção colectiva – interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Príncipe.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2002a). *Fundamentos e processos de uma Sociologia de Acção*. Estoril: Príncipe.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2002b). "Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das «novas políticas sociais»". In Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 63 (Outubro). pp. 47-74.
- GUERRA, Isabel Carvalho (1999). "A nova acção social: certezas e perplexidades". In A Acção Social em Debate. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação da Direcção-Geral de Acção Social – Ministério do Trabalho e da Solidariedade. pp. 45-64.
- GUERRA, Isabel Pimentel (1986). "Poder local. Reprodução ou inovação?" In Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 1. pp. 55-65.
- GONÇALVES, Hermínia (2008). "A Rede Social de Carrazeda de Ansiães: experiências, discursos e perspectivas". In Monteiro, Alcides A. e Ribeiro, Fernando B. (2008), *Redes Sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Ribeirão: Edições Húmus. pp. 49-67.
- HABERMAS, Jürgen (1986). *Between facts and norms*. Cambridge: Polity Press.
- HALMAN, Loek e LUIJKX, Ruud (2006). "Social capital in contemporary Europe: evidence from the european social survey". In Revista Portuguesa de Ciências Sociais, vol. 5, n.º 1. pp. 65-90.
- HESPANHA, Pedro e CALEIRAS, Jorge (2007). "É o (des)emprego fonte de pobreza? Vivências e enfrentamentos". In Rediteia (presidência portuguesa da União Europeia), n.º 40 (Janeiro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 7- 10.
- HESPANHA, Pedro et al. (2000). *Entre o Estado e o mercado: as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.
- JUNTA DE FREGUESIA DE S. BERNARDO (2008). *Guia de S. Bernardo*. Porto: Ed. Porto de Sempre.
- L'ASSOCIATION POUR LA DÉMOCRATIE ET L'ÉDUCATION LOCALE ET SOCIALE – Adels (1997). *7 pistes pour demain*. (Disponível em http://www.globenet.org/archives/web/2006/www.globenet.org/horizon-local/article344d.html?id_article=7, acedido em Dezembro de 2010).

- LAVADO, Célia (2009). "A lógica do desenvolvimento local consolidado em parcerias para um trabalho em rede". In *Diálogos*, n.º 7 (Janeiro a Julho). Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 6-10.
- LOPES, Marcelino (2006). *Animação sociocultural em Portugal*. (Disponível em <http://www.intervencaoapdc.com/index.htm>, acedido em Novembro de 2010).
- LOURO, Cristina e SOARES, Odete Severino (2007). "Integrar ou acompanhar: os termos de uma adequada acção social". In *Associação Cais, Economia para todos – que não nacionalize o sucesso e privatize o sofrimento*. Almargem do Bispo: Padrões Culturais Editora. pp. 20-27.
- MADEIRA, Joaquina (2003). "Desenvolvimento económico e social – o Estado e o local". In *Rediteia, O combate à pobreza ao nível local*, n.º 30 (Janeiro/Março). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 27-28.
- MADSEN, William C. (2007). *Collaborative therapy with multi-stressed families*. Nova Iorque: Guilford Press.
- MAGALHÃES, Pedro (2008). "Redes sociais e participação eleitoral em Portugal". In *Análise Social*, vol. XLIII (3.º). pp. 473-504.
- MAIA, Élio (1989). *Traços de uma vida*. Aveiro: Comissão Executiva das Comemorações do 25.º Aniversário da vida do Padre Félix como Pároco de São Bernardo.
- MARQUES, Joaquim e SARMENTO, Teresa (2007). "Investigação-acção e construção da cidadania". In *Revista Lusófona de Educação*, n.º 9. pp. 85-102.
- MARSHALL, Thomas H. (1950). *Citizenship and social class and other essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARTINS, Artur (2010). *O movimento associativo popular e a democracia* (Disponível em <http://www.25abril.org/docs/congresso/democracia/02.10-Artur%20MartinsO%20MOVIMENTO%20ASSOCIATIVO%20POPULAR%20E%20A%20DEMOCRACIA.pdf>, acedido em Novembro de 2010).
- MARTINS, Susana Cruz (2004). "Associativismos emergentes no âmbito dos novos movimentos sociais em Portugal". In *Actas do V congresso português de sociologia (sociedades contemporâneas: reflexividade e acção, atelier classes, movimentos e lutas sociais)*. pp. 86-97. (Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461518e80eae1_1.pdf, acedido em Novembro de 2010).
- MARTINS, Susana Cruz (2003). "Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa". In *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43. pp. 103-132.
- MCLAREN, Peter, LEONARD, Peter e GADOTTI, Moacir, org. (1998). *Paulo Freire: poder, desejo e memórias da libertação*. Porto Alegre: ArtMed.
- MELO, Daniel e CARMO, Renato Miguel (2008). "Social capital, the third sector, and local development: which link is missing?" Comunicação apresentada na 8.ª conferência internacional Society for third-sector research: volunteering, social capital and citizenship. Barcelona: Universitat de Barcelona. pp. 1-22.
- MELO, Daniel (2004). "Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no império português". Comunicação apresentada no VIII congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais: A questão social no novo milénio. Coimbra (16 a 18 Setembro). (Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/DanielMelo.pdf>, acedido em Novembro de 2010).
- MELO, Daniel (1999). "O associativismo popular na resistência cultural ao salazarismo: a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio". In *Revista Penélope*, n.º 21. pp. 95-130. (Disponível em <http://www.penelope.ics.ul.pt/pages/todo.htm>, acedido em Novembro de 2010).
- MELO, Daniel (1999). "Política cultural do Estado Novo" in http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/cultura.html, acedido em Dezembro de 2010.

- MELUCCI, Alberto (1995). "The new social movements revisited: reflections on a sociological misunderstanding". In Malheu, Louis, org. (1995), *Social movements and social classes: the future of collective action*. Londres: Sage Publications. pp. 107-119.
- MELUCCI, Alberto (1989). "Um objectivo para os movimentos sociais?" In *Revista Lua Nova*, n.º 17. pp. 49-66. (Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451989000200004&script=sci_arttext, acedido em Novembro de 2010).
- MIRANDA, Ana Paula Mendes (2009). "Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do estado". In *Revista Lex Humana*, nº 1. pp. 218-237. (Disponível em <http://www.ucp.br>, acedido em Novembro de 2010).
- MISHRA, Ramesh (1998). "Para além dos Estados-nação: a política social na era da globalização". In *Cadernos de política social, Redes e Políticas de Solidariedade: globalização e política social*, n.º 1 (Junho de 1999). Lisboa: Associação Portuguesa de Segurança Social. pp. 165-192.
- MÓNICA, Manuel (2005). *São Bernardo, 50 anos de vida: 1955-2005*. Aveiro: Fundação Padre Félix.
- MÓNICA, Manuel (2003). *Sociedade Musical de Santa Cecília: 100 anos de História*. Aveiro: Fundação Padre Félix.
- MONTEIRO, Alcides A. (2008). "Redes sociais: será que também posso participar?" In Monteiro, Alcides A. e Ribeiro, Fernando B. (2008), *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Ribeirão: Edições Húmus. pp. 81-96.
- MONTEIRO, Alcides A. (2006a). "Os difíceis caminhos da democracia (no) local. Uma visão sobre as relações entre o Estado e as Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL)". In Silva, Manuel Carlos, org. (2006), *Nação e Estado: entre o global e o local*. Porto: Afrontamento. pp. 357-364.
- MONTEIRO, Alcides A. (2006b). "Problemática, diagnóstico e objectivos". In REAPN, Manual como elaborar uma candidatura/projecto. Guarda: Núcleo Distrital da Guarda da REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.
- MONTEIRO, Alcides A. (2005). "Associativismo: pilar da coesão social e do desenvolvimento local". In *Pessoas e Lugares*, nº 34, pp. 4-5. (Disponível em http://www.leader.pt/PESSOAS_LUGARES.HTM#jpl, acedido em Novembro de 2010).
- MONTEIRO, Alcides A. (2004a). "Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. O exemplo das iniciativas de desenvolvimento local (IDL's) em Portugal". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 69. pp. 139-157.
- MONTEIRO, Alcides A. (2004b). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.
- MONTEIRO, Alcides A. (2002). "O trabalho no centro da integração social? Os contributos da economia social e economia solidária". *Working paper* N.º16/2002. Covilhã: Centro de Estudos Sociais/Universidade da Beira Interior.
- MONTEIRO, Alcides A. (1998). "Investigação-acção: uma postura inovadora perante o conhecimento e a intervenção sociais". In *Cadernos de Educação de Infância*, n.º 46. pp. 14-17.
- MONTEIRO, Alcides A. (1996). "A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática". In *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 22. pp. 137-154.
- MORENO, Luís (2003). "Contra a pobreza...animação participativa, associativismo e desenvolvimento local". In *Rediteia (o combate à pobreza ao nível local)*, n.º 30 (Janeiro/Março). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 31-32.
- NOGUEIRAS MASCAREÑAS, Luis M. (1996). *La práctica y teoría del desarrollo comunitario: descripción de un modelo*. Madrid: Narcea.
- OBSERVATÓRIO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2003). *Horizontes Sociais*, n.º 3. pp. 11-55.

- OBSERVATÓRIO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2002). Horizontes Sociais, n.º 2. pp. 11-136.
- OBSERVATÓRIO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2001). Horizontes Sociais, n.º 1. pp. 11-40; 85-100.
- OFFE, Claus (1985). "New social movements: challenging the boundaries of institutional politics". In Social Research, n.º 52 (4). pp. 817-868.
- PAUGAM, Serge (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção educação e trabalho social, n.º 6. Porto: Porto Editora.
- PUTNAM, Robert D. (2000). "Bowling alone: the collapse and revival of American community". New York: Simon & Schuster.
- REDE SOCIAL DE AVEIRO (2007). "Aveiro em rede". In N Rede, Desenvolvimento local e redes sociais, n.º 4 (Setembro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 2- 3.
- REDE SOCIAL DE PAÇOS DE FERREIRA (2005). *Plano de Desenvolvimento Social 2005-2008*. [Disponível em <http://www.redesocialpf.com>, acedido em Junho de 2010].
- REIS, José (1994). *O desenvolvimento local é possível?* Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- REIS, Manuela e LIMA, Aida Valadas (1998). "Desenvolvimento, território e ambiente". In Viegas, José M. Leite e Costa, António Firmino da, orgs. (1998), *Portugal, que modernidade?* Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Oeiras: Celta Editora. pp. 329-362.
- RIBEIRO, Fernando Bessa e BAPTISTA, Alberto (2008). "Entre o entusiasmo dos técnicos e o cepticismo dos parceiros: o processo de avaliação de uma rede social em contexto de conflito político". In Monteiro, Alcides A. e Ribeiro, Fernando B. (2008), *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Ribeirão: Edições Húmus. pp. 69-80.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1986). "Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência". In *Análise Social*, vol. XXII (91), 2.º. pp. 313-330.
- RODRIGUES, Eugénia (1995). "Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal". Coimbra: CES. (Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/60.pdf>, acedido em Novembro de 2010).
- RODRIGUES, Fernanda (2007). "Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza: em direcção a 2010". In Rediteia (presidência portuguesa da União Europeia), n.º 40 (Janeiro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 31- 33.
- RODRIGUES, Fernanda e Stoer, Stephen (1998). *Entre parceria e partenariado: amigos, amigos, negócios à parte*. Oeiras: Celta Editora.
- ROBTEUTSCHER, Sigrid (2000). "Democracia associativa: as associações voluntárias como campo de treino para a democracia". In Viegas, José M. Leite e Dias, Eduardo Costa, orgs. (2000), *Cidadania, Integração e Globalização*. Oeiras: Celta Editora. pp. 233-254.
- RUIVO, Fernando (2003). "Localização de políticas públicas". In Rediteia (o combate à pobreza ao nível local), n.º 30 (Janeiro/Março). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 28-31.
- RUIVO, Fernando (2000a). *O Estado labiríntico: o poder relacional entre poderes Central e Local em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- RUIVO, Fernando (2000b). *Poder Local e Exclusão Social*. Coimbra: Quarteto.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2009). O Fórum Social Mundial. (Disponível em <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=99699&visual=3&layout=10>, acedido em Novembro de 2010).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2008). "The World Social Forum and the global left". In Politics & Society, n.º 36. pp. 247-270. (Disponível em <http://www.pas.sagepub.com/cgi/content/abstract/36/2/247>, acedido em 22 de Janeiro de 2011).

- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005). "A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 72. pp. 7-44. (Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/governacao_neoliberal_RCCS72.PDF, acedido em 22 de Janeiro de 2011).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999). "A reinvenção solidária e participativa do Estado". In *Oficinas do CES*, n.º 134 (Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/134.pdf>, acedido em 5 de Janeiro de 2011).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1984). "A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14. pp. 7-29.
- SCHIEFER, Ulrich *et al.* (1998). *A cooperação da sociedade civil portuguesa na área da solidariedade social*. Lisboa: CEA-ISCTE e Ministério de Solidariedade e Segurança Social (2 vols.).
- SERRANO, M. G. P. (1990). *Investigação-acção. Aplicações ao campo social e educativo*. Madrid: Editorial Dykinson.
- SIISIÄINEN, Martti (2000). "Two concepts of social capital: Bourdieu vs. Putnam". Paper apresentado na 4.ª conferência internacional do ISTR, the third sector: for what and for whom? Dublin (5 a 8 de Julho). Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade de Jyväskylä.
- SILVA, Augusto Santos (2002). *Dinâmicas sociais do nosso tempo*. Porto: Universidade do Porto.
- SILVA, Filipe Carreira (2001). "Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia". In *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 35. pp. 117-138.
- SILVA, Maria Manuela (1999). "Uma abordagem plural da acção social: dimensões-chave para repensar a intervenção". In *A Acção Social em Debate*. Lisboa: Direcção-Geral de Acção Social/Ministério do Trabalho e da Solidariedade. pp. 99-109.
- SILVA, Maria Manuela (1963). "Fases de um processo de desenvolvimento comunitário". *Análise Social*, vol. I (n.º 4). pp. 538-558.
- SOBRAL, José Manuel (2007). "Os sem-história: memória social, história e cidadania". In *Le Monde Diplomatique*, de 8 de Fevereiro de 2007. (Disponível em <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article401>, acedido em 14 de Dezembro de 2010).
- SOBRAL, José Manuel (1995). "Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural". In *Análise Social*, vol. XXX (131-132). pp. 289-313.
- TIMBERLAKE, Elizabeth M., FARBER, Michaela Z. e SABATINO, Christine A. (2008). "Intervention in macro generalist practice". In Timberlake, Elizabeth M., Farber, Michaela Z. e Sabatino, Christine A. (2008), *Generalist social work practice: a strengths-based problem solving approach*. Boston: Pearson Education. pp. 341-378.
- TRILLA, Jaume, coord. (2004). *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- VASCONCELOS, Pedro (2002). "Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe". In *Análise Social*, vol. XXXVII (163). pp. 507-544.
- VICENTE, Maria José (2007). "Bridges for inclusion". In *Rediteia* (presidência portuguesa da União Europeia), n.º 40 (Janeiro/Dezembro). Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. pp. 18-20.
- VIEGAS, José M. Leite (2004). "Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia". In *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46. pp. 33-50.
- VIEGAS, José M. Leite (1986). "Associativismo e dinâmica cultural". In *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 1. pp. 103-121.
- VITORINO, António (2007). "Solidariamente responsáveis". In *Associação Cais, Economia para todos – que não nacionalize o sucesso e privatize o sofrimento*. Almargem do Bispo: Padrões Culturais Editora. pp. 11-14.

XIBERRAS, Martine (1996). *As teorias da exclusão*. Lisboa: Instituto Piaget.

WACQUANT, Loïc (2004). “Esclarecer o Habitus”. In *Revista Sociologia*, n.º 14. pp. 35-48.

DOCUMENTOS

Caracterização das Instituições de Solidariedade Social e das Famílias Carenciadas (2010) – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP) e Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS) da Universidade Católica Portuguesa, e Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome. (Disponível em <http://bancoalimentar.pt/article/269>, acedido em Março de 2011).

Carta Europeia da Cidadania Activa (Julho de 2006) – FONDACA/Active Citizenship Foundation (Fundação para a Cidadania Activa). (Disponível em <http://www.activecitizenship.net/content/blog-category/57/109/>, acedido em Dezembro de 2010).

Guia do Associativismo Juvenil (2004) – Câmara Municipal de Lisboa. (Disponível em http://www.cm-lisboa.pt/archive/doc/NOVO_guia_do_associativismo_juveni.pdf, acedido em Setembro de 2010).

Regulamento Interno do Conselho Local de Acção Social do Programa Rede Social. In *Revista Rede Activa do Concelho de Aveiro*, n.º 1, 2005 (Janeiro a Junho). Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro e Conselho Local de Acção Social de Aveiro.

Survey on the public policies on civic activism in Europe – summary of the main findings, conclusions and policy agenda. (2003) – Citizens for the New Europe Project. (Disponível em <http://www.activecitizenship.net>, acedido em Dezembro de 2010).

IMPRENSA

A crise do Estado social (dossier), *Courrier International*, n.º 177, Novembro de 2010.

Boletim Informativo Municipal, n.º 3, de 28 de Novembro de 2008. pp. 19.

Diálogos, n.º 7, Janeiro a Julho de 2009. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal.

Jornal Paroquial Povo de Deus, de Janeiro de 1966.

Revista Elo Associativo, n.º 36, Julho de 2007. Lisboa: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

FONTES DOCUMENTAIS

Actas de criação da Junta de Freguesia de S. Bernardo.

Estatutos da Fundação Padre Félix.

Instituto Nacional de Estatística (2001). Censos de 2001.

Instituto Nacional de Estatística (1991). Censos de 1991.

Lista de instituições e de associações na freguesia de São Bernardo (gentilmente cedida pela Junta de Freguesia de S. Bernardo), referente a Dezembro de 2004.

Projecto da instituição (2007) do Centro Paroquial de S. Bernardo.

Resultados eleitorais desde 1976 a 2009, referentes à freguesia de S. Bernardo e ao concelho de Aveiro, relativos às eleições Autárquicas, Legislativas, Presidenciais e Europeias.

FONTES DA INTERNET

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. [Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>, acedido em Novembro de 2010].

Centro de Investigação para Tecnologias Interactivas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa. [Disponível em http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/cultura.html, acedido em Novembro de 2010].

Serviços de Documentação da Universidade de Aveiro (2000). *Aveirana, Aveiro: o espaço, o tempo e as gentes*. (Disponível em http://aveirana.doc.ua.pt/car_frame.htm, acedido em Junho de 2010).

FONTES ORAIS

Cruz, Ventura da, Arquitecto

Marques, João da Silva, Técnico de Radiologia

Marques, Rosa Maria, Auxiliar de Acção Directa do Centro Paroquial de S. Bernardo

Mónica, Isabel, Directora de Serviços do Centro Paroquial de S. Bernardo

Mónica, Manuel, membro da Comissão Fabriqueira da Igreja de S. Bernardo

Pericão, João Albino, Vogal da Direcção da Fundação Padre Félix

Vieira, José António, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bernardo

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa (Disponível em http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2987&p_est_id=11007, acedido em 11 de Janeiro de 2011).

Convenção Europeia dos Direitos do Homem (Disponível em http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2987&p_est_id=11007, acedido em 11 de Janeiro de 2011).

Declaração Universal dos Direitos do Homem (Disponível em <http://www.mtss.gov.pt/docs/DeclaracaoUniversalDosDireitosHumanos.pdf>, acedido em 11 de Janeiro de 2011).

Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro: direito à livre associação (Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1974/11/25900/13421344.pdf>, acedido em 4 de Fevereiro de 2011).

Decreto-Lei n.º 25495, de 13 de Junho de 1935: criação da FNAT/Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1935/06/13400/08570859.pdf>, acedido em 4 de Fevereiro de 2011).

Lei n.º 34/2003, de 22 de Agosto: reconhecimento e valorização do movimento associativo popular (Disponível em <http://www.dre.pt/pdf1s/2003/08/193A00/53445355.pdf>, acedido em 4 de Fevereiro de 2011).

Lei n.º 2144, de 29 de Maio de 1969: criação das Casas do Povo (Disponível em <http://dre.pt/pdf1sdip/1969/05/12700/05910596.pdf>, acedido em 4 de Fevereiro de 2011).

SUPORTES MEDIA

BARRETO, António e PONTES, Joana (2007). *Portugal, um retrato social: um país como os outros – a formação de uma sociedade europeia*, vol. 7. Lisboa: Público – Comunicação Social, S.A.

BARRETO, António e PONTES, Joana (2007). *Portugal, um retrato social: igualdade e conflito – as relações sociais*, vol. 6. Lisboa: Público – Comunicação Social, S.A.